

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – EGG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**

CRISTIANE PASSOS DE MATTOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RIO DAS OSTRAS

NITERÓI

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CRISTIANE PASSOS DE MATTOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RIO DAS OSTRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Geografia, Ordenamento Territorial Urbano.

Orientador: Prof. Dr. MÁRCIO PIÑON DE OLIVEIRA

NITERÓI

2009

CRISTIANE PASSOS DE MATTOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RIO DAS OSTRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Geografia, Ordenamento Territorial Urbano.

Aprovada em novembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^ª Dr^a Ester Limonad
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

NITERÓI

2009

M444 Mattos, Cristiane Passos de
 A produção do espaço urbano de Rio das Ostras /
Cristiane
 Passos de Mattos. – Niterói : [s.n.], 2009.
 154 f.

 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Federal
 Fluminense, 2009.

 1.Espaço urbano. 2.Rio das Ostras (RJ). 3.Política
urbana. I.Título.

CDD

333.77098153

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô Newton (*In Memoriam*), cuja vida foi permeada por um intenso amor a Rio das Ostras. Responsável pelos melhores momentos que vivenciamos neste município, meu avô é a lembrança mais amorosa e gostosa que tenho de Rio das Ostras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a toda energia boa que nos envolve nesta empreitada material e espiritual que é a vida. Agradeço à luz que carrego no ventre pela força e pelo amor divinos que sustenta.

Sou muito feliz por ter contado sempre com o apoio e incentivo dos meus pais, Nilcelia e José Alberto, e dos meus irmãos, Débora e Henrique. Aos meus avós: Celia, Newton (*In Memoriam*), Alankardette e Thereza, devo agradecimento especial pela presença em todos os momentos de minha vida.

Com Leonardo Gama Campos, meu companheiro, compartilho uma alegria radiante de completar este trabalho com vivacidade e confiança. Com o nosso amor, tudo ficou mais doce, mais claro e provido de mais sentido.

Ao meu orientador na Pós-Graduação, Prof. Márcio Piñon de Oliveira, ofereço grande gratidão pelo apoio, dedicação e compromisso sempre presentes em sua dedicada orientação acadêmica. Ao Prof. Nelson da Nóbrega Fernandes e à Prof. Ester Limonad, também pertencentes à Pós-Graduação, meu agradecimento pelas críticas atenciosas que foram fundamentais para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos professores da graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em especial Sérgio Nunes e Satie Mizubuti, agradeço o empenho dedicado ao Programa de Educação Tutorial (PET) e à qualidade do ensino superior, além do carinho e da dedicação oferecidos a mim em diferentes momentos ao longo destes últimos anos. Ao Prof. Carlos Alberto da Silva, agradeço pela compreensão, apoio e entusiasmo presentes em sua prática docente na Graduação e na Pós-Graduação.

Em relação à realização desta pesquisa, agradeço a grandes amigos geógrafos: Gustavo Francisco Teixeira Prieto, Mendel Cesar Oliveira Aleluia e Paulo Henrique O. P. de Amorim, que, de formas diferenciadas, ora próximas ora distantes, foram responsáveis tanto pelo meu ingresso na pós-graduação, quanto pela construção acadêmica do trabalho. Aos meus amigos Fernanda Augusta Pinto Teixeira, Vitor Hugo Cavalcante de Frias e Gustavo Ramos, devo agradecer pelas horas dedicadas à ajuda na confecção dos mapas deste trabalho. À Aline Magalhães, à Danee Eldochy e ao Bruno José meu agradecimento amoroso pela amizade e companheirismo.

EPÍGRAFE

“O trabalho intelectual, preocupado com a explicação/interpretação do mundo não produz sua transformação, mas é um passo importante na desmistificação das representações que permeiam a vida cotidiana e abrem perspectivas reais e concretas para se pensar nos caminhos de transformação da realidade.”

Ana Fani Alessandri Carlos (2005)

RESUMO

Quando uma cidade torna-se autônoma, seu destino metamorfoseia-se. Este é o caso de Rio das Ostras, município no estado do Rio de Janeiro - Brasil, núcleo urbano que se torna distrito de Casimiro de Abreu nos anos 70 e se emancipa deste município em 1993. Analisamos a produção do espaço urbano deste município através de uma análise espaço-temporal. Nosso foco está centrado no desvendamento da produção do espaço urbano desde a década de 50 e nas estratégias da política urbana implementada após sua emancipação até os dias atuais, que modelaram um verdadeiro canteiro de obras na cidade como um todo com a reestruturação completa de parcelas significativas do espaço urbano. Tais políticas relacionam-se à continuidade da função turística, já relevante desde meados do século XX, além de apresentar novas estratégias relativas à dinamização das atividades de serviços relacionadas à gestão petrolífera, com sístole em Macaé, município limítrofe à porção setentrional de Rio das Ostras. Além disso, o recebimento de royalties, a partir de meados da década de 90, modificou as receitas municipais, que, repletas de arrecadação, possibilitaram a implementação de novas estratégias por parte do poder público municipal.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, Rio das Ostras, política urbana.

ABSTRACT

When a city becomes autonomous, its fate metamorphoses itself. This is the case of Rio das Ostras, municipality in the state of Rio de Janeiro - Brazil, urban core that becomes District of Casimiro de Abreu in the 70s and is emancipated from this municipality in 1993. We analyzed the production of urban space in this city through a time-space analysis. Our focus is centered on the unveiling of the production of urban space since the 50s and strategies of urban policy implemented since its emancipation to the present day, transforming the city as a whole into a real construction site with a comprehensive restructuring of significant portions of the urban space. These policies relate to the continuity of tourism, as relevant since the mid-twentieth century, and presents new strategies related to the development of petroleum management related activities, with systole in Macaé, municipality adjacent to the northern portion of Rio das Ostras. In addition, the receipt of royalties since mid-90s changed the municipal revenues, which, full of taxes collections, allowed the implementation of new strategies by the municipal government.

Key-words: Production of urban space, Rio das Ostras, urban policies.

SUMÁRIO

	Lista de Ilustrações	x
	Lista de Tabelas	xiv
	Lista de Siglas	xv
		Página
APRESENTAÇÃO		01
INTRODUÇÃO		02
1. REFERENCIAL TEÓRICO		15
1.1 A produção do espaço urbano		15
1.2 As representações espaciais e o imaginário		27
1.2 Estratégias, política urbana e empreendedorismo urbano		33
2. DA CIDADE AO URBANO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE RIO DAS OSTRAS.		40
2.1 A formação da cidade		42
2.2 A urbanização litorânea e turística		50
3. POLÍTICA URBANA E ESTRATÉGIAS DO PODER PÚBLICO EM RIO DAS OSTRAS A PARTIR DE 1993.		84
CONSIDERAÇÕES FINAIS		119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		124
APÊNDICE		138
ANEXOS		140

Lista de Ilustrações

Figura		Pág.
1	Mapa 1 - Localização da sede do município de Rio das Ostras, no litoral da região sudeste, Brasil com suas coordenadas geográficas.	02
2	Mapa 2 - Região das Baixadas Litorâneas, a qual o município de Rio das Ostras pertence, e visualização dos municípios limítrofes – Macaé e Casimiro de Abreu.	03
3	Gráfico 1 - Evolução da população de Rio das Ostras entre 1991 e 2007.	04
4	Mapa 3 – Mosaico de ortofotos de Rio das Ostras, 2008.	06
5	Mapa 4 - Localização das principais vias de transporte no município de Rio das Ostras.	41
6	Fotografia 1 – Estação Ferroviária de Rocha Leão	43
7	Mapa 5 – Território fluminense em 1534.	44
8	Mapa 6 – Território fluminense no século XVII.	45
9	Fotografia 2 – Enseada de Itapebussus na década de 1940.	47
10	Mapa 7 - Cidade de Rio das Ostras na década de 1950.	49
11	Mapa 8 – Carta do IBGE Rio das Ostras, de 1956.	51
12	Mapa 9 – Carta do IBGE Rio das Ostras, de 1983.	51
13	Mapa 10 – Orla de Rio das Ostras, Mapa turístico oficial da prefeitura. 2004.	53
14	Mapa 11 – Parte do mosaico fotogramétrico, Rio das Ostras 1968.	55
15	Mapa 12 – Área urbana de Rio das Ostras em 1970.	56
16	Gráfico 2 – Área total de loteamentos aprovados por década de 1950 a 1970.	59
17	Mapa 13 - Desmembramentos municipais no entorno de Rio das Ostras entre 1500 e 1997.	60
18	Mapa 14 – Regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro.	60

Figura		Pág.
19	Gráfico 3 – Domicílios de uso ocasional. Rio das Ostras. 1991 e 2007.	61
20	Gráfico 4 – Comparativo entre Rio das Ostras e Macaé em relação às taxas de crescimento da população residente. 1940 – 2000.	63
21	Região de Influência das Cidades, 2007. Organograma adaptado.	64
22	Recorte do jornal O Globo - Proposta de nova regionalização do Estado do Rio de Janeiro.	65
23	Material publicitário municipal sobre a solenidade de entrega da obra da ZEN.	66
24	Mapa 15 – Uso do solo, município de Rio das Ostras, 2002. Localização da ZEN.	67
25	Fotografia 3 – Centro de Rio das Ostras em abril de 2009: processos de verticalização.	68
26	Mapa 16 - Setores Urbanos do IBGE. 2000 – 2007. Núcleo urbano principal de Rio das Ostras.	69
27	Gráfico 5 – Evolução da população urbana e rural de Rio das Ostras em percentuais. 1940 – 2000.	70
28	Gráfico 6 – Evolução da população urbana e rural de Rio das Ostras em números absolutos. 1940 – 2000.	70
29	Gráfico 7 – Crescimento da população residente em Rio das Ostras entre 1940 e 2007.	72
30	Gráfico 8 - Comparativo da taxa de crescimento da população residente entre 1940 e 2000 – Rio das Ostras, Macaé, Estado e Região das Baixadas Litorâneas.	73
31	Mapa 17 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 1985.	75
32	Mapa 18 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 1995.	76
33	Mapa 19 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2000.	77
34	Mapa 20 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2005.	78
35	Mapa 21 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2009.	79

Figura		Pág.
36	Mapa 22 – Estimativa do espraiamento da área urbana de Rio das Ostras. 1985-2009.	80
37	Mapa 23 – Padrões de urbanização fluminense.	81
38	Gráfico 9 – Aumento da extensão da área urbana em Km ² . 1985 – 2009.	82
39	Gráfico 10 – Aumento da população em números absolutos. 1980 – 2007.	82
40	Periodização proposta para o entendimento da produção do espaço urbano de Rio das Ostras de 1950 a 2009.	85
41	Gráfico 11 – Royalties e participações especiais recebidos pelos municípios do Rio de Janeiro.	87
42	Gráfico 12 – Evolução da Receita Total de Royalties per capita entre 1997 e 2000 – Rio das Ostras.	87
43	Gráfico 13 - Evolução dos Royalties nas receitas municipais riostrense entre 2001 e 2007.	89
44	Gráfico 14 – Evolução da receita realizada. Rio das Ostras. 1997 a 2001.	90
45	Gráfico 15 – Evolução da receita realizada. Rio das Ostras. 2001 a 2006.	90
46	Gráfico 16 – Evolução do número de estabelecimentos. Rio das Ostras. 1996 - 2000.	92
47	Folder publicitário de venda de casas em condomínio.	94
48	Mosaico de Fotografias 1 – Outdoors de lançamentos e venda de imóveis ao longo da RJ 106.	94
49	Figura 49 – Recorte do Jornal Resgate, de março de 2008. “Poucas e ótimas”- Mercado Aquecido.	95
50	Fotografia 4 – Outdoor do empreendimento AlphaVille Costa do Sol.	97
51	Fotografia 5 – Entrada do condomínio Enseada Mar do Norte.	97
52	Localização publicitária de lançamento imobiliário AlphaVille Costa do Sol.	97

Figura	Pág.	
53	Mapa 24 – Mapa síntese dos eixos diferenciados de urbanização atuais de Rio das Ostras.	99
54	Fotografia 6 – Loteamento Âncora.	100
55	Fotografia 7 – Outdoor do projeto Reviver na RJ 106.	101
56	Imagem publicitária do projeto Reviver Região Sul.	101
57	Mapa 25 – Macrozoneamento do município de Rio das Ostras.	102
58	Gráfico 17 – Estabelecimentos hoteleiros em Rio das Ostras entre 1999 e 2004.	103
59	Material Governamental relacionado ao turismo, produzido pela prefeitura de Rio das Ostras.	104
60	Material publicitário governamental. Realização de distintos eventos em 2004.	106
61	Fotografia 8 - Ponte sobre o rio das Ostras, na RJ 106. Em jun. 2007.	107
62	Simbologias utilizadas pela prefeitura em 2005 e em 2007.	107
63	Fotografia 9 – Placa de sinalização de rua. Em abril de 2009.	108
64	Fotografia 10 – Outdoor governamental na RJ 106. Em abr. 2009.	108
65	Mosaico de Fotografias 2 – Placas Governamentais informativas de obras públicas. Em junho de 2007.	108
66	Mosaico de Fotografias 3 – Revitalização Urbano ambiental da orla de Costa Azul.	109
67	Mosaico de Fotografias 4 – Transformações na Praça José Pereira Câmara.	111
68	Mosaico de Fotografias 5 – Revitalização da Praça São Pedro.	113
69	Mosaico de Fotografias 6 – Reflexões relevantes dos campos.	114
70	Fotografia 11 – Fachada da Casa & Vídeo na Rod. Amaral Peixoto.	116
71	Recorte do jornal O Debate Rio das Ostras sobre instalação da filial da Casa & Vídeo, março de 2008.	116
72	Massa salarial por setores econômicos, Rio das Ostras, 2000-2005.	117

Lista de Tabelas

	Pág.
Tabela 1 Parcelamento do solo em Rio das Ostras entre as décadas de 50 a 80, comparativo a Casimiro de Abreu.	58
Tabela 2 Evolução populacional de Rio das Ostras, Urbana/Rural 1940 a 2000.	71
Tabela 3 Taxas de crescimento da população residente entre 1940 e 2000. Comparação entre Rio das Ostras, outros municípios, região das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense.	73
Tabela 4 Dependência dos principais municípios na faixa de exploração do petróleo – 1999/2002	88
Tabela 5 Gastos por função – Município de Rio das Ostras – 1997 – 2001	91

Lista de Siglas

ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CIDE	Centro de Informações e Dados do Estado Rio de Janeiro
CILSJ	Consórcio Intermunicipal para Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
GPS	Global Position System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PMRO	Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
PURO	Pólo Universitário de Rio das Ostras
s/d	Sem data
SECPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento de Rio das Ostras
TCE RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
ZEN	Zona Especial de Negócios

APRESENTAÇÃO

Desde a infância, Rio das Ostras revelou-se para mim como um espaço símbolo de alegrias, brincadeiras, família reunida, peixe na brasa e dias de sol na praia e na lagoa, pois ir para lá era um evento que estava sempre relacionado a tudo de bom que preenchia meu coração de criança. Depois de 1985, ano em que nasci, todo ano era a mesma coisa: eu e minha família – pais, avós e parentes - passávamos cerca de um mês e meio de férias em Rio das Ostras, pertinho da apelidada ‘Lagoa da Coca-Cola’, hoje Lagoa de Iriry, onde íamos nadar e brincar naquelas águas escuras. Passados 16 anos de repetidas férias nas praias, Rio das Ostras já tinha se tornado um lugar repleto de significados para nós. Todavia, em 2003, determinadas remodelações dos espaços praianos afligiram em cheio nossos corações, “Cadê as amendoeiras da praia do Remanso?”, “O que fizeram com os quiosques? Por que mudaram o tipo de artigos vendidos?”, dizia meu pai decepcionado e perplexo com o que via, após a obra de revitalização ‘urbano-ambiental’ da Praia de Costa Azul inaugurada pela prefeitura. “Rio das Ostras morreu para mim”, dizia meu pai ao voltarmos para casa, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, nas férias daquele ano. Após este momento, não voltamos para lá para passarmos férias ou feriados prolongados juntos, o que mudou nossa relação com Rio das Ostras de modo marcante. Determinados fenômenos observados por mim ao longo destas vivências, nestes 24 anos de vida, geraram indagações a respeito de quais processos espaço-temporais estiveram relacionados a esta mudança de significados de Rio das Ostras para minha família. Esta foi a motivação fundamental para a realização da dissertação que apresento: entender ao porquê das modificações que eu observava no espaço urbano, a fim de destrinchar qual produção do espaço ocorria, que jogos de representações estavam em cena e para que(m) se queria transformar tão abruptamente determinados espaços dentro do município.

INTRODUÇÃO

Rio das Ostras: o recorte espacial

Rio das Ostras é um município localizado na região das Baixadas Litorâneas¹, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Apresenta um único distrito sede localizado no litoral (Ver Figura 1) e, atualmente, conta com uma população de 91.085 habitantes (contagem de 2008, disponibilizada pela PMRO, 2009²) numa superfície de 230,62 Km² (IBGE, 2009).

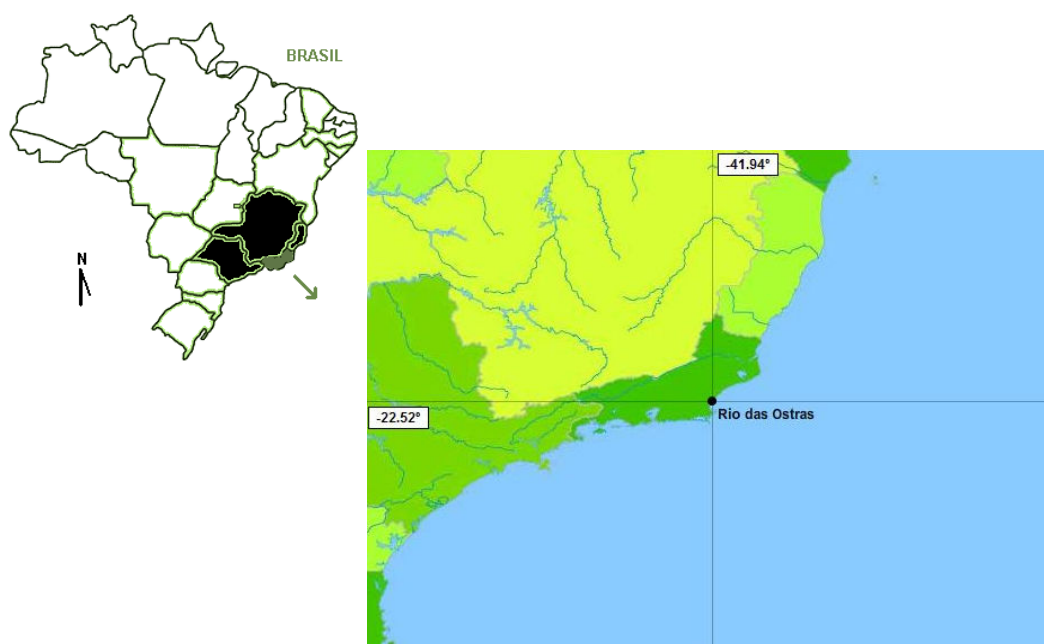


Figura 1 - Mapa 1. Localização da sede do município de Rio das Ostras, no litoral da região sudeste, Brasil. Adaptado de: IBGE (2009c).

¹ Vide classificação das regiões de governo do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE). Também fazem parte desta região de governo os seguintes municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

² A contagem feita pelo IBGE em 2008 foi disponibilizada pela PMRO em seu sítio na internet, vide bibliografia PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS (2009).

Administrativamente, organizou-se como município em 1993, ao se emancipar de Casimiro de Abreu, município com o qual se limita em sua porção sul e sudoeste (Vide Figura 2), permanecendo com um único distrito sede até os dias de hoje. A emancipação, que em 2009 completou dezessete anos comemorados através de festas na cidade, marcou a despedida de Rio das Ostras como terceiro distrito de Casimiro de Abreu e inaugurou uma nova fase de produção de seu espaço.

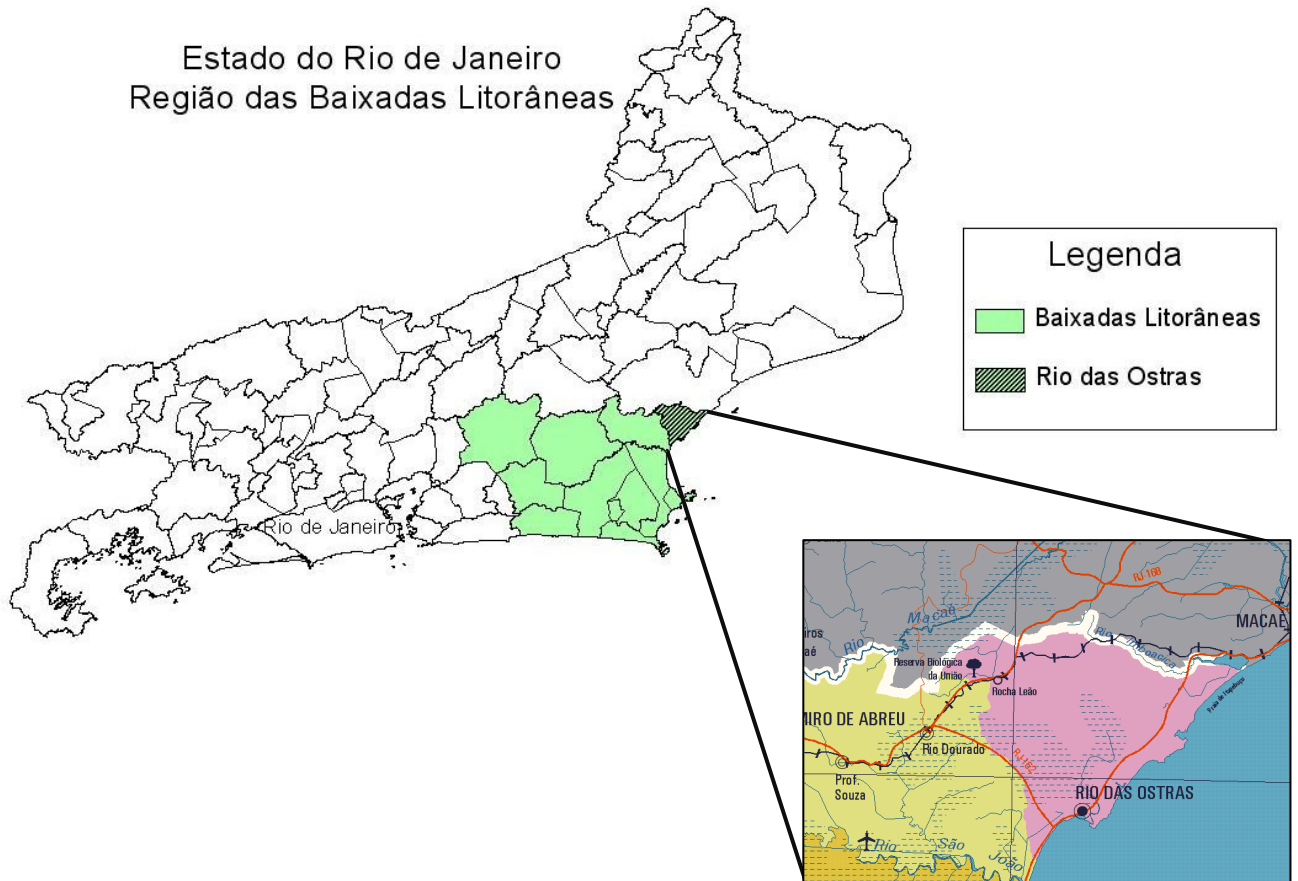
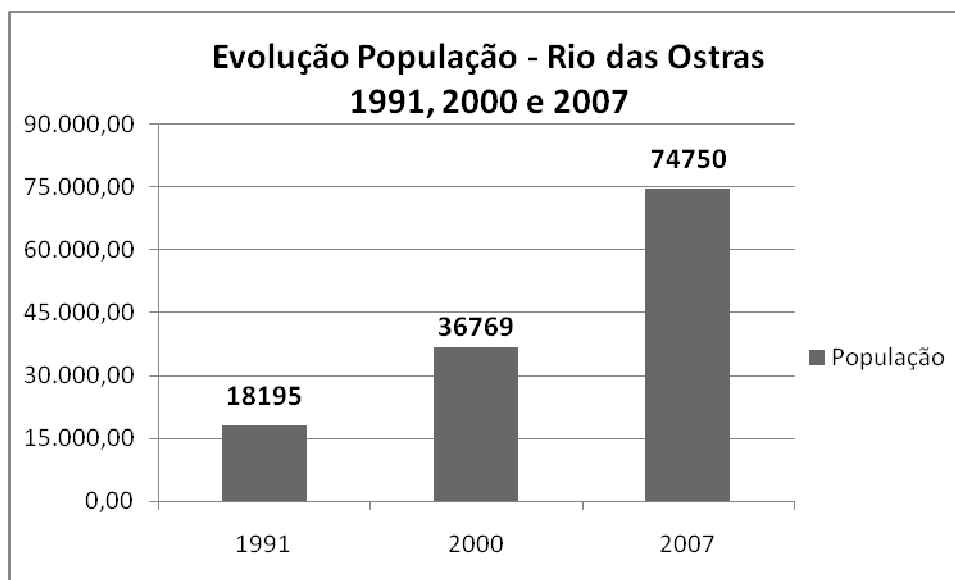


Figura 2 – Mapa 2. Região das Baixadas Litorâneas, à qual o município de Rio das Ostras pertence, e visualização dos municípios limítrofes: Macaé e Casimiro de Abreu. Adaptado de: CIDE (2007).

Esta fase de produção do espaço urbano do município é nosso foco, principalmente a desenvolvida na faixa litorânea, que se apresenta parcialmente ocupada, apropriada pelo turismo e por outras atividades diferenciadas, e que é alvo de intensas intervenções urbanísticas por parte dos gestores municipais. Além disto, o município tem passado por um intenso crescimento demográfico, uma vez que sua população dobrou durante a década de 1990 e, segundo recentes levantamentos do IBGE, de 2000 a 2008, o incremento populacional ocorreu de modo singular: em sete anos, a população, em números absolutos, dobrou

novamente (Vide Figura 3). Atualmente, Rio das Ostras apresenta um dos mais altos índices de crescimento demográfico do estado, com 9% de crescimento ao ano (IBGE, 2009).

Figura 3 - Gráfico 1- Evolução da População de Rio das Ostras entre 1991 e 2007



Adaptado de: CIDE (2009) e IBGE (2009b).

Apresentando-se como área de pesca, de passagem de rotas e tropeiros e com poucas transformações do espaço natural – realizadas, sobretudo, por jesuítas, índios, carmelitas e beneditinos (IBGE, 2009c) -, sem notória participação na economia da região em que se situa, desde o início da ocupação até meados do século XX, a área, hoje correspondente ao município de Rio das Ostras, nunca apresentou função portuária, dada as extensões dos rios São João e Macaé – maiores e mais interiorizadas em comparação ao curso do rio das Ostras - terem sido aproveitadas para escoamento de produtos³. Mesmo assim, as relações sócio-espaciais com o litoral se aprofundaram na primeira metade do século XX, principalmente nos anos 40, no contexto de abertura da rodovia Amaral Peixoto – RJ 106 - e de obras de drenagem realizadas pelo DNOS⁴, fazendo com que a partir da década de 1950, documentos estatais evocassem as belezas dos vinte e oito quilômetros⁵ de praias riostrenses e a fartura da

³ Vide mapas ao longo da dissertação, especialmente no capítulo 2. Além de contribuições de Lima (1998), discutidas na página 42.

⁴ Figueiredo (2000, p. 23), Moraes (1996, p. 40).

⁵ Dado disponibilizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS (2009).

pesca no litoral⁶ num contexto de valorização da área litorânea, que, por séculos fora assolada por surtos de malária (MORAES, 1996, p. 38).

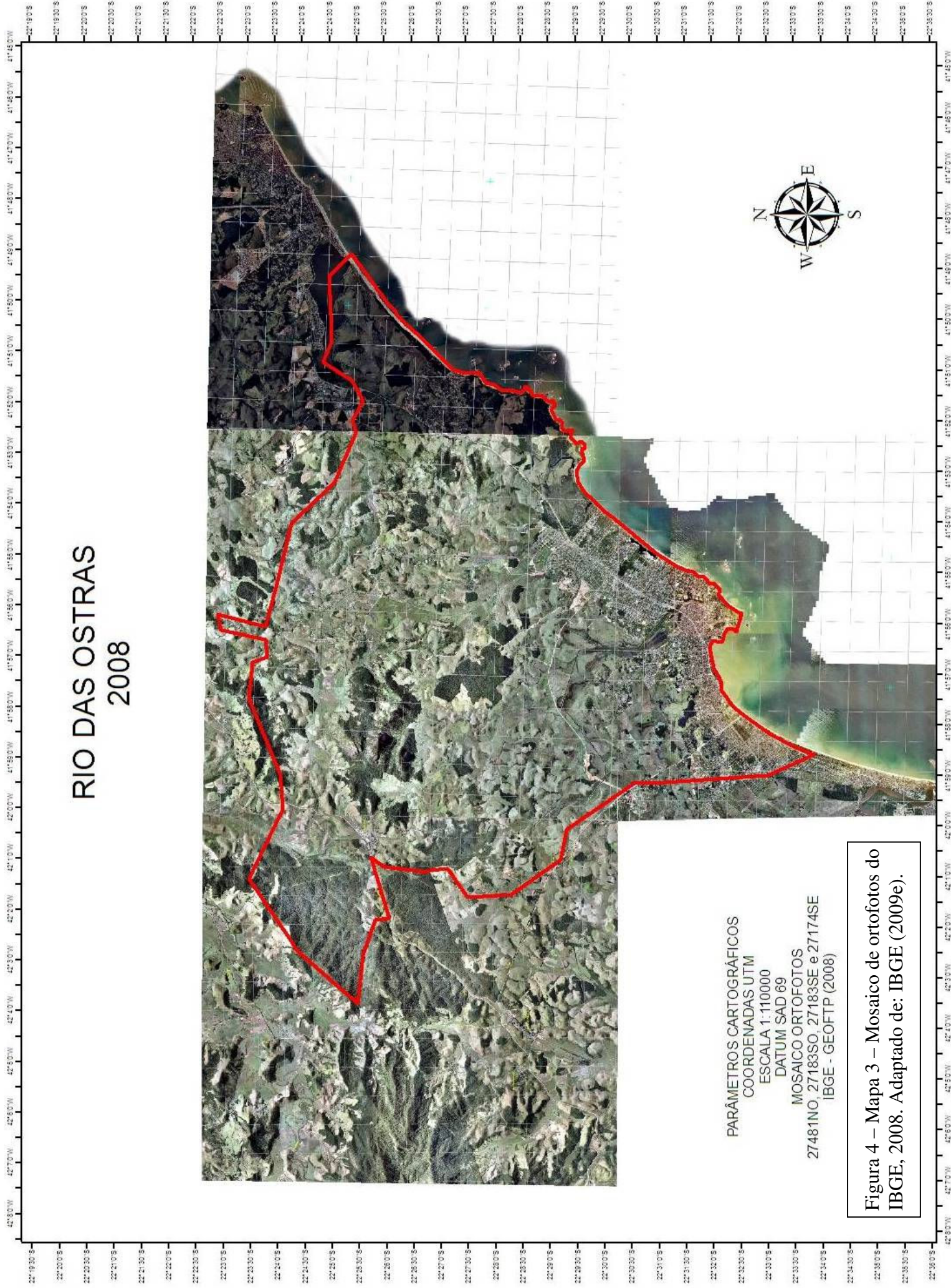
A década de 1970 assiste à elevação administrativa de Rio das Ostras a distrito de Casimiro de Abreu, dada a importância do turismo crescente na área litorânea que fazia a população urbana crescer abruptamente, entre 1960 e 1970, enquanto a população rural regrediu cerca de 13%, a população urbana do distrito obteve aumento próximo a 68%.⁷

Estudamos a produção do espaço após a emancipação, em 1993, que trouxe consigo novas possibilidades e disputas no contexto da concepção de que espaço produzir. Uma de nossas hipóteses é que a ótica de produção do espaço urbano muda a partir desta data. É, por este motivo, que o recorte espaço-temporal foi definido a partir deste ano até os dias de hoje, com preocupações em analisar as transformações espaciais e as estratégias de produção do espaço interno à área municipal.

Com o objetivo de melhor visualização do espaço foco de nossas análises, disponibilizamos na próxima página um material cartográfico atual do município confeccionado através de um mosaico de ortofotos do IBGE, relativas ao ano de 2008. Neste mapa, a linha vermelha corresponde ao limite municipal de Rio das Ostras.

⁶ Também pesca fluvial - sobretudo ostras no rio das Ostras. Vide ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Municípios em destaque*. Ed. SI. SI. Curitiba. 414p: mapas. 1978-1979.

⁷ Tais dados serão melhores discutidos no capítulo 2. Cálculos feitos com base na Série histórica da População por município (CIDE, 2009). População urbana em 1960 (3.340) e em 1970 (5.620). População rural em 1960 (1.207) e em 1970 (1.047).



RIO DAS OSTRAS 2008

PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS
 COORDENADAS UTM
 ESCALA 1:110000
 DATUM SAD 69
 MOSAICO ORTOFOTOS
 27481NO, 27183SO, 27183SE e 27174SE
 IBGE - GEOFTP (2008)

**Figura 4 – Mapa 3 – Mosaico de ortofotos do
 IBGE, 2008. Adaptado de: IBGE (2009e).**

Objeto da pesquisa e hipóteses de trabalho

O objeto da pesquisa vincula-se à produção do espaço urbano dentro do sistema capitalista alinhada às estratégias presentes neste processo no município de Rio das Ostras. O recorte temporal refere-se ao período posterior à década de 1950 até os dias atuais e, espacialmente, damos prioridade ao espaço intra-municipal.

Desta forma, propomo-nos analisar a recente produção do espaço de Rio das Ostras, ocorrida nas últimas décadas, como o resultado de estratégias políticas de valorização do espaço e de novas representações - um novo imaginário - associadas ao turismo e a setores diferenciados da economia, que vem redefinindo um novo papel para o município. Percebe-se que setores diferenciados, tais como o comércio, o lazer, o setor de serviços, o setor imobiliário, as indústrias, as atividades rurais e a promoção de eventos turísticos e de negócios são dinamizados no contexto da produção espacial.

Descrevemos, a seguir, algumas hipóteses trabalhadas para a análise da produção do espaço urbano nos últimos dezessete anos, período posterior à emancipação, que se referem:

- a) à emancipação do município em 1993, descrita anteriormente;
- b) à mudança orçamentária relacionada ao incremento dos royalties do petróleo nas receitas municipais entre 1997 e 1998 associada ao início de estruturação de uma nova política urbana, adotada a partir desta época, com ênfase no *city marketing* e no empreendedorismo urbano;
- c) à consolidação de fluxos turísticos como parte da expansão do turismo-veraneio⁸ nos municípios litorâneos da região das Baixadas Litorâneas;
- d) e ao novo papel do município como *núcleo complementar* de negócios, lazer, consumo e moradia associados à atividade petrolífera de Macaé no contexto da dinâmica econômica da região da chamada da Bacia de Campos.

A nosso ver, a emancipação do município em 1993 foi um evento que se caracterizou como um marco recente do processo de produção do espaço urbano de Rio das Ostras com implicações direta ou indiretamente nas outras hipóteses aqui levantadas pelo fato de sua centralidade política. Entendemos que a emancipação é fundamental para reflexões sobre os processos delas decorrentes, como a organização política, administrativa e territorial do município que possibilitou a implementação de políticas pelo poder local de modo mais

⁸ Com base em reflexões realizadas por Moraes (1996, p. 114-116), optamos utilizar a expressão 'turismo-veraneio' ao invés de 'turismo' por conta desta expressão adequar-se mais ao fenômeno comum no município, previsto até em seu Plano Diretor (Art. 53, Inciso VII), de alta e baixa temporadas turísticas, relacionadas a semanas ou meses de ocupação intensa de domicílios de uso ocasional.

incisivo e calcado em estratégias de produção do espaço direcionadas. Além disto, possibilitou a organização da máquina pública uma vez que centralizou os recursos a serem implementados mediante interesses políticos voltados para a produção do espaço municipal.

A mudança orçamentária relativa aos royalties e sua relação com a mudança da política urbana municipal após 1998, segunda hipótese levantada, é analisada através de dados do TCE RJ, que apontam ser entre 1997 e 1998 a fase em que as receitas municipais sofrem um incremento nunca dantes visto, com aumento de cerca de 327% no recebimento de royalties *per capita* nas receitas públicas entre 1998 e 1999 (QUINTELLA, 2000). Além disto, tamanho incremento possibilitaria a efetivação de uma hegemonia urbana iniciada com a emancipação e afirmada sob a ótica do empreendedorismo urbano.

A expansão do turismo-veraneio nos municípios litorâneos da região das Baixadas Litorâneas, outra de nossas hipóteses de trabalho, é tema bastante evidenciado em estudos sobre o estado do Rio de Janeiro⁹. Rio das Ostras participa deste processo a partir da década de 1970. A expansão desta atividade relaciona-se à construção da ponte Rio – Niterói, no contexto de fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, que, na década de 1970, possibilitou o aumento dos fluxos turísticos advindos da cidade do Rio de Janeiro, atual cerne da região metropolitana. Rio das Ostras dista 170 km da cidade do Rio de Janeiro e possui duas ligações rodoviárias asfaltadas importantes, a BR 101 e a RJ 106¹⁰.

A última hipótese de trabalho refere-se ao estudo da transformação de Rio das Ostras num tipo de *núcleo complementar* associado à atividade petrolífera. Tratada como a “capital do petróleo”¹¹, Macaé assistiu a grandes mudanças econômico-espaciais após a instalação da Petrobras no espaço intra-municipal em 1979¹². Tanto a proximidade em relação à posição geográfica de seus núcleos urbanos – distantes entre si vinte e cinco quilômetros que se estendem numa planície cortada por uma rodovia asfaltada, a Amaral Peixoto, RJ 106 -, quanto em relação aos fluxos socioespaciais, entre Rio das Ostras e Macaé faz-se sentir com a observação do aumento contínuo do movimento pendular de carros entre as cidades na rodovia, na estadia freqüente de funcionários da Petrobrás em pousadas de Rio das Ostras e na instalação da ZEN – Zona Especial de Negócios – no limite entre os dois municípios. Tais levantamentos levaram

⁹ Marafon (2005, p. 55), em capítulo que trata a Região das Baixadas Litorâneas descreve que “Durante as últimas décadas, as atividades relacionadas ao turismo e ao lazer passaram a ser muito importantes nos municípios litorâneos, onde se observa, como consequência, o parcelamento do solo, resultante da especulação imobiliária, que aumenta ainda mais a demanda sobre os equipamentos urbanos e a estrutura viária.” Outros trabalhos evidenciam esta questão: Figueiredo (2000), Santos (1981), Germano (2001) e Moraes (1996).

¹⁰ Pode-se utilizar também a RJ 124, a pedagiada Via Lagos, em um trecho do percurso, que ao total dura duas horas e 40 minutos entre a capital do estado e o município (PMRO, 2009).

¹¹ Denominação utilizada pelo poder político municipal de Macaé em publicidade governamental, conforme mostra Swatowisk (2006, p. 19).

¹² Dados sobre a implantação da base logística em Macaé foram retirados de Piquet (2004, p. 29).

Araújo (2006) a delinear “novas formas espaciais instituintes” comuns a estes dois municípios e a Cabo Frio, intituladas como “cidades do petróleo”¹³.

Justificativa

O alto crescimento demográfico verificado no município nas últimas décadas¹⁴, o crescimento das atividades petrolíferas com sístole em Macaé e a relevância dos debates sobre urbanização e turismo revelam temas atuais de discussão para uma geografia que trate o espaço urbano do estado do Rio de Janeiro.

Somado a isto, verificamos o estágio recente de estruturação governamental da prefeitura do município, a existência de um Plano Diretor criado em 2005 e finalizado em 2006¹⁵ e um conjunto de estudos de grande importância realizado pela prefeitura no contexto da efetivação deste plano, o que demonstra a importância do estudo que propomos realizar nesta dissertação.

Da mesma forma, percebe-se uma explosão de obras e redinamizações por que passam vários fragmentos da cidade, construindo novas e diferenciadas paisagens nos últimos anos, principalmente na área litorânea. É notável a importância de estudos deste tipo de produção do espaço urbano dado que, desde a urbanização pretérita¹⁶, o fenômeno de urbanização litorânea é preponderante em nosso país.

O enfoque que é dado à municipalidade refere-se à expectativa de que ela é a escala mais incidente na estruturação da malha urbana que ocorre de forma mais reluzente na implantação de serviços públicos (CORRÊA, 1993, p. 26) e que a atuação estatal está imersa na concepção do espaço, desenvolvendo estratégias de produção do espaço urbano.

¹³ Ao analisar as formas e processos urbanos ocorridos nos dois municípios, a autora os denomina de “cidades do petróleo”, apontamento que julgamos ser interessante, porém pouco explicativo para responder às nossas inquietações frente à urbanização e ao processo de produção do espaço urbano de Rio das Ostras.

¹⁴ Discussões mais aprofundadas sobre este crescimento demográfico estão nas páginas 70- 72 deste trabalho.

¹⁵ Vide bibliografia, RIO DAS OSTRAS (2006a).

¹⁶ Fase anterior ao período técnico-científico, delimitado por Santos (2005, p. 19).

Metodologia utilizada e a estrutura da dissertação

A fim de trabalhar as hipóteses descritas e os temas aqui levantados propomos uma metodologia baseada no método “regressivo-progressivo”, baseado em obras de Lefebvre, descrito por Martins (1996, p. 20-22)¹⁷. Entendendo que a realidade social é caracterizada por uma dupla complexidade – vertical e horizontal – iniciamos descrevendo o visível (horizontal), substancialmente em trabalhos de campo, buscando reconstituir a diversidade das relações socioespaciais, a fim de mergulharmos na coexistência destas relações (complexidade vertical), para apreciar o vivido onde “se faz a combinação a prática das coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas”, buscando, a partir de suas especificidades, datar seus diferentes componentes. Após este momento, reencontrar-se com o presente é necessário a fim de elucidar “o percebido pelo concebido teoricamente” e definir “as condições e possibilidades do vivido”. Tal método elabora um quadro de contradições não só relativas aos confrontos de interesses de classes, mas também relativas aos desencontros de tempos e de possibilidades, fundadores de virtualidades e alternativas não consumadas.

Tal método lefebvriano relaciona-se à transdução, exposto em Lefebvre (2001). Ao falar da síntese, ele revela que é necessária a convergência que levaria a uma virtualidade, um objeto virtual construído e aproximado a partir de dados experimentais. Refere-se também à teoria geral das formas que encararia a cidade como reunião, simultaneidade e encontro, cuja transdução a apoiaria metodologicamente e a codificaria. Transdução aborda tanto a indução quanto a dedução. Nosso esforço centrou-se na análise das contradições com base no desenvolvimento das hipóteses a fim de estruturar sínteses, a partir do trânsito na perspectiva de método supracitada. “[...] o método consiste em superar tanto a descrição (ecológica) quanto a análise (funcional, estrutural) sem aliás superá-las, a fim de tender para a apreensão do concreto - do drama urbano ”(LEFEBVRE, 2001, p. 116).

Para recompor as interações espaciais inseridas no processo histórico de formação da área de estudo, resolvemos entender que tempo e espaço são parâmetros comparáveis e “É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza esta união entre espaço e tempo” (SANTOS, 2006, p. 54).

¹⁷ Martins (1996) utiliza duas obras de Lefebvre, a saber, *Problèmes de sociologie rurale* In: Cahiers Internationaux de Sociologie, volume VI, Paris: Seuil, 1949: p. 78-100. E *Perspectives de sociologie rurale* In: Cahiers Internationaux de Sociologie, volume XIV, Paris: Seuil, 1953: p. 122-140; traduzidos na obra do mesmo autor(org), intitulada *Introdução Crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Além disto, a metodologia tem como base referenciais advindos do marxismo, no que diz respeito à valorização do espaço e à produção do urbano, mediante o entendimento sobre os valores de troca e de uso.

Deste modo, propomo-nos a entender o passado a partir do presente, método de abstração histórica, método regressivo, do abstrato ao concreto (QUAINI, 1979, p. 19), com a preocupação de fugir de uma abordagem acrítica no sentido de negar tautologias do senso comum dominante¹⁸.

A respeito das práticas discursivas imersas nas representações do espaço do município, buscamos recuperar discursos textuais, orais e imagéticos através de pesquisas em jornais, revistas, rádio e TV, em documentos oficiais municipais – planos, programas políticos, legislação e publicidade governamental -, em entrevistas com servidores da prefeitura e moradores e em materiais da mídia local e nacional. Além disto, com vistas ao levantamento e análise das estratégias do poder público local na produção do espaço urbano, partes significativas do aparato legal do município foram base para algumas reflexões¹⁹.

Foram realizados três trabalhos de campo entre os anos 2007 e 2009 – o primeiro em junho de 2007, o segundo em março de 2008 e o último em abril de 2009 - cujo planejamento esteve relacionado às necessidades de descrição do *visível*, por vezes, à aplicação de questionários qualitativos - semi estruturados, suficientes para constituirmos um quadro analítico²⁰ - em diferentes bairros da cidade, e à apreensão de dados textuais, fotográficos e cartográficos do município.

A realização de tais trabalhos nos levou a um grande esforço físico, por vezes, através de extensas caminhadas, com vistas a vivenciar e apreender empiricamente as diferentes localidades da cidade, do litoral à franja de expansão urbana, das áreas nobres às de ocupação popular.

Todavia, é importante assinalar limitações da descrição do visível e das paisagens, conforme descreve Serpa (2006, p. 16) uma vez que “não é somente a ‘realidade objetiva’ que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa e pesquisa”. Ao analisar espaços urbanos no campo, buscou-se ir para além da observação da natureza ou da tipologia de seus elementos, buscando a abstração que revela a

18 Reflexões calcadas em palavras de Quaini (1979, p. 40-41) quanto à abordagem acrítica ser aquela que promove a “restauração sub-reptícia do empírico do senso comum da ideologia dominante”. A relevância de trazer referenciais do marxismo para o debate deste trabalho baseia-se, dentro outros motivos, no fato de que, como afirmou Harvey (2006, p. 27), “Apartar-nos de Marx é cortar nosso nariz investigativo a fim de satisfazer à face superficial da moda intelectual contemporânea”.

¹⁹ A saber: a lei nº 194/96 de zoneamento geofísico – que regula, dentre outras coisas, o gabarito das construções; a lei nº 1308/08 sobre o Plano Plurianual 2006/2009; a lei 202/1996 sobre parcelamento e uso do solo; lei complementar 044/2005 sobre Plano Diretor; e Lei Orgânica do Município, de 09/06/1994.

²⁰ Vide Apêndice. Realizamos 20 entrevistas com transeuntes.

relação existente entre as coisas, fornecendo possibilidade real de conhecê-las (SANTOS, 1992, p. 14).

A atenção ao sistema social, dado que o espaço faz parte deste sistema, além da necessária preparação antes da realização dos campos – através de leituras de obras gerais, estudos locais e fontes estatísticas e metodológicas – a fim de florescer maiores possibilidades para refletir sobre as hipóteses de trabalho em campo dialeticamente, com vistas à interpretação, que recuse a distração pelo anedótico, com foco nas preocupações das pessoas, com as quais conversamos, na busca de, sob o cotidiano, descobrir o inexplicável (KAISER, 2006, p. 97-100) foram referências nos três trabalhos de campo realizados.

Sendo o objeto geográfico, segundo Santos (2006, p. 73), um “testemunho atual da ação”, observa-se a necessidade de abarcar todos os objetos na análise uma vez que, por serem extremamente interligados e por possuírem valores relacionais, não podem ser analisados separadamente. Desta forma, os trabalhos de campo prezaram por utilizar este tipo de método, gerando levantamentos fotográficos, análises e, por vezes, mapeamentos com auxílio de GPS, de situações cujos objetos eram analisados em relação com os demais observados no mesmo campo.

Tais atividades de campo estiveram associadas à realização de uma cartografia da produção do espaço urbano, tendo como base materiais de órgãos como o CIDE, o IBGE e a PMRO e os levantamentos realizados em campo com a coleta de pontos, fotos e descrições. Foram utilizadas imagens do satélite Landsat 5 TM nas bandas 5, 4 e 3, com resolução geométrica de 30 metros²¹ disponibilizadas pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em seu sítio da internet, além de ortofotos disponibilizadas na base de dados do IBGE em seu sítio na internet denominado Geoftp. Tal material foi analisado, georreferenciado em sistemas de coordenadas geográficas e interpretado no que diz respeito ao espraiamento da área urbana municipal de 1985 a 2009. Tal interpretação de imagens foi feita pela autora com base nos campos e conhecimentos prévios do espaço mapeado. Para isto, utilizou-se a plataforma ArcGis 9.2, presente em laboratórios de Geoprocessamento dentro do Instituto de Geociências da UFF, com a ferramenta de criação de shapes e cálculo de áreas, a fim de efetuar gráficos e estatísticas.

Fontes como os levantamentos do TCE RJ a respeito das contas e receitas municipais e os *Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses*; anuários, banco de dados econômicos e demográficos e materiais cartográficos elaborados pelo CIDE; e materiais

²¹ Cada pixel da imagem corresponde à área de 0,09 ha.

disponibilizados pelo IBGE em seus bancos de dados na internet – Geoftp, Sidra e Cidadesat – foram tabuladas e analisadas, gerando informações para o corpo textual do trabalho sob a forma de tabelas, gráficos, interpretações e mapas.

Espacializar dados estatísticos – sociais, econômicos, demográficos e culturais - do município foco do trabalho não nos permite o entendimento do que é a cidade, segundo Lefebvre (2001). Estas correlações de dados geralmente são tratadas como caminhos de um entendimento da cidade, mas Lefebvre aponta equívocos neste tipo de trabalho, uma vez que estaria ocorrendo uma particularização que não alcançaria a síntese necessária para a compreensão da cidade enquanto objeto teórico. Segundo Lefebvre (1979), o esforço analítico deveria ser acompanhado do esforço sintético em uma articulação dialética. Tentamos trilhar este caminho.

Foram realizados, no devir da pesquisa, levantamentos bibliográficos sobre temas gerais, buscando também e estudos de temáticas regionais e sobre o estado do Rio de Janeiro. Trabalhos de pesquisa e publicações que abordam algumas hipóteses de trabalho e estudos sobre o município de Rio das Ostras também foram identificados nesta etapa imprescindível à realização de qualquer trabalho acadêmico.

A dissertação que apresentamos divide-se em três capítulos principais.

O primeiro capítulo *Referencial teórico* tem como objetivo clarear as opções teóricas desta dissertação. Disserta-se sobre a produção do espaço urbano, as representações espaciais e, por fim, sobre as estratégias e a política urbana sob a ótica do *city marketing* e do empreendedorismo urbano, de modo articulado. Buscamos delinear um suporte teórico para as nossas reflexões nos capítulos 2 e 3.

No segundo capítulo, intitulado *Da cidade ao urbano: a produção do espaço de Rio das Ostras*, trabalhamos algumas hipóteses de trabalho levantadas a fim de compreendermos a produção do espaço urbano do município entre a década de 1950 até 1993, como o incremento do turismo após a década de 1970 e as interações espaciais entre Rio das Ostras e o vetor das atividades petrolíferas com sístole em Macaé. Além disto, neste capítulo, recorreremos a uma análise espaço-temporal com base no método regressivo-progressivo, a fim de explorar alguns porquês da atual localização de determinados fixos em seu espaço e de determinadas características de sua configuração espacial atual. Em suma, foca-se a produção do espaço riostrense através do delineamento de uma proposta de periodização que explique a emergência do urbano em Rio das Ostras e as características da produção deste urbano através da urbanização turística.

O capítulo 3, *Política urbana e estratégias do poder público em Rio das Ostras*, tem no seu cerne o debate sobre as estratégias presentes na ótica dos gestores públicos municipais. Busca-se o aprofundamento sobre a nova política urbana implementada no município associada ao *city marketing* e ao empreendedorismo urbano. São analisadas as estratégias de produção do espaço urbano riostrense especificamente no período após a emancipação municipal de Casimiro de Abreu, em 1993.

Para a finalização do trabalho, pontuamos questões evidenciadas pelo trabalho nas considerações finais, revelando posicionamentos a partir de reflexões realizadas ao longo da dissertação.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A produção do espaço urbano

Entender que o espaço não é algo dado como um recipiente ou algo só modificado por ações, mas entendê-lo como espaço produzido é uma perspectiva que trazemos para este trabalho.

Trabalhar com a idéia de que o espaço não é palco, mas sim constitui a engrenagem de um processo de produção social, econômica e política foi uma de nossas escolhas. Além disto, buscamos superar a idéia de espaço estritamente tido como condição e instrumento do modo de produção capitalista ou como subsistema e expressão da estrutura social.

A opção teórica está relacionada ao entendimento de que a produção do espaço ocorre de forma dialética, lógica que se aprofunda nos entendimentos de tese, antítese e síntese²².

O termo *produção* possui notável presença em trabalhos de geógrafos que utilizam referências teóricas do marxismo. Seu entendimento é entrelaçado à dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção, imbricadas no conceito de modo de produção, no contexto do materialismo histórico. Lefebvre (1979) reconhece o materialismo histórico como um processo do conhecimento que vai do abstrato ao concreto, do formal ao conteúdo, e do imediato ao mediato²³.

²² Quaini (1979, p. 40) explora as diferenças entre a dialética especulativa - de Hegel no sentido de que ela tem como foco encontrar nas determinações concretas o conceito puro - e dialética do materialismo histórico - proposta por Marx que busca encontrar a lógica específica do objeto específico.

²³ Há outros entendimentos e assertativas: o materialismo histórico é definido por Quaini (1979, p. 43) como “[...] anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fiscalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente

Quaini (1979, p. 96) apresenta-nos uma correlação entre relações de produção e formação econômico-social:

Em suma, Marx vê o processo histórico como uma sucessão de sistemas de relações temporárias, formações econômico-sociais ou determinados modos de produção definidos – entre as forças produtivas (natureza, população, meios de produção, etc) e as relações de produção (isto é, toda a organização social, administrativa, territorial, etc) que fixam os equilíbrios temporários, continuamente modificados pelo homem na produção da sua vida, no trabalho, isto é, na própria atividade na qual os homens, modificando não somente a natureza externa (isto é, todo o seu ambiente de trabalho, seja ele natural ou artificial), mas também sua própria natureza (criando forças novas e novas concepções, novas necessidades e uma nova linguagem, numa palavra, novos tipos de relações), impõem as condições para vencer toda a inércia da organização social e territorial precedente.

A partir de debates de Quaini (1979), ressalta-se que, no sistema capitalista, a produção está voltada à riqueza. De outro modo, as condições e meios de produção da vida material são produtos do trabalho humano, no sentido de que o trabalho produz valores de uso²⁴. Além disto, o autor, através do entendimento de que espaço produzido é espaço artificial, afirma que Marx antecipa a discussão da “dialética do urbano e da produção do espaço”.

A utilização e/ou a conceitualização do termo produção do espaço estão presentes em obras de autores como Horacio Capel (1975), Henri Lefebvre (1981), Manuel Correia de Andrade (1984)²⁵, Sonia Barrios (1986), Oriestes Gomes (1990), Edward Soja (1993), Ana Fani Carlos (1994), Mark Gottdiener (1997) e David Harvey (2005), além de ter se tornado, atualmente, terminologia comum entre os trabalhos geográficos.

Dentre estes trabalhos, após leituras e discussões, decidimos trabalhar de modo mais intenso com as conceituações de Lefebvre (principalmente através das obras publicadas em

humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a historicidade da natureza nem a naturalidade da história.” Além disto, ele afirma, na mesma obra, que “[...] no materialismo histórico a dimensão espacial não é de modo algum sacrificada pela dimensão temporal [...]” (Idem, p.35). David Harvey (2006), de outra forma, apropria-se de referenciais marxistas e denomina um “materialismo histórico-geográfico”.

²⁴ Quaini (1979, p. 72-74) oferece discussões a respeito das condições e meios de produção da vida material e das diferenciações entre meios e objetos de trabalho. Na página 89 do mesmo livro, Quaini utiliza trechos do volume II do *Capital* de Marx a fim de ressaltar que o homem não é o objetivo da produção e sim a riqueza, na sociedade capitalista.

²⁵ Esta obra de Manuel Correia de Andrade desenha uma análise focada nos agentes produtores, sobretudo no estudo do espaço como produto das ações do poder político das classes dominantes, no contexto brasileiro, notadamente da região nordeste.

1979, 1981, 1999, 2001, 2006 e 2008²⁶), uma vez que entendemos que estes trabalhos trouxeram um arcabouço fundamental para nossas reflexões. Todavia, propomo-nos a realizar uma discussão teórica ampliada sobre as contribuições de Lefebvre e a perspectiva da produção do espaço.

Abriremos um diálogo com Gottdiener (1997) já este autor conceitua “a produção social do espaço urbano”, a partir de suas preocupações com os problemas urbanos dentro dos “espaços de assentamento”²⁷ norte-americanos. Tal conceituação aglutina a defesa de que os padrões de assentamento são produzidos pelo sistema de organização social, envolvendo forças econômicas, políticas e culturais dialeticamente através de um elo entre causa social e efeito espacial. Indica que o paradigma alternativo proposto através da produção do espaço é imprescindível frente às mudanças da organização espacial, uma vez que até aquele momento, visualiza que a pesquisa urbana teria utilizado a distribuição espacial como meio de discussão dos problemas urbanos e teria evitado o debate de como os padrões espaciais são produzidos pelas ações sociais. Além disto, sua perspectiva conta com o entendimento de que o setor imobiliário constitui uma frente da materialização do desenvolvimento do sistema capitalista²⁸, assim como entende que redes, para além do Estado, configuram um motor para a produção de espaço. Sendo o município foco desta pesquisa uma cidade pequena, vale ressaltar que o autor, em seus apontamentos, expõe que as cidades de menor tamanho são as que vivenciam os maiores incrementos populacionais.

Soja (1993) debate a espacialidade no marxismo, propondo um materialismo histórico e geográfico. Identifica Lefebvre como um intelectual situado entre dois extremos: uma linha de pensamento que defende ser a análise tradicional de classes inviolável - próxima a uma linha historicista tradicional-; e outra linha de pensamento dos neomarxistas que atribuem às relações espaciais um potencial de transformação da sociedade capitalista. Além disto, Soja afirma que este autor não teria tido “pleno êxito na definição de uma síntese transescalar da dialética sócio-espacial” (SOJA, 1993, p. 104).

Em várias obras, os processos de produção e reprodução encontram-se imbricados. Sobre este tema, Carlos (1994, p. 34) explora o que denomina “(re)produção do espaço urbano”:

²⁶ Vide a bibliografia, ao final deste trabalho. A obra de 2008, *Espaço e Política*, foi editada pela primeira vez em 1972, *Le droit à la ville suivi de Espace et Politique*, Paris: Éditions Anthropos, tendo sido traduzida recentemente para o português.

²⁷ Gottdiener (1997) utiliza esta expressão quando faz referência às cidades.

²⁸ Assim como Lefebvre, como exploraremos adiante.

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através da sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento.

Lefebvre (1981, p. 41) mostra ser relevante o encadeamento entre produção e reprodução, inseparáveis dada a divisão do trabalho familiar e suas repercussões, ressaltando o discernimento que o espaço tem para localizá-las, sendo este espaço um espaço social que contém as relações sociais de reprodução e as relações de produção. Todavia, ele complexifica tal análise, no contexto de explorá-la dentro da estrutura “neo-capitalista”. Indica que o espaço contém representações de uma tripla interferência: a da reprodução biológica, o da reprodução da força de trabalho e o da reprodução das relações sociais de produção²⁹.

Capel (1975) preocupa-se em analisar o que denomina como “morfologia urbana”. Para tal, desenvolve uma idéia relacionada à produção do espaço urbano como resultado de práticas de alguns agentes dentro do sistema capitalista, que atuam utilizando mecanismos legais ou, à margem destes, obtendo posteriormente sanções legais. O autor indica que a cidade e o espaço capitalistas são modelados segundo interesses, às vezes contraditórios, de uma série de agentes. Ressalta que as normativas jurídicas não são neutras, abordando que na Espanha, em algumas ocasiões, elas constituem discursos suficientemente ambíguos para serem burlados segundo determinados interesses (Idem, p. 85-86).

Harvey (2006, p. 80-81) compreende a produção do espaço como “aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes”.

Todavia, é importante ressaltar que Paul Claval (1985, p.284) expõe ser a expressão produção do espaço, cunhada por Lefebvre em 1981, absurda e ambígua, mesmo que ela caminhe no sentido daquilo que o marxismo sempre se manteve ligado afetivamente. Alerta para a questão de sua relação com a suposição de que o espaço é algo engendrado através de qualquer coisa, inclusive daquilo que não está/é do/no espaço. Critica o enfoque na

²⁹ “L’espace social contient [...] les rapports sociaux de reproduction [...] et les rapports de production [...]. Ce deux enchaînements, production et reproduction, ne peuvent se séparer [...]. Avec le capitalisme et surtout le néo-capitalisme ‘moderne’ la situation se complique. Trois niveaux s’imbriquent, celui de la reproduction biologique (la famille) – celui de la reproduction de la force de travail (la classe ouvrière comme telle) – celui de la reproduction des rapports sociaux de production, c’est à dire des rapports constitutifs de la société capitaliste [...]” (LEFEBVRE, 1981)

imaterialidade, através de uma leitura literal da expressão, e relata ser este modo de compreensão logicamente insustentável num marxismo ortodoxo³⁰.

Castells (1983, p. 113-117), principalmente no livro *A questão urbana*, faz crítica, dentre outras coisas, ao sentido de finalização da história presente nas obras de Lefebvre com a instauração da sociedade urbana, que ele denomina como “utópica”. Gottdiener (1997) argumenta que tanto Lefebvre quanto Castells foram responsáveis por avanços teóricos importantes no contexto da pesquisa urbana. Defende que Lefebvre, mesmo com progressos significativos relativos à dialética sócio-espacial, apresenta limitações relativas a uma “análise classista da organização sócio-espacial e uma especificação do processo de acumulação de capital no espaço”. Todavia, na visão de Gottdiener (1997, p. 30), Castells teria feito uma réplica estruturalista à obra de Lefebvre - seu antigo professor-, tendo realizado progressos relativos à teoria do espaço com base em Althusser.

Para Castells (1983, p. 146) o espaço é:

produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

Tal entendimento assemelha-se, em parte, com a perspectiva de Sonia Barrios (1986). Esta autora trabalha a produção do espaço a partir da vinculação entre práticas e estruturas sociais. O contexto de produção econômica, política e cultural-ideológica, geraria produtos como o espaço, entendido como “produto material dos processos sociais”, parte da estrutura com foco na ação social (Idem, p.1-2).

Lefebvre correlaciona espaço, movimento e dialética sob uma ótica marxista diferenciada, tendo sido censurado nos anos 40 devido às críticas ao partido comunista³¹. Para ele, o espaço não deve ser entendido como produto, mas como algo produzido. Não haveria ‘o espaço’, mas sim ‘espaços’, cada qual produzido por um modo de produção, mesmo que as diferenciações entre eles não se dessem somente no plano das diferenças no modo de

³⁰ “C’est pour cela que la mode se développe de parler de production d’espace: l’expression est absurde, mais elle fait partie de ces formules pour lesquelles le marxisme a toujours manifesté sa dilection! Elle est ambiguë, puisqu’elle laisse supposer que l’espace peut être engendré par quelque chose qui n’est pas de lui-même de l’espace, ou dans l’espace, et qui n’est donc pas matériel. Une telle position n’est pas logiquement soutenable pour les marxistes orthodoxes: prise littéralement, ne signifie-t-elle pas que l’espace et la matière ne comptent pas, que les seules réalités sont sociales, c’est-à-dire par nature immatérielles?” (CLAVAL, 1985).

³¹ Vide *Espaço & Debates*, ano X, 1990, n. 30, p. 61-69. Entrevista com Henri Lefebvre.

produção, uma vez que existiriam múltiplas diferenciações. A reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção são formas inseridas no conjunto de contradições imersas na produção do espaço social (LEFEBVRE, 1981).

A existência de dificuldades para se trabalhar o espaço como algo produzido estaria relacionada com a interação entre dois tipos de ilusão: a ilusão da transparência e a ilusão realística. A primeira está ligada ao fato do espaço ilusoriamente não esconder nada. E a ilusão realística relaciona-se à naturalização das codificações numa ‘ingenuidade’ da linguagem e dos simbolismos (LEFEBVRE, 1981).

As mediações intrínsecas à percepção e à concepção imanam significações que fazem parte da produção do espaço. Neste contexto, é importante frisar que há um aprofundamento no sentido de entender o espaço como anterior à linguagem, dando ênfase à necessária inversão de enxergar antes como o código foi produzido para posteriormente analisar a descrição destes códigos do espaço relacionados à linguagem. Haveria simbolismos complexos no processo de significação inerente à produção do espaço. Os códigos apresentam-se como uma mediação prática entre os sujeitos, o espaço e os arredores (LEFEBVRE, 1981).

A prática espacial (percebido), as representações do espaço (concebido) e os espaços de representações (vivido) formam a tríade em mútua contradição, em interação dialética, na conceituação do espaço social, exposta por Lefebvre (1981). Tal maneira de entendimento retomaria reflexões da obra de 1979, no sentido de focar a importância das mediações nesta produção do espaço. Neste sentido, é importante ressaltar que é procurada uma superação do físico e do mental e deste modo, o concebido não deve ser entendido como mental ou abstrato enquanto o vivido como o físico ou o concreto. A sustentação da tríade é a tese de que o espaço social é um produto social.

O espaço social é entendido como instrumento à ação e ao pensamento, serve como um meio de produção e de controle. É abstrato, porque é um abstrato concreto como o dinheiro o é; é concreto, mas não pode ser entendido como um produto qualquer; e é instrumental, pois é conhecimento que vai além da instrumentalidade³².

³² “L’espace (social) est un produit (social). Cette proposition paraît proche de la tautologie, donc de l’évidence. [...] l’espace ainsi produit sert aussi d’instrument à la pensée comme à l’action, qu’il est, en même temps qu’un moyen de production, un moyen de contrôle donc de domination et de puissance [...] Cet espace serait-il abstrait? Oui, mais il est aussi ‘réel’, comme la marchandise et l’argent, ces abstractions concrètes. Serait-il concret? Oui, mais pas de la même façon qu’un objet, un produit quelconque. Est-il instrumental? Certes, mais comme la connaissance, il déborde l’instrumentalité” (LEFEBVRE, 1981, p. 35-36).

Duarte (2001, p. 137-146) realiza reflexões que apontam a possibilidade de correlacionar obras de Milton Santos às de Lefebvre. Revela que a tríade, discutida nos parágrafos anteriores, pode apresentar convergência com idéias miltonianas, a saber: espaços de representação à idéia de contra-racionalidades; representações do espaço “ à imposição de uma racionalidade totalitária [...] em detrimento [...] de uma práxis social [...] construída em meio à diversidade socioespacial”; e as práticas espaciais, o percebido, à ação que não se esgota na relação com a materialidade, produzindo sentidos e presença, corporeidade, o que explicitaria a “imbricação do percebido com o concebido e o vivido”.

Ainda em Lefebvre (1981), o concreto é dissociado do material, pois o espaço abstrato torna-se concreto na medida em que as práticas espaciais seguem suas idealizações. Neste sentido, o espaço concreto pode sustentar a reprodução do espaço abstrato - espaço da burguesia ligado às trocas que, mais que qualquer outro, implica consensos³³; que contém o mundo da mercadoria, sua lógica e estratégias; sendo o lócus de um pacto de comportamento do uso compartilhado, da não-violência, o que explicita uma estratégia da propriedade no espaço oposta à luta de classes³⁴.

O espaço abstrato, associado ao espaço instrumental (LEFEBVRE, 1981, p. 63)³⁵, carrega o domínio dos valores de troca (quantidade), enquanto no espaço absoluto há domínio do valor de uso (qualidade). Há contradições na relação dos dois, pois certas vezes manifestam-se de modo qualitativo. Porém, a quantificação de todas as relações encontra-se no caminho da constituição de espaços de consumo. As festas e o lazer são correlacionados ao movimento do espaço de consumo à consumação do espaço e neste debate Rio das Ostras possui material empírico interessante, pois seu desenvolvimento baseia-se na construção de espaços de consumo para os turistas.

Santos (2006, p. 104), tratando do valor do espaço já afirmava que o espaço através do seu uso seria um conjunto de mercadorias cujo valor seria atribuído a cada fração de matéria, da paisagem.

³³ “[...] espace abstrait, celui de la bourgeoisie e du capitalisme , en tant que lié à l’échange (des biens et marchandises, des mots, écrits et paroles, etc) plus que tout autre implique consensus” (LEFEBVRE, 1981, p. 70).

³⁴ “Le capitalisme et le néo-capitalisme ont produit l’espace abstrait qui contient le ‘monde de la marchandise’, sa ‘logique’ et ses stratégies à l’échelle mondiale [...]” (LEFEBVRE, 1981, p. 65). “L’espace abstrait fonctionne de façon hautement complexe. Au même titre que la dialogue, cet espace implique un accord tacite, un pacte de non-agression, un quase contrat de non-violence. [...] Le consensus spatial ici rapidement décrit fait partie de la civilisation [...] Il oppose donc à la lutte des classes, comme à d’autres violences, une fin de non-recevoir.” (Idem: 69)

³⁵ “A propos de cet espace abstrait, instrumental (donc manipulé par toutes sortes ‘d’autorités’, leur lieu et milieu) [...]”.

É importante termos em vista que nosso foco trata-se da compreensão da produção do espaço urbano e, neste sentido, é relevante diferenciarmos *espaço urbano* de *cidade*. “O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 84). Além disto, “Na teoria, o conceito da cidade (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista), mas em curso de transformação e de nova elaboração” (LEFEBVRE, 2001, p. 13).

Segundo o autor (LEFEBVRE, 1999), há uma periodização para o desenvolvimento das cidades: cidade política, cidade comercial, cidade industrial até a configuração do urbano, que, em sua ótica, estaria associado ao fenômeno denominado ponto crítico, no qual ocorreria a afirmação da sociedade urbana, encarada como hegemônica – através das práticas e conteúdos sociais que caminham no sentido de se transformarem em práticas urbanas dominantes – numa síntese que alcança o global.

A cidade política situa-se perto da origem, da periodização realizada pelo autor na direção de uma urbanização completa, sendo associada à ordem e ao poder, estando os artesanatos e as trocas também presentes. A cidade política assiste ao incremento do comércio e a sucessão da praça de reunião em praça do mercado, tornando a cidade o local do encontro das pessoas, das coisas e das trocas. A já desenhada cidade comercial sucede a cidade política, na Europa, no século XVI, sendo a troca comercial uma função urbana, fazendo surgir novas formas na estrutura do espaço citadino. Sendo “uma ilha urbana num mar camponês”, ocorre o que Lefebvre denomina de “inflexão do agrário para o urbano”, substituindo a primazia camponesa pela realidade urbana. Tal inflexão possibilitou crescimento do capital e posterior emergência do capital industrial. A indústria multiplica as trocas comerciais, impondo a problemática urbana à escala mundial. Surgida no campo, na “não-cidade”, a indústria anuncia a zona/ponto crítico, uma vez que teria feito a cidade explodir. Após este momento, a zona crítica é um segundo momento de inflexão, quando a “industrialização, potência dominante e coativa converte-se em realidade dominada”, dadas as crises e as incertezas. Tal ponto crítico é associado à sociedade urbana, “que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”, que nasce da industrialização, proliferando o tecido urbano e corroendo os resíduos de vida agrária (Idem, p. 15-27).

Em *Espaço e Política*, o autor explora esta periodização, complementando-a:

[...] pode-se propor uma periodização do tempo histórico, subdividindo-o em três eras: a era agrária, a industrial, a urbana. Existiram cidades na era agrária e na era industrial. Mas a era urbana começa, e só está começando. [...] Poder-se-ia dizer, [...] que o urbano é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído. (LEFEBVRE, 2008)

Tecido urbano é entendido como o revestimento que o espaço apresenta na reprodução da vida urbana. E, nesta fase crítica, ocorre a subordinação da indústria à urbanização, do global – nível global na produção do espaço, estratégia política do espaço, poder estatal – ao urbano e do urbano ao habitar. O habitar é compreendido como campo de possibilidades, princípio da vida, onde não cabe o monumental estatal, e, à medida que se fortalece como fazer coletivo, diminui o foco que o Estado possui no habitat, compreendido como redução do homem ao indivíduo, implicando educabilidade (LEFEBVRE, 1999, p. 71-96). O autor discorre sobre três níveis do urbano: o global, o misto e o privado. Relaciona o nível global ao poder e ao Estado, inferindo estarem neste nível a monumentalidade e os prédios públicos. No nível misto, estão os espaços públicos como praças, igrejas, prefeituras e ruas. O nível privado ramifica-se em habitar e habitat, sendo o primeiro relativo ao poder estatal de redução do homem e de seus possíveis e o segundo relaciona-se ao morar, à ação, aos signos e aos desejos intrínsecos nos fazeres coletivos (Idem, p. 77-78).

Além disto, o espaço urbano pode se distinguir através de diferentes topias:

[...] isotopias (espaços homólogos, tendo funções ou estruturas análogas); heterotopias (espaços contrastantes, jogos de forças repulsivas, às vezes consideráveis, e de tensões, frequentemente extremas) e utopias (lugares do alhures e do que não tem lugar, especialmente o saber e o poder, ao mesmo tempo presentes e ausentes, notadamente na monumentalidade). (LEFEBVRE, 2008, p.87)

Teoricamente, o fenômeno urbano - ligado à reprodução da sociedade urbana e do urbano, fundado na banalização da mercadoria - produz e reproduz a cidade e o espaço urbano, sendo parte da problemática urbana, uma *forma pura* não alcançada sem trabalho intelectual (LEFEBVRE, 1999). Desta maneira, a dialética ocorre atualmente no espaço urbano através das relações entre a cidade e o urbano, conteúdo da sociedade urbana. Em

outras palavras, o espaço urbano não é exatamente o urbano nem exatamente a cidade, mas sim fruto dialético entre essas duas categorias³⁶.

O urbano - a realidade urbana, sociedade urbana – apresenta dois momentos: um relacionado ao produto das relações de produção e dos meios de produção e outro relacionado à reprodução das relações de produção – tomando as relações sociais num sentido mais amplo-, abarcando o consumo, a circulação, a moradia, o lazer e o turismo (LEFEBVRE, 1999).

Para Carlos (1994), o urbano não é considerado somente como lócus da produção – “condição geral de realização do processo de reprodução do capital”, mas também como produto, permeado de conflitos, deste processo englobando as contradições entre as necessidades da sociedade e as do capital.

Corrêa (2001, p. 145-150) argumenta que o espaço urbano pode ser simultaneamente reflexo e condicionante social, utilizando referenciais lefebvrianos, sendo fragmentado e articulado, campo simbólico e de lutas.

A expansão das áreas urbanas - aumento em extensão de áreas ocupadas com formas urbanas, tais como construções e ruas -, o adensamento e a diversificação das formas e funções do núcleo urbano e o aumento populacional verificados em Rio das Ostras possibilitam um debate sobre o processo de urbanização do município e sobre a implosão-explosão do urbano.

Urbanização é um processo que se relaciona ao aumento da industrialização, todavia, ressaltamos que existe um processo dialético com dois aspectos – industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social (LEFEBVRE, 2001, p. 09). Além disto, “O crescimento quantitativo da produção econômica produziu um fenômeno qualitativo que se traduz, ele próprio, por uma problemática nova: a problemática urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 80). Neste sentido, desvendar a urbanização trata-se de uma tarefa relacionada a desvendar este urbano que surge a partir da zona crítica evitando o “campo cego para os que se atêm a uma racionalidade já superada” (LEFEBVRE, 2001, p.87-88).

A urbanização é um processo em constituição – virtualidades e possibilidades -, que transcende o simples crescimento populacional ou o crescimento das cidades, uma vez que devemos estudá-lo para além dos fenômenos de aglomeração e crescimento. A urbanização relaciona-se com a mundialização, como virtualidade do capitalismo ligada à reprodução da

³⁶ Muitas destas reflexões foram formuladas a partir de debates ao longo da disciplina “Cidade, política e cultura” ministrada pelo Prof. Dr. Marcio Piñon de Oliveira, no PPGE UFF, no segundo semestre de 2007.

sociedade urbana, que pretende ser homogênea, e, deste modo, o urbano implode ganhando novos conteúdos como o turismo, como a transformação do espaço como mercadoria – dada às “novas raridades”³⁷ como o espaço-, a espetacularização, e a impossibilidade de ativismo social dada a divisão de trabalho e falta de tempo livre³⁸.

Frente às descobertas de nossa pesquisa, precisamos clarear o conceito de *conurbação*, muito debatido em relação às regiões metropolitanas, mas imprescindível para explicar o processo que visualizados entre a área urbana do distrito de Casimiro de Abreu - denominado Barra de São João - e a área urbana do município de Rio das Ostras.

Beaujeu-Garnier (1997, p. 126-132) caracteriza conurbação como um tipo especial de aglomeração de organismos urbanos, isto é, de cidades, e o correlaciona ao processo de urbanização, deixando claro que entende que este alargamento do termo foi cunhado pelos geógrafos e agentes britânicos de recenseamento. Descreve ser a aglomeração uma forma simples do desenvolvimento urbano, uma “cidade envolta dos seus arredores”, “monocêntrica”.

[...] a conurbação é devida ao crescimento paralelo de várias aglomerações vizinhas, que acabam por se juntar; mas os centros principais mantêm uma certa independência entre si, mesmo se um deles tiver alguma proeminência.

[...] a conurbação é uma aglomeração com várias cabeças. Nela, numerosos problemas têm de ser tratados em comum [...]

[...] O conjunto forma uma unidade de construções contínuas e de espaço econômico [...] (Idem).

Existem várias formas de conurbação, todas caracterizadas pela instabilidade, uma vez que a aglomeração pode ocorrer com a preponderância de uma cidade ou ocorrer com a separação ou modificação de funções das cidades. Existem conurbações com o surgimento de cidades satélite ou dormitórios, onde a cidade-centro é cerca de dez vezes maior que as outras; há conurbações em cidade gêmeas; há casos de megalópolis; e há conurbações com a acumulação de cidades industriais (Idem).

Nos demais capítulos deste trabalho, ao tratarmos da urbanização em Rio das Ostras, buscaremos explorar as relações desta urbanização com o turismo, que poderíamos denominar de urbanização turística relacionada, inicialmente, à segunda residência e, mais recentemente

³⁷ Lefebvre (2008, p. 122) se debruça sobre estas novas raridades: a água, a luz, o ar e o espaço.

³⁸ Parágrafo construído com subsídios teóricos advindos da exposição oral de Ana Fani Alessandri Carlos numa aula inaugural da Pós-Graduação em Geografia da UFF em Niterói, no ano de 2008, cujo tema era *Urbanização brasileira e o futuro das cidades*.

à produção de um produto turístico. Lefebvre (2008, p. 157) afirma que “Por meio dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e das regiões montanhosas”.

Pierre George (1971, p. 73-75), em seu livro *Geografia do Consumo*, apresenta uma contribuição ao entendimento de como o turismo pode estar entrelaçado com a urbanização e ao aumento de demandas de serviços, dadas as despesas associadas ao turismo. Reconhece que os estímulos que o trabalhador tem para usufruir dos lazeres incrementam o consumo de bens industriais, como a posse do meio de locomoção, a procura de uma residência secundária e busca por serviços associados à instalação, alimentação e organização das distrações. A residência secundária implicaria em investimentos imobiliários para além da compra da casa ou de um terreno.

Singer (1979, p. 21-22) apresenta-nos a idéia de que a propriedade do solo assemelha-se ao capital, uma vez que proporciona renda³⁹. Em sua ótica, o “capital” imobiliário é um falso capital, pois é um valor que se valoriza não através da produção, mas sim através da inviabilização do acesso à propriedade. Acesso este só possibilitado pela compra ou por aluguel, cujos preços são regulados pelo valor que a demanda estiver disposta a pagar, pois não dependem do preço corrente, o que caracterizaria esse mercado como essencialmente especulativo.

Lefebvre (2008, p. 117-119), descreve que durante muito tempo, no capitalismo, os proprietários de terra e o ramo da construção representaram fragmentos de pouca importância, já que um remontava às suas origens feudais e o outro estava subordinado a outros ramos de produção. Esta situação mudou, pois o capitalismo “apossou-se do solo, do espaço”, configurando o que ele denomina de um “imobiliário, doravante mobilizado”. Tal mudança estaria associada às construções e especulações terem configurado uma “indústria nova”, menos subordinada a saturações e dificuldades das antigas indústrias. Compreendemos que, de circuitos secundários, o setor imobiliário e a construção tornam-se parte do primeiro plano do capitalismo. Lefebvre (2008, p. 126-128) relaciona este movimento ao consumo do espaço, que difere do consumo das coisas não somente pelo tamanho ou quantidade, mas por suas características, pois há “um tempo social que é produzido e re-produzido através do espaço”, tempo este comprado como *emprego do tempo*, relativo às distâncias e à aprazibilidade.

³⁹ É importante frisar que Singer não considera o espaço como meio de produção e, deste modo não o relaciona ao processo de lucro através do processo de produção, o que o diferencia muito da linha lefebvriana. Porém, suas contribuições relativas ao capital imobiliário foram relevantes para o nosso trabalho.

Mesmo o espaço recebendo um valor de troca - o que recorre a uma cambialidade que faz dele uma mercadoria valorada por custos de produção -, o comprador compra um valor de uso – calçado, sobretudo pela “desejabilidade” e especulação-, daí a diferença entre o consumo das coisas e o do espaço.

No município analisado, a urbanização e a produção do espaço urbano apresentam alguns aspectos aqui discutidos, que serão explorados ao longo da dissertação com auxílio do referencial teórico aqui exposto. Além disto, o entendimento das representações espaciais que permeiam a tríade produtora do espaço urbano riostrense é de fundamental relevância.

1.2 Representações espaciais e imaginário

É importante tomar representações do espaço como conceituação necessária à compreensão da tríade – espaços de representações, representações do espaço e prática espacial - dialeticamente associada à produção do espaço. A partir da tríade lefebvriana, as representações do espaço, correlacionadas à ordem no modo de produção - às estratégias, ao mediato, à ideologia, ao abstrato invisível - estariam em contradição com o espaço de representações - calçado nas imaginações que tentam modificar o espaço dominado, na tática, no imediato, no prático-sensível, no concreto visível. Sendo a prática a mediação destas contradições.

Seabra (1996, p. 80) afirma que:

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra-nos que o vivido, âmbito de imediatidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro permanece uma zona de ‘penumbra’ na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades. O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido.

Nas palavras de Lefebvre (2008, p. 239):

A produção do espaço [...] supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de

intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações, sobretudo de representações espaciais.

Para aprofundamento do conceito de representação através das contribuições de Lefebvre, é de notável importância o livro *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones* (LEFEBVRE, 2006). Presença e ausência são trabalhadas na análise deste livro, no contexto do conceito de representação, que segundo o autor, foi confundido pelos marxistas com o conceito de ideologia e nasceu na filosofia a partir de Kant.

No contexto da geografia acadêmica calcada nos patamares da razão iluminista, Castro (1997, p. 159) afirma que “qualquer referência à imagem, símbolo ou imaginário só merecia status explicativo se subordinada à lógica objetiva da base material, sendo esses conceitos naturalmente decodificados como ideologia”.

Presença não existe sem ausência, idéia que podemos relacionar ao conceito de espaço abstrato e espaço concreto, no sentido em que a ausência é uma virtualidade presente na obra, por exemplo. Obra possui sentido relativo ao que Lefebvre (1999) denomina de “poesis” em contraposição a “fisis”. Tal distinção relaciona-se às diferentes propriedades topológicas da cidade, a “fisis” está relacionada à cidade como forma, manifestação do mundo visível, e a “poesis” está relacionada à técnica, à arte e à criação, no que diz respeito à cidade como obra.

As representações têm uma presença na ausência, na virtualidade, na obra. Lefebvre também levanta a possibilidade de abolir as representações, por serem, por vezes fixas, relacionadas a mistificações e mentiras, bloqueando o possível, relativo a perspectivas (LEFEBVRE, 2006).

Seabra (1996, p. 79) analisa, no contexto das contribuições de Lefebvre, que a apropriação – “inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o prazer [...] a possibilidade da obra” – e que a propriedade relaciona-se ao – “racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica”. Frente ao imperativo do vivido, de escala demarcável espacialmente, sem o qual não há vida, a propriedade mostra sua impossibilidade, sendo notável como “o espaço é estratégia”, já que o conflito se concebe no âmbito das estratégias dos “usadores”.

A importância de se considerar a questão do imaginário refere-se às estratégias que reestruturam o espaço através da construção de novos objetos geográficos - que não têm valor em si como as existências técnicas, pois são relacionais, significantes e significados (Santos, 2006). “As técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção

do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário” (Idem, p. 55).

Para maior amplitude de nosso olhar, retomaremos também a noção de imaginário, principalmente por avaliarmos que o conceito de imaginário geográfico desenvolvido por Castro (1997) é relevante para nosso trabalho.

Imaginário é tratado por Castro (1997, p. 165-169) como “substantivo da imaginação produtora”, sendo produto da imaginação, palavra relacionada intrinsecamente à imagem. Revela que a confusão no uso de terminologias referentes ao conceito de imaginário relaciona-se à desvalorização da idéia de imagem/imaginação frente à razão, no sentido de que esta finalizaria o progresso do conhecimento cartesiano de acesso à verdade científica, o que se mantém nas correntes racionalistas atuais do pensamento ocidental. Castro (1997, p.169) afirma que “não há unanimidade nas correntes que reconhecem a imaginação como fonte de conhecimento”. Neste contexto, Wunenburger (2007) aborda os usos correntes do termo imaginário, afirmando que ele teria suplantado a palavra imaginação em meados do século XX através de estudos dos efeitos e das propriedades das produções imagéticas relacionados a mudanças nas ciências sociais e na psicologia. Diferencia o termo imaginário de outros, tais como: mentalidade, mitologia, ideologia, ficção, temática, imagética e imaginal, definindo imaginário como:

[...] uma emancipação com referência a uma determinação literal, a invenção de um conteúdo novo, defasagem que introduz uma dimensão simbólica [...] um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e lingüísticas (metáfora, símbolo, retrato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes a uma função simbólica no sentido de um ajuste de sentidos próprios e figurados. (WUNENBURGER, 2007, p. 11)

Castro (1997, p. 155-157) trabalha os conceitos de imaginário político e território, entendendo o imaginário social – associado analiticamente com os termos imaginário político, imaginário geográfico e imaginário territorial por conta de sua matriz espacial e da inseparabilidade entre imaginário, política e território⁴⁰ - como “cimento” da relação entre política e território que torna possível a compreensão dos simbolismos produzidos na relação

⁴⁰ A referida autora utiliza obras de Michel Maffesoli, a saber: “A conquista do presente” (1984), “O tempo das tribos” (1987) e “La transfiguration du politique” (1992); a fim de apontar o elo fundamental da política com o espaço e a instituição do imaginário político a partir do imaginário social.

homem-meio materializados de diferentes formas na organização sócio-espacial. Neste sentido, a geografia contida no imaginário social poderia ser interpretada.

[...] todo imaginário social é também imaginário geográfico, porque, embora fruto de um atributo humano – a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais, não havendo como dissociá-los. [...] os objetos geográficos [...] participam da prática social que lhes confere valor simbólico. A natureza [...] e as construções [...] transformam-se em imagens, caminhos e representações da alma coletiva. (CASTRO, 1997, p.178)

Além desta contribuição, a autora (CASTRO, 1997, p. 164) defende que espaço e política são indissociáveis, sendo o espaço parte integrante da essência da política. Trabalha o espaço como referente da ação política, pelos seus conteúdos materiais e simbólicos e a política como decisão que configura o espaço⁴¹.

Ao centrarmos nossa discussão acerca do termo representação, já que tal conceito nos permite transitar pelas reflexões da tríade de compreensão da produção do espaço, Castro (1997, p. 168) afirma que há de se alimentar, na geografia, a incorporação das representações sociais como mediações ao conhecimento social e espacial no sentido de contribuir com a articulação entre objetos concretos e conteúdos simbólicos.

Silva (2000, p. 85) argumenta que o comportamento humano estaria associado a uma intencionalidade que está consolidada na capacidade de representação do mundo de determinado modo e que a representação social é diferente de um sistema ideológico caracterizado pela situação em que uma minoria propõe sua própria visão de mundo, uma vez que entende a representação social como um compartilhamento coletivo de um modo particular de conhecimento do real. Este debate pode ajudar a ir para além das objetividades das estruturas versus a subjetividade das representações.

Maricato (2000, p. 165-167) discorre sobre as representações ideológicas, instrumentos de poder, que articulam o processo no qual a cidade, denominada por ela de oficial, passa a encobrir a cidade real, no sentido da parte da cidade tomar o lugar do todo, dando aparência “natural” a um ponto de vista parcial. Argumenta que a função desta

⁴¹“O campo das relações entre a política, como controle da ação individual e coletiva, e o espaço, como continente destas ações em função da inserção territorial fundadora do fato político, revela um amplo e estimulante leque de questões que se colocam para a agenda de pesquisas da geografia contemporânea. Neste sentido, dizer que espaço geográfico é o espaço da política, apesar de à primeira vista parecer uma banalidade, serve como ponto de partida para uma discussão dos significados dos conteúdos políticos do espaço e das mediações dos conteúdos espaciais no fazer político”. (CASTRO, 1997, p.160-161)

representação é a geração e captação da renda imobiliária – valorização imobiliária - que torna a tensão entre cidade formal e cidade ilegal algo dissimulado. Tal dissimulação da realidade seria possibilitada pela mídia e a publicidade, especialmente na distinção dos espaços e na criação de um “cenário grávido de símbolos”. A este respeito, a autora faz referência a um trabalho no qual Villaça⁴² revela que as notícias de jornal da cidade de São Paulo tratam de maneira concentrada as questões que afligem a área mais rica da cidade, enquanto notícias que se referem a outras áreas apresentam qualificativos como Zona Leste e Zona Norte, a fim de efetivar a distinção e a representação da parte pelo todo.

Os discursos que fazem parte das estratégias dos atores políticos devem ser analisados sob o referencial das representações, uma vez que “a elaboração de um discurso [...] qualifica o espaço e seus objetos, tornando-os significantes, portadores de significados nas representações sociais” (CASTRO, 1997, p.178-179). Além disto, a política moderna, segundo a mesma autora, no plano prático, não dispensa o recurso ao simbólico para elaborar discursos para alcançar adesões (Idem).

Na análise que pretendemos efetuar neste trabalho, é importante tomar o espaço como categoria que “[...] contém os símbolos do imaginário social e é um componente dele, tanto em sua dimensão emocional como material, e por isso um campo de disputas entre interesses privados de indivíduos ou grupos” (Idem, p.171), além de entender que é necessário “Desvendar o imaginário [e] revelar o substrato simbólico das ações concretas dos atores sociais, tanto no tempo como no espaço” (Idem, p.167).

A partir de contribuições da referida autora, podemos refletir que, a respeito da orla e de sua apropriação pelos interesses imobiliários e turísticos, a natureza torna-se recurso político à medida que a forma como ela é percebida coletivamente é transfigurada para além de sua utilidade.

Os símbolos e os conteúdos espaciais inseridos no imaginário político interferem na maneira como a sociedade vive seu território, assim como as diferentes escalas de representação política da democracia moderna acabam por ratificar uma cidadania que se faz através de recortes territoriais. Há, portanto, a construção de um quadro de representação territorializada do cidadão, no sentido de que os conteúdos simbólicos e materiais do espaço e da política se dão em articulação com outras dimensões do espaço. Do mesmo modo, a institucionalização desta representação é espacializada a partir de diferentes escalas que

⁴² Villaça, F. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. IN: Souza, Maria Adélia A. de, & outros. *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.

aglutinam desde espaços caracterizados pela *proxemia* - espaços da convivência - até espaços nacionais (Idem).

Harvey (2006, p.108) compreende que as escalas não são fruto de decomposição intuitiva, mas sim produtos de mudanças tecnológicas, nas formas de organização social e nas lutas políticas.

Na tentativa de realizar determinada decodificação da configuração espacial na direção de desmistificar narrativas sobre o espaço urbano, Cosgrove (2004, p.104-105) afirma que:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições, tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum.

Neste sentido, as variadas contribuições permitem que ocorra um enriquecimento da gama de reflexões que apontem para a compreensão do espaço urbano. Deste modo, enriquecem-se as análises das representações e imaginários característicos do vivido - imediato, da reprodução da vida social – e das representações racionais do concebido, a fim de desvendar o confronto das estratégias na prática espacial inserida na dialética da produção do espaço.

1.3 Estratégias, Política urbana e empreendedorismo urbano

Tomando como ponto de partida que o espaço é político, sendo um modo, um instrumento, um meio e uma mediação nas mãos de indivíduos ou coletivos, de um poder – estatal, burguês, da classe dominante ou de outro grupo – que quer representar a sociedade global ou seus próprios objetivos, consideramos que “a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008, p. 44-45).

[...] agora, o espaço é político. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto ‘puramente’ formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. [...] esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade [...] é um produto social. A produção do espaço [...] se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo. [...] A análise crítica define como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatável foi produzido [...] (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62).

O espaço, trabalhado como espaço político que comporta representações, deixa de ser neutro e torna-se “instrumental”, nas palavras de Lefebvre (2008, p. 143):

Esse espaço *instrumental*, o da representação, o dos tecnocratas, não é o espaço social efetivado. Enquanto instrumental, ele tende a se comprimir, a se fechar, a não admitir senão o repetitivo, o significativo reconhecido. Entretanto, enquanto espaço de uma prática social, *produzido* como tal, ele possui características específicas e determinadas.

Segundo o autor, este espaço, mesmo com uma síntese de aspectos da produção social e da manipulação advindas de estratégias, pode ser encarado como “visual e fálico”. A “dominação abstrata recobre a dominação concreta sobre os homens” de modo que impõe a vigilância e controle concomitantemente com a produção de imagens que erguem monumentos segundo os interesses dos “produtores” (LEFEBVRE, 2008).

Neste sentido, consideramos a política urbana, um processo político no qual verificamos domínio - tanto na concepção, no espaço abstrato, quanto na concretude das

formas – dos interesses e estratégias de determinada classe social⁴³, relacionado ao estabelecimento de marcos jurídicos por partes dos agentes políticos locais, resultando numa produção do espaço urbano delimitada em consonância com a política. Importante frisar que Capel (1975, p. 85) delimita marco jurídico como o jogo de agentes que atuam dentro do sistema capitalista na produção do espaço urbano utilizando os mecanismos legais a sua disposição.

Muitos trabalhos que tratam este assunto utilizam nomenclaturas variadas, tais como: urbanismo, planejamento urbano, política urbana, gestão urbana, entre outros a fim de denominar, conceituar ou diferenciar variados fenômenos que se aproximam de nossa teorização. Todavia, tomamos como central para as nossas análises o entendimento das estratégias inseridas na política urbana, que atualmente emergem em muitos espaços urbanos como parte integrante de lógicas associadas ao empreendedorismo urbano - o tipo de política urbana que observamos, no decorrer da pesquisa, no município analisado.

Segundo Castells (1983, p. 299-301), o termo política urbana, na tradição sociológica, esteve correlacionado aos estudos de comunidades, ao poder local. Todavia, ele revela que este conceito deve estar relacionado à idéia de processo político e às estratégias, assim como deve proceder de modo a não negar que o processo político relaciona-se à estrutura social – aos conflitos. A política é relativa à capacidade que cada classe social tem de realizar seus objetivos específicos (Idem, p. 316). Tais reflexões de Castells, mesmo que apresentem outra conceituação do urbano e de estratégias, trazem elementos elucidativos.

Entendemos que política urbana permite uma amplitude de nosso olhar no sentido de explorar as diretrizes norteadoras da produção do espaço urbano associadas ao urbanismo e ao planejamento.

Villaça⁴⁴ *apud* Maricato (2000, p. 137) afirma que “foi sob a égide do embelezamento urbano que nasceu o planejamento urbano brasileiro”, ocorrido entre o último quarto do século XIX e os primeiros anos do século XX. Nos anos 30, a recém burguesia urbana,

⁴³ Importante ressaltar que na atualidade a luta de classes pode se dissolver, sendo difícil o delineamento de qual classe social está incidindo mais fortemente na esfera das representações do espaço, do concebido e quais são os conflitos: “Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões como entre nações, como resíduos de alguma ordem antiga. E essas divisões não desaparecem automaticamente, sendo ativamente produzidas por meio dos poderes diferenciadores da acumulação do capital e das estruturas de mercado. Proliferam lealdades territorialmente delimitadas que, em alguns aspectos, antes se fortalecem do que se desintegram por meio dos mecanismos da luta de classes, bem como através das próprias atividades que desenvolvem em favor de si mesmos tanto o capital como o trabalho. A luta de classes se dissolve com demasiada facilidade em toda uma série de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados por forças burguesas ou explorados pelos mecanismos da penetração neoliberal nos mercados.” (HARVEY, 2006, p. 60-61)

⁴⁴ Villaça, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. & outros. *Metrópole e globalização*. p.193. São Paulo: Cedesp, 1999.

começava a inserir referenciais de eficiência, cientificidade e técnica aos objetivos dos planos de intervenção urbana. Era impossível ignorar os problemas e, a fim de manter os interesses dos planos voltados para a lógica do capital imobiliário, eles foram levantados no bojo dos planos, que se transformaram em “planos-discursos” que escondiam os reais direcionamentos dos investimentos. Os anos 60 assistiram a confecção de muitos planos, cujas idéias, às vezes, nem ao menos saíram das gavetas das secretarias. No período militar, houve grande desenvolvimento da atividade de planejamento urbano – vide o PNDU, Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, articulado ao II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento – que estava baseado na convicção positivista de que o planejamento era a solução para os problemas urbanos⁴⁵. Nos anos 70 e 80, ocorreu um aumento do número de órgãos públicos municipais de planejamento e um incremento da produção acadêmica sobre o tema. E, foi neste período que as grandes cidades mais cresceram (MARICATO, 2000, p. 138-140).

Maricato (2000, p. 126-128) analisa que o planejamento urbano no Brasil realizado através da ótica modernista provocou uma relativa equalização de oportunidades na cidade dada a posição do Estado como interventor responsável pela manutenção de um equilíbrio econômico e social. Todavia, sob a ótica da autora, houve descolamento da matriz funcionalista modernista da realidade urbana, por isto, ela a denomina de matriz postiça. A nova matriz advinda da globalização também é analisada como postiça (Idem, p. 136).

A crise da matriz modernista/funcionalista que alimentou o planejamento urbano no século XX prepara espaço para sua substituição. Cabe perguntar se a nova matriz que está sendo gerada resulta de um processo endógeno calcado na práxis urbana ou segue o mesmo caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, seguido pela primeira. Em que medida este processo de substituição não está reproduzindo modelos alienados em relação a nossa realidade, modelos esses que vincularão desde a formação profissional, até a produção reificada de conceitos e de representação da cidade? Escaparemos do nosso destino, aparentemente inexorável, de produzir uma matriz postiça ou “fora do lugar”, mais adequada, agora, aos princípios neoliberais?⁴⁶ (Idem, p. 123- 124).

A globalização designaria uma nova fase relacionada a um novo processo da produção capitalista do espaço, no sentido de que o capitalismo, buscando soluções para os seus

⁴⁵ A autora grifa as expressões “caos urbano” e “crescimento descontrolado”.

⁴⁶ Neste texto, “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, Ermínia Maricato passeia por diversas análises sobre o planejamento urbano brasileiro através de um diálogo com levantamentos de Roberto Schwarz e de Francisco de Oliveira.

impasses, recorre a reorganizações geográficas, construindo e reconstruindo “uma geografia à sua própria imagem”, “[...] um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação de capital”, possibilitando maiores acumulações em estágios posteriores (HARVEY, 2006, p. 80-81).

[...] o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a “aniquilar o espaço por meio do tempo”, como diz Marx, mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo. Logo, o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriadas à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (Idem, p. 86-87).

A Conferência da ONU para os Assentamentos Humanos, ocorrida em Istambul no ano de 1996, forneceu à agenda de propostas para as cidades do mundo – Agenda Habitat II - uma visão descentralizadora, calcada na afirmação do poder local, do poder das cidades, no contexto discursivo neoliberal e de declínio do Estado Nação (MARICATO, 2000, p. 131).

Entendendo que o lugar fornece “efetividade histórica” às técnicas, os novos objetos dispostos através das estratégias político-espaciais revelam um processo de apropriação social de um conjunto de técnicas novas (SANTOS, 2006, p.58). Tal apropriação relaciona-se a uma difusão de objetos numa escala global, sendo muito mais rápida e generalizada no devir da implantação dos objetos correspondentes aos novos modos de produzir contemporâneos (Idem, p. 68).

Neste contexto, Harvey (2006, p. 23) trata a cidade desindustrializada, mostrada em alguns filmes como o “Duas ou três coisas que eu sei sobre ela” de Godard, como “paisagem urbana formada por um amontoado de produtos de consumo”, e em outro trecho (Idem, p. 25), relacionando-a com a cultura do consumo e a economia do espetáculo e do signo em ascensão.

Há uma nova dinâmica das imagens pela contínua produção de símbolos, tornando mais numerosos e complexos os aparatos para sua produção. Além disso, novos modos de apreensão e de vivência dos símbolos produzem importantes efeitos sobre o comportamento individual e coletivo; sobre a política e o processo decisório e sobre o território, enquanto produto e continente – nada passivo ou inocente – do conteúdo social (CASTRO, 1997, p. 160).

Quanto a esta nova ótica de intervir no espaço urbano, Maricato (2000, p. 167) argumenta que a nova abordagem do planejamento urbano através da denominação “planejamento estratégico” relaciona-se à idéia de que o eleitor é um consumidor, que está interessado em consumir imagens e marcas “plasmadas no espaço”.

Tal planejamento está relacionado à apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados, sendo as “características” da cidade voltadas para os mercados aos quais ela pode ser vendida. Além disto, no espaço intra-urbano, há uma demanda de localizações que qualifica a cidade como mercadoria (VAINER, 2000, p. 80).

No que diz respeito ao *city-marketing*, cabe desconsiderá-lo como um procedimento particular, entendendo-o como uma visão de mundo, ideologia do planejamento urbano consorciado com a ação das/nas políticas urbanas (SÁNCHEZ, 2003, p.26).

O debate acerca do espaço como mercadoria mostra-se fundamental, uma vez que pode estar ocorrendo uma emergência à “cidade-mercadoria” no sentido da produção do espaço urbano em nível global. Neste sentido, a problemática relaciona-se aos questionamentos de como é possível construir uma imagem mercadológica da cidade que consolida consensos de recusa à existência de outras imagens e representações múltiplas da cidade⁴⁷.

Criticando abstrações gerais relacionadas ao conceito de paisagem na geografia moderna, Quaini (1979, p. 20) apresenta-nos a reflexão de que a sociedade capitalista transforma o tipo de uso do território com facilidade a partir de “suas qualidades naturais e históricas”, sendo o território e a força de trabalho tornados mercadorias uma vez que estão separados entre si a partir da “expropriação do produtor e da comunidade”. Em outro trecho, o autor revela que ocorre uma “progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria” e que no capitalismo o valor de uso pode ser mediado universalmente pelo valor de troca (Idem, p.66-67)⁴⁸.

⁴⁷ Reflexões possibilitadas através da leitura de Sánchez (2003).

⁴⁸ “Também a terra e porções cada vez maiores do território tornam-se mercadorias. De valor de uso tornam-se valor de troca, isto é, assumem aquela existência abstrata e alienada que é própria do mundo das mercadorias, onde o trabalho não se apresenta como produtor de valores de uso (como trabalho determinado) mas como medida geral das coisas, dos produtos (como trabalho igual e abstrato), onde as relações sociais não se apresentam como relações pessoais mas como relações entre coisas.” (QUAINI, 1979, p. 66).

Barbosa (2006) analisa que, principalmente nas cidades, há imperativos de eficiência e rentabilidade que se concretizam nas ações urbanísticas que construiriam uma “performance mimetizada dos lugares”, revelando que:

A paisagem é convertida, sob o primado da circulação de imagens em um capital móvel do consumo seletivo e de massa. O consumo visual do espaço como instrumento de realização do capital faz das paisagens um novo valor de troca (BARBOSA, 2006, p. 128).

Para contribuir com esta reflexão, Barbosa (Idem) acrescenta que:

As cidades são tratadas como ambientes visuais, como se fossem imensos videoclipes publicitários. É nessa direção que se investem e se (re)vestem as cidades com o design clean do mobiliário urbano – cabines telefônicas, abrigos de ônibus, caixas postais, luminárias, bancos, lixeiras – destinado a modernizar/ disciplinar o uso (mercantil) da paisagem, [...] (Idem, p. 127-128).

Quanto ao empresariamento no planejamento urbano, Lamparelli (1978, p.109) afirma que o final da década de 1970 assiste a um novo planejamento urbano, baseado em práticas da “moderna administração empresarial”, tais como estudos de viabilidade com custo-benefício, método sistêmico apoiado no processamento de dados, manipulando “o espaço urbano na ponta do lápis”.

Harvey (2005, p. 161-190) trata o empreendedorismo como a atual governança urbana. Tal empreendedorismo tem como elementos principais a Parceria Público-Privada, associação entre iniciativa local e poderes governamentais locais para atração de financiamentos e investimentos, que, em sua análise geram uma construção especulativa do lugar por conta de ser este seu objetivo econômico. Na busca por investimentos, as cidades buscam criar vantagens específicas para a produção de bens e serviços; melhorar sua posição em relação à “divisão espacial de consumo”, mantendo-se sinônimo de “lugar inovado, estimulante, criativo e seguro para viver ou visitar”; criar “climas de otimismo” através de eventos culturais e festivais; dentre outras iniciativas englobadas num determinado tipo de concorrência interurbana.

Nas palavras de Compans (2005, p. 26-27), empreendedorismo urbano é um instrumento para além do “técnico”, pois “consiste em uma estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar certo projeto de modernização capitalista”, “implica a incorporação de

uma racionalidade concorrencial que conduz à reificação da cidade como empresa e ao mesmo tempo como mercadoria”.

O tipo de política urbana atual em Rio das Ostras aproxima-se desta delimitação relacionada ao empreendedorismo urbano. Tal hipótese será trabalhada em conjunto com dados empíricos no capítulo 3 deste trabalho.

1. DA CIDADE AO URBANO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE RIO DAS OSTRAS

Pretende-se, neste capítulo, problematizar a produção do espaço urbano do atual município de Rio das Ostras, entendendo-o como fruto dialético das relações entre a cidade e o urbano.

Analisaremos o processo de produção espacial anterior e posterior à emancipação de Rio das Ostras do município de Casimiro de Abreu, efetivada em 1993, a fim de apresentar alguns porquês de sua configuração espacial atual, buscando compreender como as relações entre sociedade urbana e cidade surgem na dialética de produção de seu espaço urbano⁴⁹.

Quem hoje transita por Rio das Ostras percebe a força das atividades turísticas no cotidiano dos espaços urbanos presentes na área litorânea do município. Todavia, a produção do espaço de Rio das Ostras não ocorreu somente através formas e funções adequadas à atividade turística, mas também à atividade pesqueira, ao aproveitamento agropecuário do interior, à estrada de Ferro Leopoldina, e, atualmente às dinâmicas complementares à atividade de extração de petróleo em Macaé.

A fim de podermos discutir melhor estas questões, disponibilizamos um mapa que localiza as atuais vias que passam por Rio das Ostras. Vale ressaltar que a via mais nova é a rodovia municipal denominada Av. do Contorno, aberta pela prefeitura entre 2005 e 2009, que configura um novíssimo eixo de expansão da área urbana⁵⁰ (Vide Figura 5).

⁴⁹ Priorizamos subdividir esse capítulo tendo como base a metodologia do trabalho explicitada por nós na página 11. Além disto, utilizamos as noções de cidade e de urbano discutidas no capítulo teórico para estruturar o capítulo que se inicia.

⁵⁰ Realizaremos maiores análises sobre o período pós-1993 no capítulo 3, com ênfase nas estratégias e na política urbana.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

Principais Vias

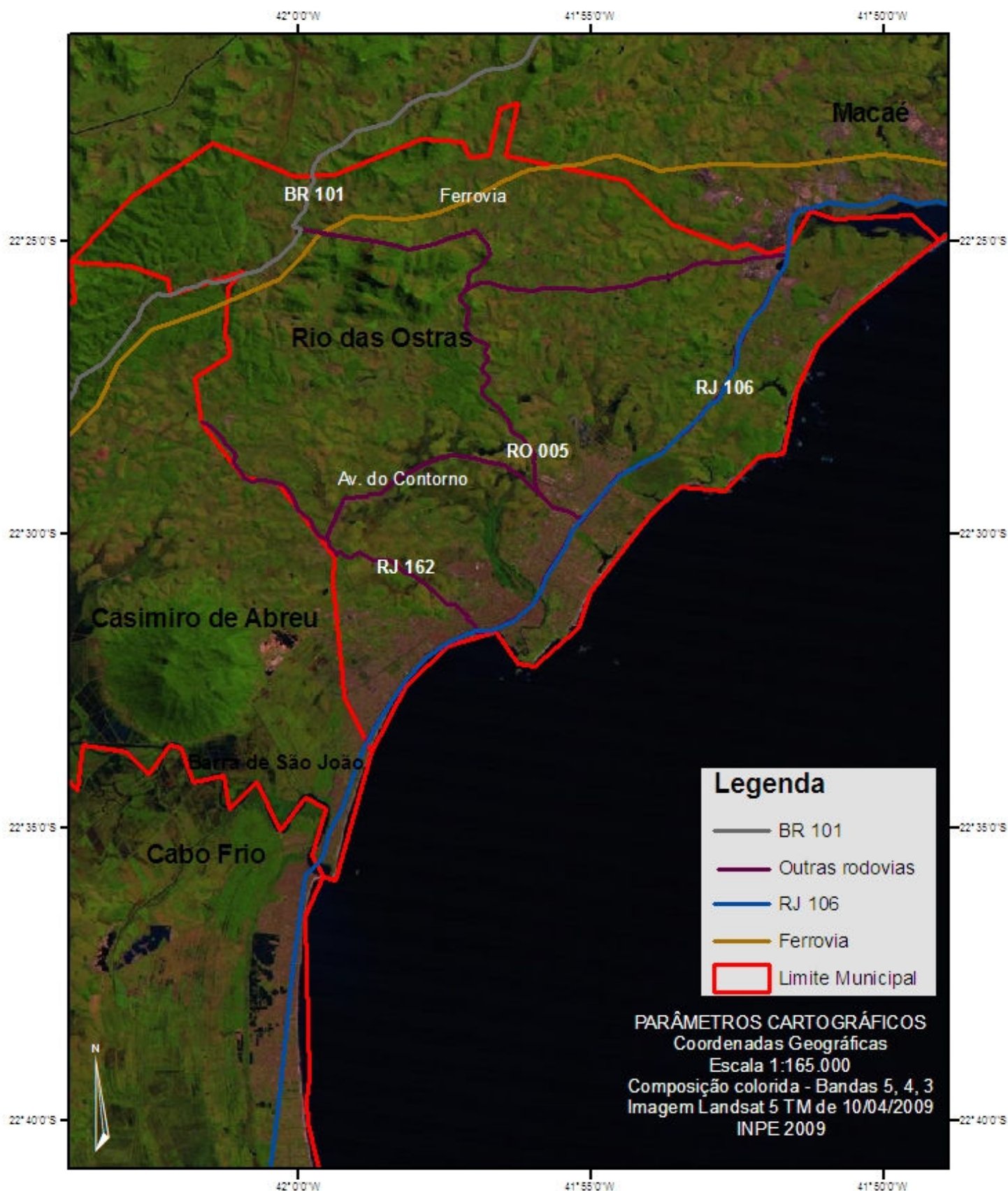


Figura 5 – Mapa 4. Localização das principais vias de transporte no município de Rio das Ostras. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

2.1 A formação da cidade

Lima (1998) apresenta um trabalho histórico a respeito de Rio das Ostras, buscando preciosidades na história de formação da cidade, em suas palavras, como se buscasse pérolas no rio das ostras. Tal obra discute questões importantes, uma vez que realiza boa descrição de como a autora enxerga o processo espaço-temporal de configuração da área do atual município de Rio das Ostras. Em sua ótica, esta área foi até fim do século XIX, uma “reserva de terras” dotada de determinada neutralidade, um tipo de área de reserva de valor, com índices baixos de ocupação. Relata que a dinâmica espacial sempre esteve relacionada às distintas polarizações, ora de Cabo Frio, ora da região canavieira do Norte Fluminense (Macaé), e a uma indefinição da fronteira entre as capitanias de São Vicente e São Tomé.

Defende que o local onde hoje encontramos o centro da cidade teve sua ocupação inicial relacionada à necessária parada para a travessia do rio das ostras, que, ali, nas proximidades de sua foz, abrigava, muitas vezes uma parada fiscal - para o transporte de mercadorias que se direcionava à região canavieira ou ao Rio de Janeiro - no sentido de recolhimentos de impostos, ou uma parada relacionada à impossibilidade de travessia com determinadas características da maré. Sendo uma planície litorânea com muitos brejos, foi durante muitos séculos área assolada pela malária. Alguns documentos estatais trabalhados pela autora inferem que, por vezes, até trabalhadores na construção de benfeitorias, como a ponte sobre o rio das Ostras, se negavam a ir para lá, devido à doença (LIMA, 1998).

A autora revela que, apesar do rio das Ostras e sua foz não terem tido importância portuária, por conta das dimensões e características morfológicas, dentre outros fatores, o núcleo da cidade se estabeleceu próximo à foz, centrado na praia do centro, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e no poço, de onde se retirava água para o abastecimento⁵¹. A atividade de tráfico negreiro se desenvolveu em um dos promontórios da praia do centro, elevação onde atualmente está localizado o iate. As relações entre o núcleo urbano de Rocha Leão, no interior, surgido em conjunto com a abertura do ramal Niterói - Campos da Estrada de Ferro Leopoldina, na década de 1870, e o núcleo urbano litorâneo, principal área de desenvolvimento do atual espaço urbano, não são muito trabalhadas por esta autora. Todavia,

⁵¹ Este poço ainda permanece na paisagem desta praça denominada atualmente de Praça José Pereira da Câmara.

ela relata que a ferrovia diminuiu a atividade do porto de Imbetiba em Macaé, que, outrora tinha sido impulsionada pelo Canal Campos-Macaé⁵² (LIMA, 1998).

Geiger (1963, p. 89-90) afirma que a influência das ferrovias na configuração do quadro urbano pode se materializar em decadência de localidades, em áreas novas desbravadas para a agricultura e em transformações no interior das estruturas urbanas. Tais considerações são importantes, pois em Rio das Ostras, tais influências podem ser observadas na configuração e evolução da localidade de Rocha Leão. Efetivada em decorrência da ferrovia, acabou isolada do núcleo urbano principal da cidade na orla, e assistiu a uma grande decadência, que passou a ser enfrentada pelo poder público municipal através de propostas de atividades turísticas - ecoturismo e histórico.

No que diz respeito à presença de ferrovias no município, a Estrada de Ferro Leopoldina corta o interior do município com a estação denominada Rocha Leão, que pertence à Linha Niterói – Campos (Barão de Mauá a Vitória), que teve autorização de construção em 1871 e foi inaugurada em 1877. No século XIX, quando de sua inauguração, os principais produtos escoados eram café, banana, mandioca e cana-de-açúcar. Nesta época, o Canal Campos-Macaé perdeu sua importância para os fluxos entre a região canavieira e a Guanabara. Posteriormente, houve uma relativa retomada das atividades de transporte com a rodovia RJ 106, no século XX: “Essa importância nas ligações com o norte fluminense, perdida com o advento das ferrovias foi readquirida nos últimos anos pela faixa de restingas, no trecho entre São Pedro da Aldeia e Macaé” (BERNARDES, 1957).



Figura 6 – Fotografia 1 – Estação Ferroviária de Rocha Leão (s/d).
Supomos ser anterior à década de 1980. Fonte: ROCHA (1997).

⁵² “[...] entre os areais foi escavado o canal Campos-Macaé, destinado a conduzir até este porto [de Imbetiba] o açúcar produzido na planície campista” (BERNARDES, 1957, p.144-145).

Ainda no século XIX, a respeito das vias, há registros de caminhos traçados no interior do município que se direcionavam a Macaé, uma vez que a travessia pelo litoral caracterizava-se por numerosos brejos e lagoas. Além disto, já existia um caminho entre Rio das Ostras e Rio Dourado, o que mais tarde culminaria no traçado da atual RJ 162 (BERNARDES, 1957).

O papel mais importante dessa região no passado foi, não há dúvida, o de via natural de comunicações: a faixa de restingas permitia e facilitava as ligações terrestres com a planície do Paraíba e o norte fluminense. Pelas restingas, transitava o gado procedente dos campos de Goitacases[...] (BERNARDES, 1957, p. 144).

Dados disponibilizados por Moraes (1996, p.38) mostram que ocorreu, entre fim do século XIX e início do século XX, “um isolamento entre a orla litorânea e o sopé da serra, que resultou na estagnação dos núcleos interiores nascidos com a ferrovia e a retração dos núcleos litorâneos”.

A área onde hoje se localiza o município de Rio das Ostras pertencia ao município de Casimiro de Abreu desde 1859⁵³.

Os primeiros registros cartográficos da área onde hoje se encontra situado o município em estudo apontam para sua área estar localizada na divisa entre as capitanias de São Tomé e São Vicente.

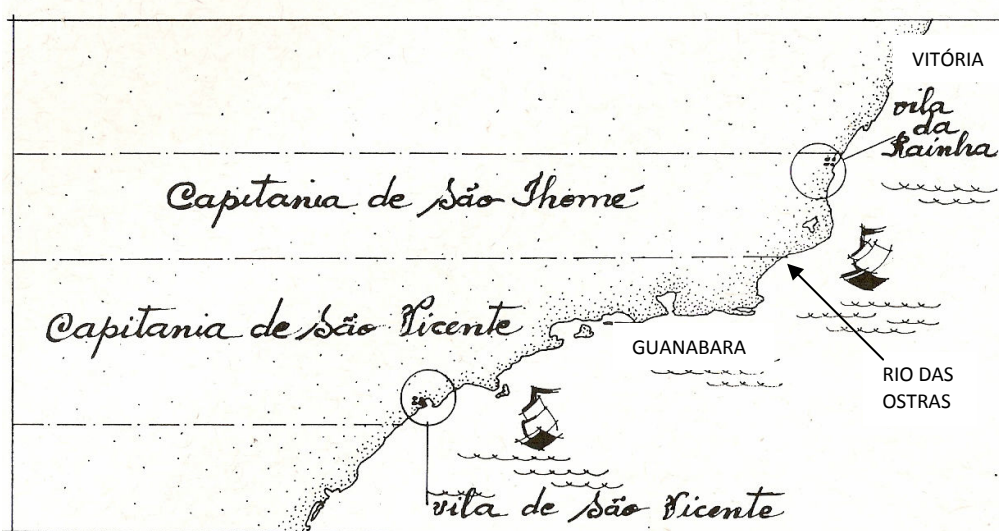


Figura 7 - Mapa 5 – Configuração territorial em 1534. Adaptado de: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991.

⁵³ Em 1859, verifica-se a instalação da vila denominada Barra de São João. Em 1938, através de Decreto Lei estadual n. 392-A, o município de Barra de São João teve o nome modificado para Casimiro de Abreu (IBGE, 1959, p. 241).

A posição⁵⁴ de Rio das Ostras entre Cabo Frio e Macaé na configuração territorial fluminense no século XVII é mostrada pelo mapa a seguir, na qual a Guanabara e a área onde atualmente localiza-se o município de Campos dos Goytacases mostram-se como irradiadores da ocupação. Além disto, no mapa, Rio das Ostras não figura como um local de atracamento de navios e embarcações com vistas ao acesso das “planícies interiores”, diferentemente de Macaé.

Segundo Bernardes (1957), os primeiros engenhos em Campos surgiram em 1750 marcando o início de um surto povoador. Além disto, a autora destaca que a concentração das lavouras canavieiras ocorria em Campos de forma mais intensa que nos vales do Macacu, São João e Macaé por conta do solo massapê.

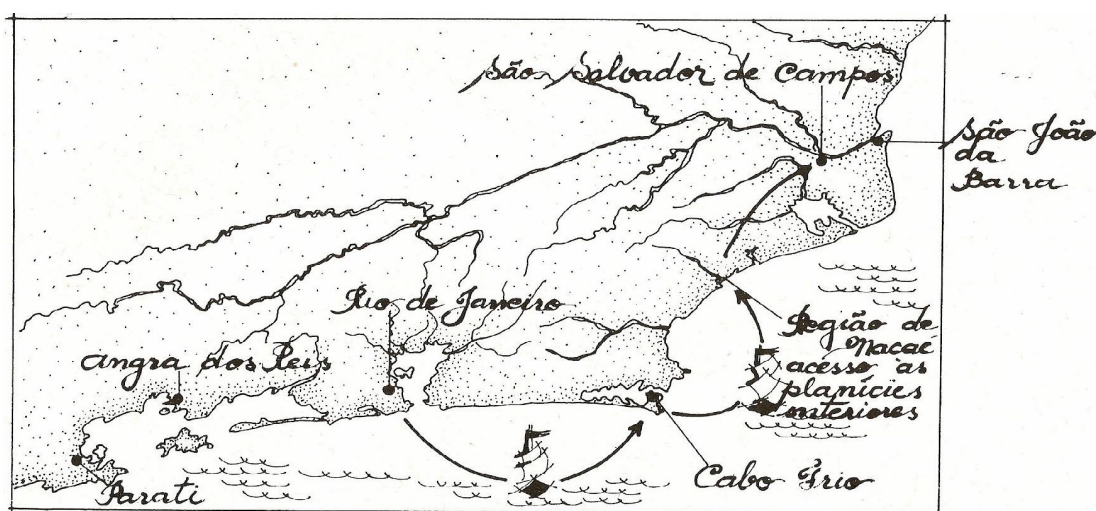


Figura 8 - Mapa 6 – Território fluminense no século XVII. Adaptado de: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991.

Lamego (1974, p. 118), ao tratar da pré-história no setor de evolução fluminense denominado por ele como “Restinga”, revela ter sido o litoral de Rio das Ostras um local “bem freqüentado pelos índios”, principalmente a foz, que possuía um antigo nome, Leriipe, que significa o molusco, a ostra, que deu nome ao rio.

Entre o rio Una e o São João⁵⁵, Calmon (1940)⁵⁶ *apud* Lamego (1974, p. 63) afirma que foi instalada a fazenda de Campos Novos, como primeira iniciativa desbravadora.

⁵⁴ De acordo com conceituações de George (1983).

⁵⁵ O rio Una possui bacia hidrográfica que abrange alguns municípios da Região das Baixadas Litorâneas, a saber: Araruama, São Pedro D’Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Iguaba Grande. Já o rio São João, apresenta foz no atual município de Casimiro de Abreu.

⁵⁶ CALMON, p. 1940. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo.

Rio das Ostras é um município que se desmembrou de Casimiro de Abreu, município que se tornou Vila em 1846, com instalação em 1859, quando se emancipou de Macaé - Vila efetivada em 1813 com o nome de “São João de Macaé”-, de acordo com Pedroso & Porto (1950) e Trotta & Trotta (198-?).

A área dos atuais municípios de Macaé, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras teve uma ocupação inicial relacionada ao aldeamento de índios garulhos. O município de Casimiro de Abreu apresentou, até fins do século XIX, um desenvolvimento regular no que concerne à agricultura. De 1890 a 1925, a sede deste município apresentou uma localização oscilante, ora sendo instalada junto à foz do rio São João – hoje, Barra de São João, atual distrito do município –, ora mantendo-se no interior denominado Indaiáçu – que, a partir de 1925, tornou-se sede administrativa de Casimiro de Abreu localizada nas imediações da rodovia BR 101, até os dias de hoje⁵⁷ (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1978-1979).

Dantas (2006) apresenta-nos a tese de que as cidades brasileiras litorâneas tiveram em sua maioria, seu desenvolvimento estruturado no “amálgama da cidade litorânea-interiorana”, uma vez que o mar representava “atributo de racionalidade externa à cidade propriamente dita e ao urbano”. Argumenta que, dada à função comerciante calcada na existência de grandes zonas de plantação no continente, ocorria valorização da função de escoamento portuário, ficando a cidade de costas para o mar no contexto de ser desenvolvimento entre a época colonial e a primeira metade do século XX. A partir das últimas décadas do século XX, o autor revela que ocorre uma inversão deste modelo, pois é implementada uma lógica que insere tais cidades num mercado competitivo alicerçado pelo turismo litorâneo, reforçando uma cooptação das elites da zona costeira – já ocorrida no início do século XX, uma reorientação da rede urbana, a incorporação da praia à tessitura urbana, a transformação da praia numa mercadoria nobre e no delineamento de distintas imagens orientadas e controladas a fim de sustentar o devir deste processo.

Tal reflexão parece-nos importante, pois em Rio das Ostras, o mar, sempre esteve dentro das dinâmicas da cidade, dada a proeminência da vila dos pescadores⁵⁸, porém, inicialmente, contou com pouca apropriação da orla e da bacia do rio das ostras para função de escoamento. Este pouco aproveitamento portuário teria relação com as características da

⁵⁷ O núcleo principal de Casimiro de Abreu, sede administrativa deste município, desenvolveu-se através da BR101 e da ferrovia. O núcleo de Rocha Leão também conta com as duas vias de circulação, porém, assim como Rio Dourado - localidade com a mesma disponibilidade de vias, dentro do município de Casimiro de Abreu - sofreu os interesses políticos que ratificaram o loteamento urbano na área litorânea e a centralização administrativa no núcleo urbano principal de Casimiro de Abreu, o que resultou em estagnação de Rocha Leão e Rio Dourado. Vide discussões nas páginas 54-55 deste capítulo.

⁵⁸ Vide o livro “Memória dos Peixes”, Rocha (1997), que, através da história oral, desvenda aspectos históricos da vida na cidade de Rio das Ostras.

rede de drenagem do rio das Ostras e com a relevância dos portos de Barra de São João, Cabo Frio, Macaé, como aborda Pedroso & Porto (1950), e Campos, embora existisse uma navegação comercial com barcos de pequeno calado (UFF, 2000).

Lamego (1974, p. 65) descreve de forma primorosa a área de abrangência deste trabalho na década de 1940 sob o ponto de vista dos pantanais e restingas:

Da embocadura deste rio⁵⁹ para nordeste a planície arenosa continua, porém agora mais desnuda. À floresta das restingas do Gargóá sucede a vegetação típica dos cerrados. Até a foz do rio das Ostras nenhum curso vara esta planície que aos poucos se alarga para dois quilômetros. Chega-se então ao pequeno arraial a um canto de outra belíssima enseada.

Em Rio das Ostras também, uma pequena e linda ilha enfeitada de coqueiros foi ligada ao continente pelas restingas. Outras aguardam no mar o mesmo destino enquanto o rio com a embocadura firme naquele rochedo – onde as enormes ostras que lhe deram o nome são ainda abundantes –, é reduzido a poucos metros de largura em sua entrada no mar, pela pressão das restingas que vindas da ponta dos Pecados Mortais ao sul de Macaé o estrangularam. E logo atrás dessa foz, denunciando a barragem, alarga-se um saco a ser entupido por futuras aluviões trazidas da serra.

Em Pecados Mortais⁶⁰ o gnaisse entra no mar. Rochedos ásperos destacam-se da elevação na qual finda a planície arenosa, lambidos pelas ondas agitadas. E daí à foz da lagoa de Imboassica as restingas desaparecem.

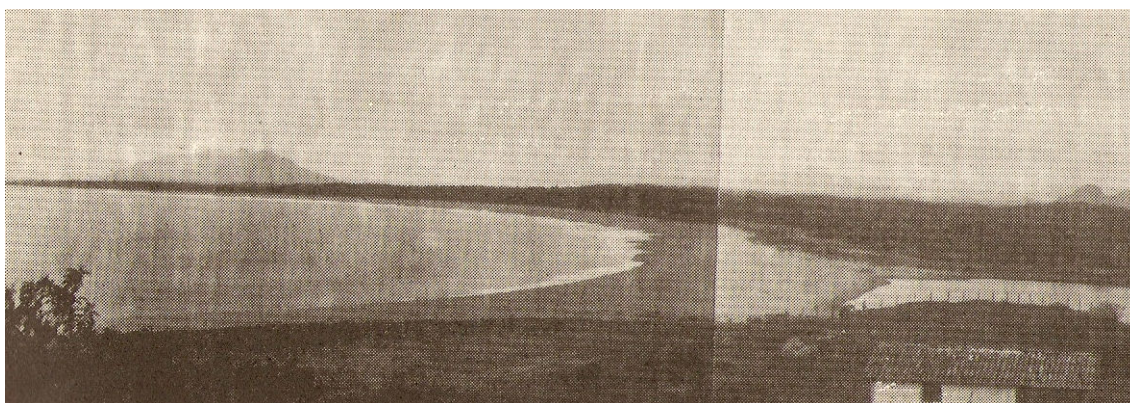


Figura 9 – Fotografia 2 – Enseada de Itapebussus na década de 1940. “A costa fluminense a sul da ponta dos Pecados Mortais, em Macaé. A praia é o limite da planície de restingas que se dirige para o rio das Ostras barrando os cursos d’água. [...] Ao alto, à esquerda, a serra de São João e à direita a do Iriri.” Fonte: LAMEGO (1974, p.74).

⁵⁹ O rio a que Lamego faz referência é o rio São João, cujo leito, atualmente, delimita a divisa entre os municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio.

⁶⁰ Atual área de Itapebussu.

Em 1943, a Rodovia Amaral Peixoto, conhecida como RJ 106, é aberta, delineando um novo eixo de desenvolvimento da cidade (UFF, 2000). A descrição de Bernardes (1957, p.144-145) narra as características do espaço limítrofe à “nova” rodovia: “Percorrendo as formações arenosas, junto ao litoral ou aproveitando a zona das colinas a moderna rodovia evita, em seu traçado, como os caminhos antigos, a travessia das áreas aluviais, em especial, as grandes planícies dos rios São João e Macaé.”

Asfaltada em 1950, a RJ 106 aumentou a acessibilidade àquela área descrita por Bernardes (1957, p. 153) na década de 1950 como um deserto: “No quase deserto que se estende de um e outro lado da foz do São João, até depois do rio das Ostras, causa estranheza, à primeira vista, a presença da vila de Barra de São João.”

Além disso, visualizamos que os processos de valorização e apropriação dos espaços praianos tornaram-se vitais para a compreensão da importância desta rodovia, pois sua abertura inaugurou um processo de urbanização litorânea e turística no município, que culminaria na “incorporação da praia à tessitura urbana”.

Ainda na década de 1950, esta área contava com instalações novas e pastos recém-formados em áreas com poucas fazendas de criação com presença de culturas de subsistência e habitações modestas (BERNARDES, 1957, p.155). No que diz respeito à agropecuária, entre 1959 e 1964, ocorreu um Plano Piloto de Ação Agrária que desapropriou milhares de hectares, dentre eles a Fazenda Rio das Ostras em Casimiro de Abreu (AREZZO, 1998, p.62). Nos anos 80, em todo o vale do rio São João, foi investido grande quantitativo de capital vinculado ao cultivo de arroz irrigado, que resultou num insucesso. Nesta época, Ozanam de Almeida era o dirigente da Associação Nacional de Criadores de Gado. Segundo Binsztok (1998, p. 330) houve um “fechamento” do vale do rio São João “por um sistema latifundiário”. São relevantes as relações entre urbanização e agropecuária são importantes para as análises, inclusive no tocante às atuais estratégias urbanas do poder público que realiza muitos eventos associados a exposições agropecuárias.

Gomes (2003) compilou especialmente a evolução do núcleo urbano de Rio das Ostras, quando ainda pertencia a Casimiro de Abreu (Vide Figura 13, na próxima página). Em 1950, com cerca de 3000 habitantes, Rio das Ostras apresentava sua ocupação cidadina pouco espraiada ao longo das atuais Praias do Centro e do Cemitério, com cerca de 25 a 30% de ocupação.

Somente 13% de sua população era urbana: 635 pessoas habitavam o núcleo citadino. Contava com uma taxa de crescimento populacional que, entre 1940 e 1950, foi de -0,39 e

que, sofreria uma mudança brusca entre 1950 e 1970, com uma taxa de 3,9⁶¹. O mapa apresenta uma cidade, que explodiria com novos conteúdos, como o turismo, fazendo aparecer o urbano através do que denominamos como urbanização litorânea e turística. As áreas verdes no mapa referem-se aos mangues nas margens do rio das Ostras e o tom vermelho significa a porção ocupada de modo rarefeito pela cidade. As fotos presentes no mapa revelam o tipo de construção habitacional na cidade e a situação do atual bairro Mariléia, na época, sem ocupação de cidadãos.

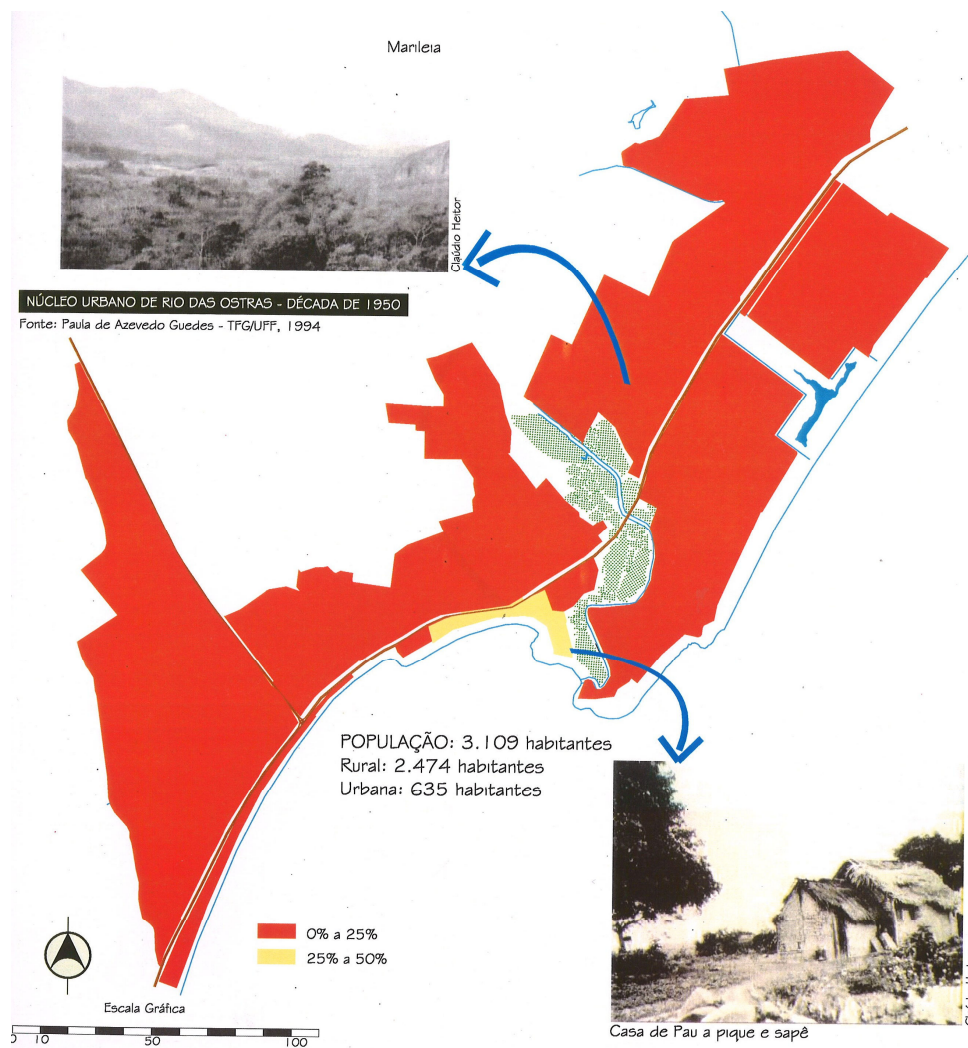


Figura 10 – Mapa 7 - Cidade de Rio das Ostras na década de 1950. Fonte: GOMES (2003, p.19).

⁶¹ Tabela 3 na página 73.

2.2 A urbanização litorânea e turística

Em 1953, a função absenteísta – relacionada aos domicílios de uso ocasional, segunda residência - mostra sinais embrionários com a criação da CERRO (Clube Esportivo e Recreativo de Rio das Ostras), uma organização que aglutinava moradores e veranistas (UFF, 2000).

Bernardes (1957, p. 155) descreve nossa área de estudo destacando o momento de gestação do processo de valorização do solo urbano:

Embora sua parte norte seja, indiscutivelmente, mais povoada que no trecho ao sul da Barra de São João, a faixa de restingas apresenta-se, em seu conjunto, parcamente ocupada. Essa ocupação, que se revela muitas vezes recente, indica a influência da maior facilidade de comunicações através da rodovia. É o caso da fabricação do carvão vegetal, extraídos dos restos de mata, como também da criação de gado. Da mesma forma, a presença dos loteamentos em quase todas as praias, é uma consequência da possibilidade de ligações rápidas com o Rio de Janeiro, e Niterói bem como um indício da era da especulação imobiliária que atravessamos.

Este momento pode ser visualizado através da observação de duas cartas do IBGE (Figuras 11 e 12). A carta de 1956 permite a verificação de que a cidade ocupava seu sítio inicial na praia do centro, estando a orla pouco ocupada. A carta de 1983 já revela o urbano constituído por loteamentos consolidados na porção litorânea distantes do sítio inicial. Podemos constatar a centralidade da rodovia RJ 106 no espraiamento da área urbana, tanto no que diz respeito à expansão do núcleo urbano central como nas novas áreas urbanas como Cidade Praiana, Balneário Parque Eldorado no limite com Barra de São João (Casimiro de Abreu), Costa Azul e Mariléa.

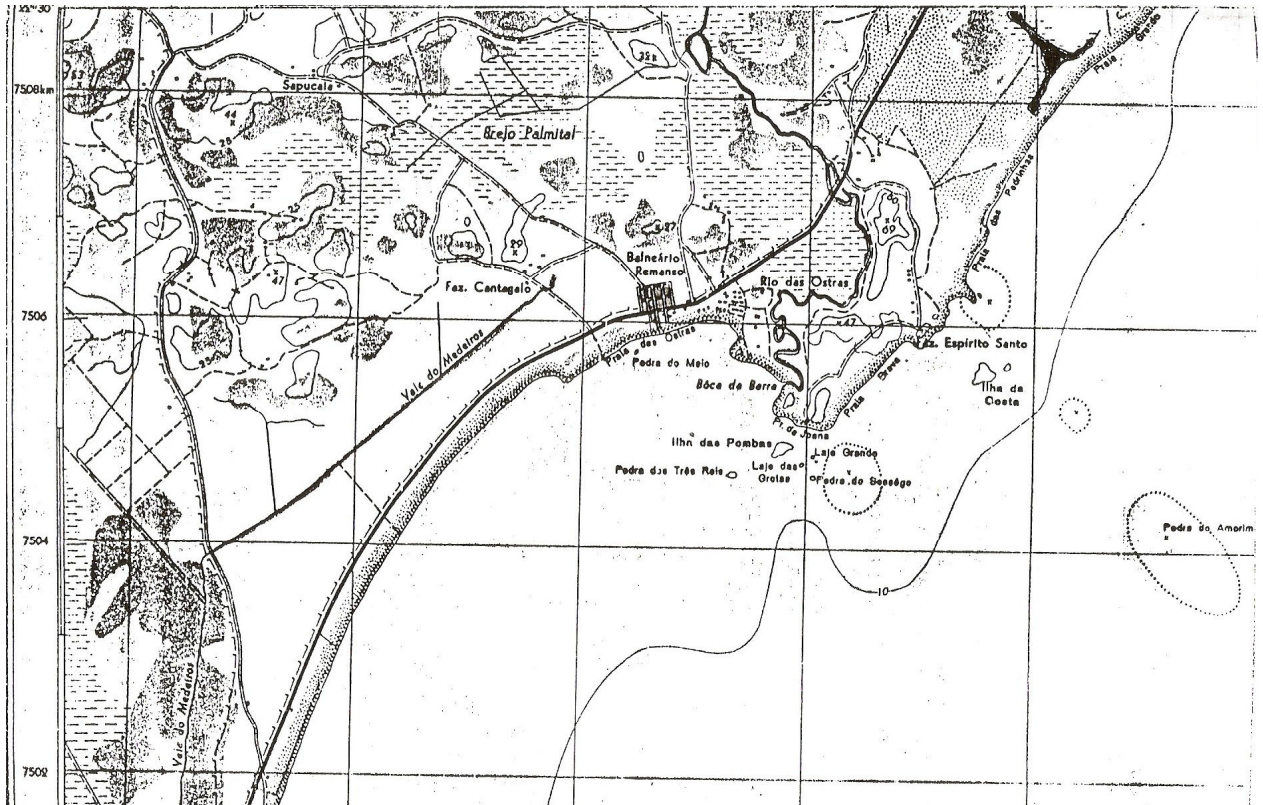


Figura 11 – Mapa 8 - Carta do IBGE de 1956. Escala original: 1:50.000. Fonte: MORAES (1996).

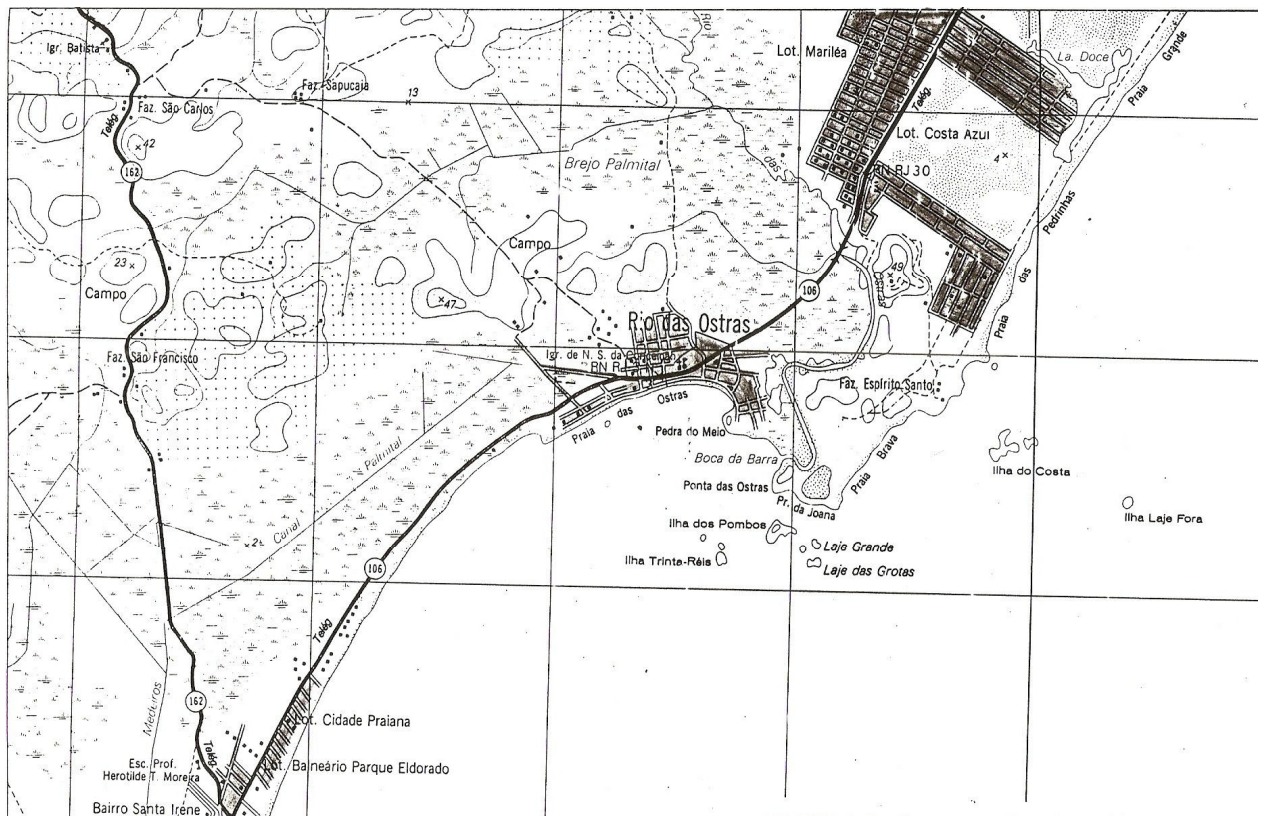


Figura 12 – Mapa 9 - Carta do IBGE de 1983. Escala original: 1:50.000. Fonte: MORAES (1996).

Percebe-se que a urbanização turística esteve alinhada aos objetivos de tomar posse do espaço, fazendo-o receber um valor de troca a fim de estabelecer cambialidade para o consumo do espaço, abrindo um campo para a especulação imobiliária. Na orla de Casimiro de Abreu, que contava com Rio das Ostras como seu terceiro distrito, tal urbanização alcançou primeiramente Barra de São João e posteriormente a área litorânea próxima à foz do rio das Ostras.

Pode-se visualizar a orla riostrense que foi transformada pela urbanização turística e litorânea a partir de um mapa turístico confeccionada pela PMRO em 2004 (Vide Figura 12). Tal mapa permite a observação das principais avenidas, praias e lagoas da cidade, além de possibilitar a localização do sítio inicial da cidade, na praia do Centro. A elevação em destaque é a Serra do Iriri, localizada no interior do município. Cabe ressaltar que o pouco adensamento de casas nas margens do rio das Ostras, em áreas de mangue, e na área atualmente conurbada com Barra de São João revela interesses turísticos de promoção da “desejabilidade” pelo rústico vinculada à representação da cidade como um produto turístico.

Na década de 1970, quando Rio das Ostras passa a ser o terceiro distrito de Casimiro de Abreu, nota-se que a lógica de produção espacial já se desenvolve baseada no turismo com considerável taxa de urbanização (ALMEIDA, 1999). O distrito é criado com denominação de Rio das Ostras, pelo decreto-lei nº 225, de 01-03-1970, com sede no povoado de Rio das Ostras, desmembrado do distrito de Barra de São João, subordinado ao município de Casimiro de Abreu.

Para o entendimento de que visão o poder público detinha a respeito do quadro geográfico da área foco do nosso estudo, retiramos um fragmento descritivo do então terceiro distrito do município de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, na década de 1970:

Expandem-se rapidamente mercê de seus encantos naturais e de suas areias radioativas. Boa rede de hotéis, sobressaindo-se entre eles o “Mirante do Poeta”, com boa comodidade. Postos de gasolina, clubes sociais e esportivos como o Centro Recreativo de Rio das Ostras, Iate Clube e Rio das Ostras F. C. Quadra de esportes na praça São Pedro. O jornal “A Razão”, faz a crônica e o registro local e do município em boa linguagem.

Dentre os folguedos populares, registra-se a Festa de São Pedro ou dos Pescadores, no dia 29 de junho. A vila é atravessada pela RJ-106, podendo também ser alcançada pela BR-101, entrando à altura da povoação de Rio Dourado na RJ-162. As praias de Rio das Ostras são formadas por areias monazíticas apresentando radioatividade ao nível do solo, devido à presença de elementos do tório (rádio, cádmio e outros).

A lagoa da “Coca-Cola”, pela cor de suas águas, apresenta alto teor de sais de iodo, sendo pois de uso medicinal, assim como as areias das praias do Rio das Ostras.

A região oferece ótimas condições para a prática da pesca, com ótimos lugares, como: trinta réis, costa azul, lage e pedra alta. Os peixes mais abundantes são: mergulho, mero, garoupa, badejo, cação, enxada, sargo e lagostas. Na linha: pescada, anchova, cavala, linguado e outras qualidades.

(ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1978-1979, p. 163).



Parte do Mosaico fotogramétrico da Bacia do Rio Macaé - 1968

Figura 14 – Mapa 11 - Parte do Mosaico fotogramétrico da Bacia do Rio Macaé em 1968 . Fonte: RIO DAS OSTRAS, 2003.

Na década de 1970, Moraes (1996, p.42-53) afirma que o veraneio já estava consolidado como uma forma de consumo, tendo desenvolvido na década anterior, 1960, a ocupação da “faixa de terrenos planos à margem direita do rio e à retaguarda do rio”. Tal consolidação é relacionada à efetivação dos acessos da área à metrópole, como a Ponte Rio-Niterói e o asfaltamento da BR 101. Todavia, relata que de modo paralelo à ocupação por parte do veraneio de residências - com “bom acabamento” cujos loteamentos eram subutilizados na maior parte do ano e super utilizados nos meses de verão, com poucas edificações e grande quantidade de lotes vazios -, houve “supervalorização da terra, o que dificultou às populações de renda mais baixa a aquisição legal de imóveis”, resultando em invasões contíguas às zonas de veraneio, como os bairros Caranguejo e Operário.

Em 1970, através da referida compilação de Gomes (2003), vide Figura 15, nota-se que parte da ocupação litorânea anterior permaneceu sem muito adensamento, mas surgiram novas áreas ocupadas em áreas de mangues - inundadas, nas margens do rio das ostras, representadas em coloração verde. Além disto, houve interiorização da ocupação, na porção oeste da RJ 106, e espraiamento da ocupação no bairro hoje conhecido como Costa Azul, na área setentrional ao rio das ostras. O núcleo urbano contava com uma população urbana de 1047 habitantes, cerca de 16% do total. As fotos anexadas ao mapa, retiradas de Rocha (1997), mostram a “praça do centro” na área urbana, hoje denominada Praça José Pereira Câmara, e a Figueira centenária, localizada na Praia do Centro, que permanece até hoje no mesmo local.

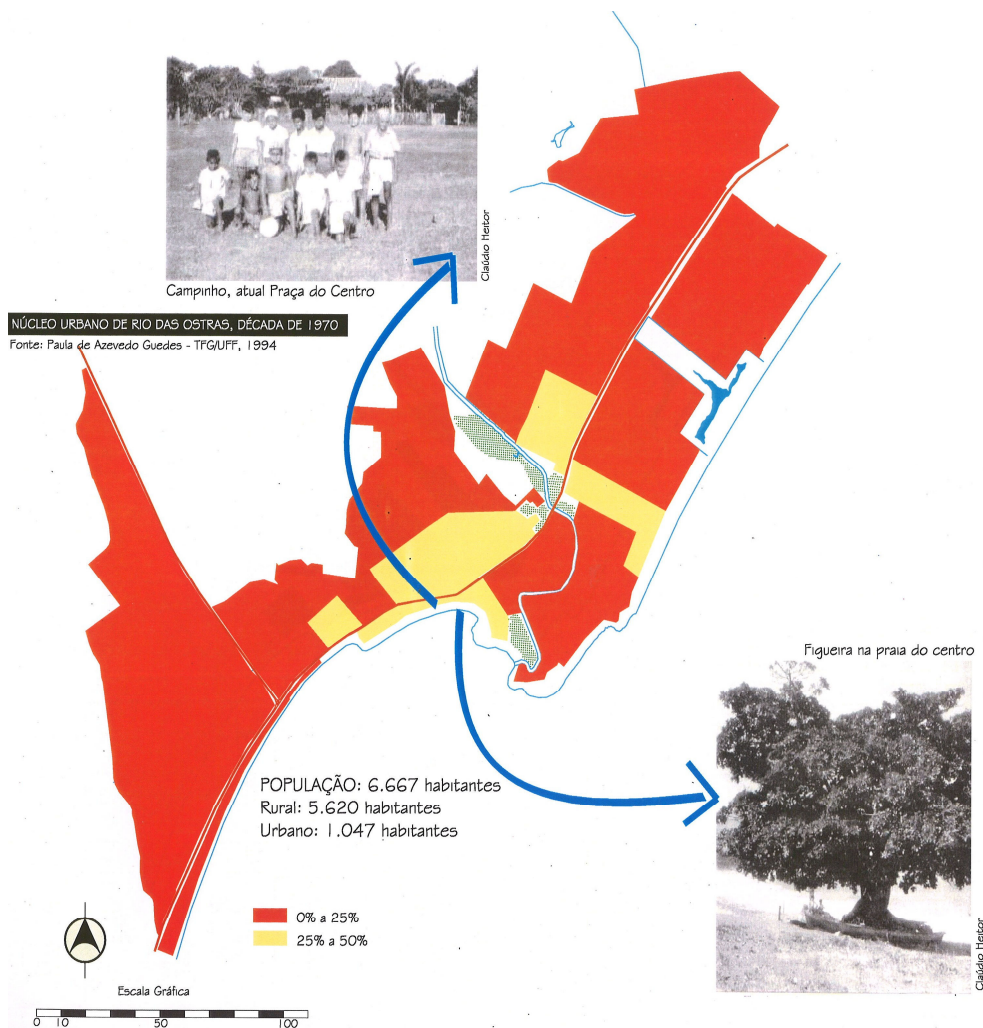


Figura 15 - Mapa 12 – Área urbana de Rio das Ostras na década de 1970.
Fonte: GOMES (2003, p. 20).

É de suma importância situar que, tal mudança de Rio das Ostras, da cidade ao urbano, que começaria a surgir através de um processo de urbanização que situamos entre os anos de 1950 e 1970, não se deve só à abertura da rodovia RJ 106 E ao processo de explosão e aglomeração relativo à industrialização-urbanização que a Guanabara vivenciava. O Brasil vivenciou nos anos 1950 uma “revolução demográfica” e uma “revolução urbana”⁶² caracterizada por uma urbanização aglomerada - crescimento dos núcleos com mais de 20 mil habitantes – sucedida por uma urbanização concentrada – multiplicação de cidades de tamanho intermédio - , que chegou ao estágio da metropolização, um novo patamar a partir dos anos 70 (SANTOS, 2005, p. 77).

⁶² Esta expressão é de Milton Santos e não possui nenhuma relação com a expressão trabalhada por nós no capítulo teórico cuja autoria é de Lefebvre.

Na década de 1980, a maior parte dos loteamentos urbanos litorâneos do município, existentes atualmente, já tinha sido criada (MORAES, 1996).

Moraes (1996) revela também que, no processo de autonomia municipal de Rio das Ostras, houve a permanência no poder de grupo político que estava na prefeitura de Casimiro de Abreu, uma vez que Cláudio Ribeiro, primeiro prefeito do município de Rio das Ostras havia ocupado o cargo de vice-prefeito de Casimiro de Abreu entre 1988 e 1992.

A emancipação⁶³ ocorreu através da lei estadual nº 1984, de 10-04-1992, quando foi desmembrado de Casimiro de Abreu, sendo a sede no antigo distrito de Rio das Ostras transformada no distrito sede do novo município instalado em 01-01-1993 (IBGE, 2009).

Retomando as discussões de Castro⁶⁴ (1997), nesta situação de continuidade e reafirmação do poder político local, o espaço é parte integrante da política. Os discursos construídos com a finalidade da separação entre os dois municípios fazem parte de uma estratégia que qualifica o espaço e utiliza o simbólico para alcançar adesões.

Percebe-se que nossa hipótese inicial, explicitada na introdução, referente à possibilidade da ‘ótica da produção do espaço mudar a partir da emancipação política’ pode ser trabalhada, uma vez que constatamos que houve continuidade em relação aos grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo e efetivá-lo como um espaço instrumental. Porém, as estratégias, mesmo servindo aos mesmos interessados, passam a experimentar, ao longo dos anos 1990, outras mudanças que enfocaremos no capítulo 3.

⁶³ Quadro do referendo de 1992 presente no Anexo V.

⁶⁴ Realizadas na página 31.

Tabela 1 - Parcelamento do solo em Rio das Ostras entre as décadas de 1950 a 1980, comparativo a Casimiro de Abreu.

ANÁLISE COMPARATIVA DO PARCELAMENTO DO SOLO			
DÉCADA DE APROVAÇÃO	CASIMIRO DE ABREU	BARRA DE SÃO JOÃO	RIO DAS OSTRAS
50	1.358.328	2.739.794	7.067.041
60	1.290.295	115.459	5.985.193
70	294.845	11.726	9.484.594
80	180.747	328.284	1.581.081
SEM DATA	327.499	447.320	5.730.383
TOTAL ABSOLUTO m²	3.451.714	3.642.583	29.848.292
TOTAL RELATIVO %	9,40	9,95	80,63

Fonte : SECPLAN -RJ - Plano Físico Territorial de Casimiro de Abreu - 1978

Tabulação : Frederico Moraes

Fonte: MORAES (1996, p. 54).

A Tabela 1 mostra como, entre 1950 e 1980, o poder público de Casimiro de Abreu realizou o parcelamento do solo no então distrito de Rio das Ostras, o que reafirma que os interesses em promover a urbanização turística foram anteriores à emancipação em 1993. Nesta tabela, Rio das Ostras recebeu, em áreas loteadas, o referente a 80% de todos os loteamentos aprovados no município de Casimiro de Abreu entre 1950 e início da década de 1980. A Figura 16, na próxima página, quantifica as áreas urbanas loteadas entre 1950 e 1970 em Rio das Ostras, revelando ser a década de 1970 a responsável pelo maior incremento de áreas delegadas estrategicamente para a expansão de áreas urbanas.

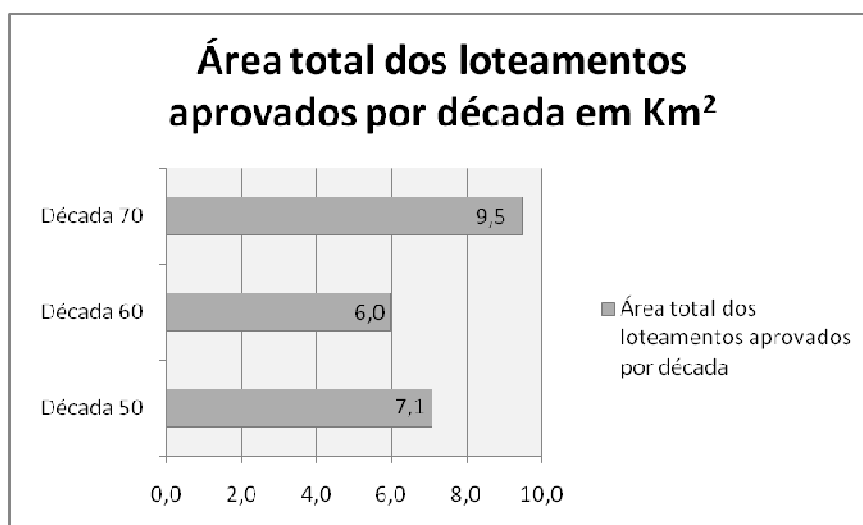


Figura 16 – Gráfico 2 – Área total dos loteamentos aprovados por década, de 1950 a 1970 de Rio das Ostras. Adaptado de: MORAES, 1996⁶⁵.

De 1970 a 2000, a região das Baixadas Litorâneas teve duplicada sua taxa de urbanização e o município em questão mostrou-se detentor da segunda maior taxa de urbanização desta região de governo⁶⁶.

Neste período, a malha territorial municipal fragmentou-se bastante. Tal fragmentação ocorreu substancialmente a partir desta intensificação dos fluxos turísticos e de segunda residência, sendo exemplos a criação de Arraial do Cabo em 1986, de Rio das Ostras em 1993, de Iguaba Grande em 1997 e de Armação dos Búzios em 1997 (MARAFON, 2005, p.42).

⁶⁵ Para maiores informações mais detalhadas sobre estes loteamentos, vide tabelas presente no Anexo IV.

⁶⁶ Segundo tabela disponível em Marafon (2005, p. 58-59), feita com base no censo do IBGE de 2000. Para mais esclarecimentos, vide tabela na página 73.

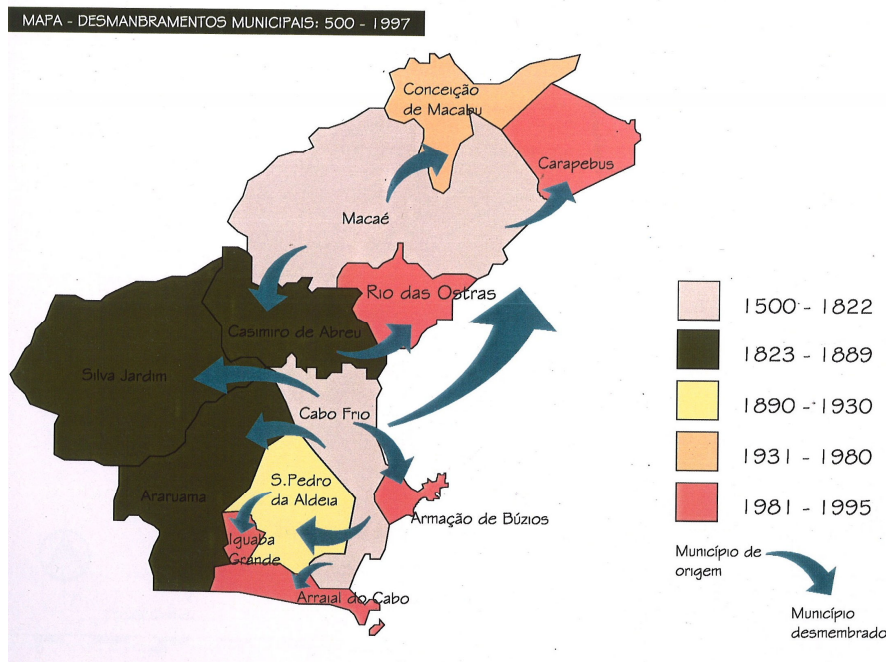


Figura 17 - Mapa 13 – Desmembramentos dos blocos territoriais de Cabo Frio e Macaé. Fonte: GOMES (2003, p. 17)⁶⁷.

Tal relevância do turismo mostra-se forte, sobretudo atualmente, quando Rio das Ostras está alocado na região turística Costa do Sol, caracterizada por apresentar fortes fluxos turísticos. Segundo regionalização da TurisRio, Rio das Ostras faz parte da região turística da Costa do Sol, junto com os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu – com destaque para Barra de São João-, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, São Pedro da Aldeia e Saquarema.

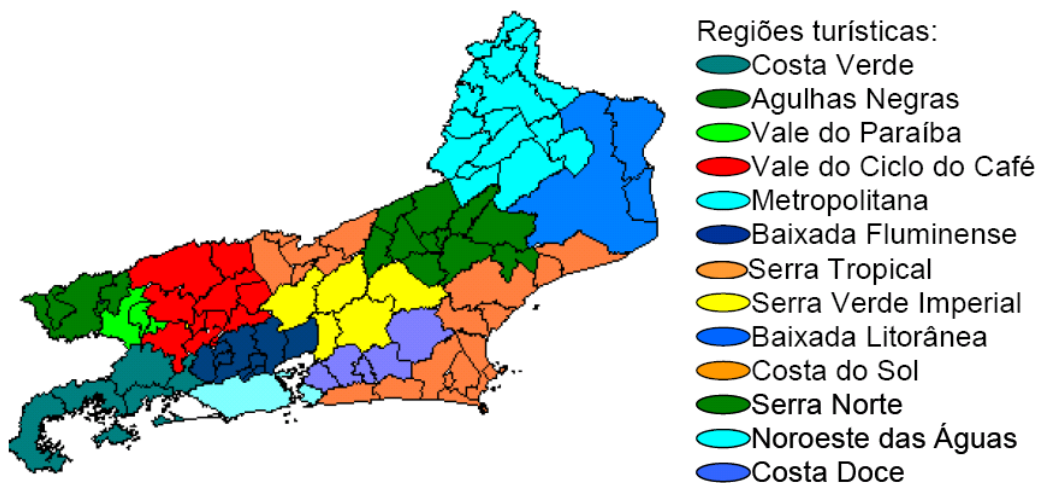


Figura 18 – Mapa 14 - Regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: TCE RJ, 2009a.

⁶⁷ O mapa não mostra Quissamã, município a norte de Carapebus, que se emancipou de Macaé, no período entre 1981 e 1995.

Além disto, verificamos que em 1991, dos 11.867 domicílios particulares, 5.553 eram de uso ocasional, cerca de 47% não estava ocupado e, em 2007, o quadro permanece, pois dos 41.040 domicílios particulares, 16.907 não estavam ocupados, sendo, desta forma, 41% de uso ocasional (IBGE, 2009b). A pequena queda percentual, de 47% para 41% pode estar relacionada à complementaridade que vem sendo desenhada entre Rio das Ostras e Macaé, na última década, relacionado à função do espaço urbano riostrense como dormitório e como área de turismo de negócios relativos à atividade petrolífera, o que teria aumentado o percentual de uso permanente de domicílios (Vide Figura 19).

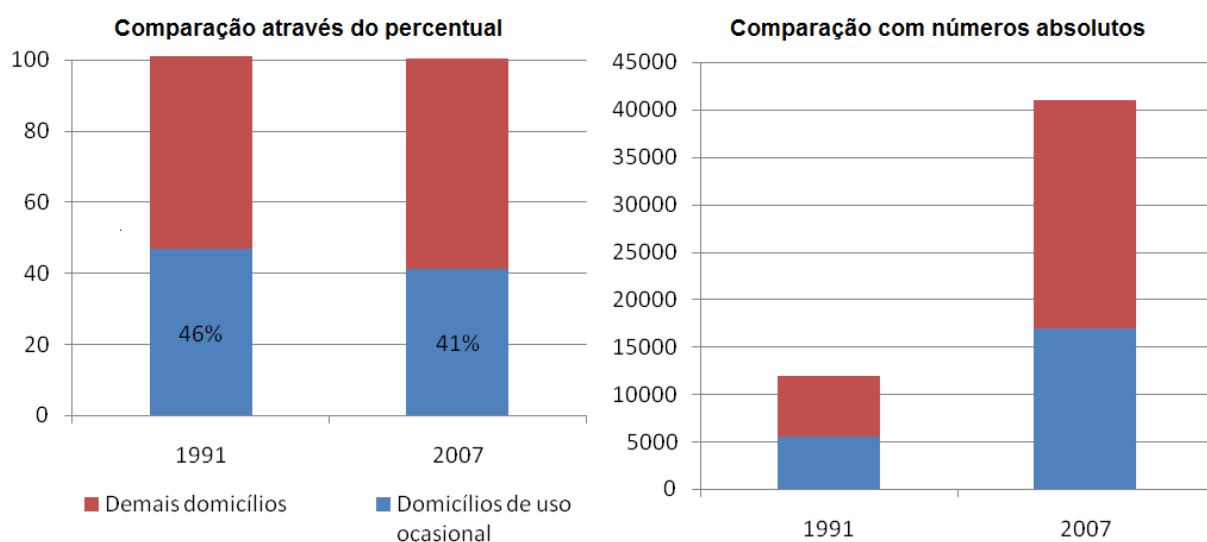


Figura 19 – Gráfico 3 – Domicílios de Uso Ocasional, comparação entre 1991 e 2007. Adaptado de: IBGE, 2009c.

Além de estar relacionada à formação de uma cidade turística, a produção do espaço que se deu no município também possui relações com o estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho advinda da implantação da base de operações da Petrobrás em Macaé no ano de 1979.

No que diz respeito à atuação da Petrobrás na bacia de Campos, à localização da base de operações em Macaé e às dinâmicas territoriais entrelaçadas à atividade petrolífera, Marafon (2005, p.42) defende a existência de blocos territoriais importantes para a formação da malha territorial fluminense, que não incidem dentro das delimitações das regiões de governo estabelecidas pelo CIDE. Além disto, delimita que o município de Rio das Ostras estaria localizado no bloco campista. Tal bloco fora estruturado a partir da agroindústria

canavieira e, nas últimas décadas, a atividade petrolífera teria sido um dos agentes, a partir de 1986, da criação e emancipação de municípios e da densificação da malha técnica em toda a área de influência.

A descoberta de petróleo na década de 70 na bacia de Campos, além da importância que tem representado, sobretudo para os municípios de Macaé e Campos, situados no Norte, também tem promovido uma série de efeitos impactantes sobre o Estado do Rio de Janeiro, principalmente no seu interior. Isto porque, além de contribuir para o desenvolvimento de áreas que anteriormente encontravam-se em processo de decadência econômica, sustentadas, sobretudo, por uma economia ligada à atividade agrícola como Campos e Macaé, acabou por promover também a emancipação de alguns municípios como Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras. (MARAFON, 2005, p.122)

Reconhecemos que, a partir da década de 1980, Macaé passou por um incremento populacional sem igual – sua taxa de crescimento da população residente passou de 2,32, entre 1970-1980, para 4,23, entre 1980-1990⁶⁸. Além disto, o pessoal ocupado nas atividades de serviços teve crescimento de 400% na década de 1970, o que gerou uma “acessibilidade diferencial” a nível local em termos de serviços⁶⁹, e uma expansão do espaço urbano desvinculada da função de lazer e veraneio como na década posterior (RAMIRES, 1991). Neste período, Rio das Ostras também apresentava crescimento em sua taxa de crescimento da população residente.

⁶⁸ Tabela completa na página 73.

⁶⁹ Tal acessibilidade teria trazido uma mudança no acesso a serviços na área, disponíveis anteriormente só na capital do estado ou em Campos dos Goytacases.

Gráfico Comparativo das Taxas de Crescimento da População Residente – Macaé e Rio das Ostras – 1940 a 2000⁷⁰

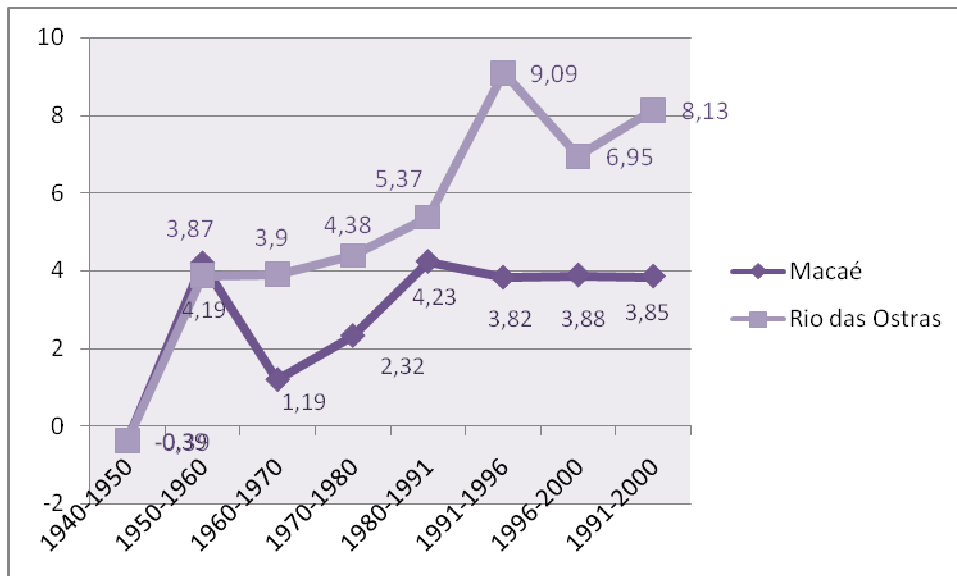


Figura 20 – Gráfico 4 – Comparativo entre Rio das Ostras e Macaé. Adaptado de: CIDE, 2008a.

Entre 1980 e 1996, Macaé apresentou equilíbrio em suas taxas, o que se relaciona à emancipação de Quissamã e Carapebus. Rio das Ostras, neste mesmo período, que coincide com sua emancipação política, vivencia seu maior salto no crescimento da população residente. Parte deste salto pode ser explicada pela intensificação das estratégias do poder local após a emancipação, além de mostrar o início de uma nova fase da política urbana do município relacionada à produção do produto turístico, ampliada em relação ao chamado turismo de negócios, visando estabelecer relações complementares com Macaé, dado o estabelecimento desta “acessibilidade diferencial” macaense.

Lima (1998) mostrara que, desde o início da estruturação da cidade de Rio das Ostras, esta área passava por indefinições quanto às redes que a polarizavam, ora, centradas em Cabo Frio, ora em Macaé. O esquema abaixo reafirma que, atualmente, as relações do espaço urbano de Rio das Ostras mostram-se mais fortes com Macaé, município com o qual possui complementaridade, do que com Cabo Frio, centro sub-regional preponderante para grande parte dos municípios da região das Baixadas Litorâneas (Vide Figura 21).

⁷⁰ Mesmo sendo Rio das Ostras um município criado em 1993, os dados desta série história relacionam-se estritamente à área onde atualmente se encontra o município de Rio das Ostras.

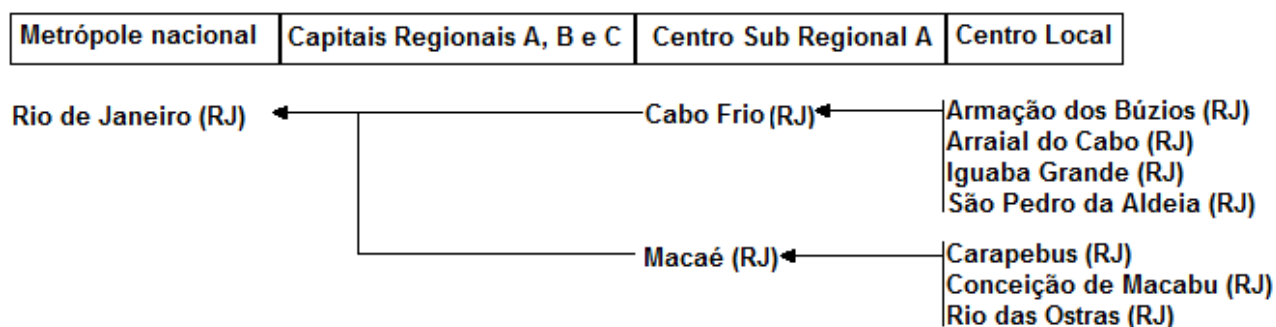


Figura 21 – Região de Influência das Cidades. Organograma adaptado. Fonte: IBGE, 2009d.

Tal complementaridade tem se aprofundado na última década, o que pode modificar a alocação de Rio das Ostras na regionalização governamental. Em matéria publicada pelo jornal *O Globo* em junho de 2007, o CIDE expõe um mapa do estado, com uma nova proposta de regionalização, no qual o município de Rio das Ostras estaria alocado na região “Produtora de Petróleo e Gás” - junto com os municípios de Macaé, Casimiro de Abreu, Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, Campos dos Goytacases, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana - e não mais na Região das Baixadas Litorâneas, que, com nova regionalização, seria chamada de “Turística dos Lagos” (Vide Figura 22)⁷¹.

⁷¹ Outra matéria interessante foi publicada pelo jornal *O Globo* em 24 de junho de 2007, sob o título “Na rota do petróleo – Crescimento da região da Bacia de Campos atrai construtoras e investidores. E melhora o perfil dos imóveis”. Vide Anexo VI.

Fundação Cide propõe novo mapa para o Rio

Especialista diz que mudança, que aproxima cidades com o mesmo perfil, pode ajudar no planejamento estratégico

Túlio Brandão

• O mapa do Estado do Rio pode ganhar, até o fim do próximo ano, novos contornos regionais. A Fundação Cide (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro) vai propor ao governador Sérgio Cabral a redistribuição das atuais regiões fluminenses, a partir dos diversos perfis econômicos existentes. Na versão preliminar do novo mapa, entre outras novidades, a Região Metropolitana vira Urbano Industrial e ganha três novos municípios — Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu. O Centro-Sul fluminense, que curiosamente está localizado no Centro-Norte, desaparece do mapa. Os municípios órfãos são abrigados, na proposta da Cide, em duas novas regiões: Turístico-cultural do Médio Paraíba e Serrana de Economia Diversificada.

Pesquisador defende que estudo corrigirá distorções

O pesquisador Marcos Antônio Santos, geógrafo da Coordenadoria de Geoprocessamento e Cartografia da Fundação Cide, diz que a nova distribuição será proposta para corrigir as atuais distorções do mapa de regiões do estado:

— Há algum tempo, verificamos que as regiões de governo e planejamento estão defasadas. Não atendem à ordem urbana e territorial, ao fluxo de capitais, e ainda desprezam os novos centros. Por isso, surgiu a idéia de fazer o estudo, propondo um recorte mais adequado à realidade e aos novos grandes projetos de infra-estrutura do estado, como o Arco Rodoviário, que atravessa vários municípios, e o Complexo Petroquímico do Rio (Compeirj), em Itaboraí.

A mudança de acordo com Marcos Antônio, pode ajudar no planejamento estratégico do estado, já que as regiões passam a ter conjuntos de municípios com perfis semelhantes.

— O novo mapa vai criar novos instrumentos de fomento regional. O governo pode, a partir da redistribuição, gerenciar recursos destinados a regiões, como funlos, e distribuí-los de uma

Como seria redividido o estado

A regionalização proposta pela Fundação Cide traz mudanças em relação ao mapa atual.

A Região Urbano-Industrial, antiga Região Metropolitana, ganha três municípios: Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Itaguaí. A Região Produtora de Petróleo e Gás, hoje conhecida como Norte Fluminense, fica com Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, mas deixa para a Região Agropecuária do Pomba, Muriaé e Itabapoana, atualmente chamada de Noroeste, os municípios de Cardoso Moreira e São Fidélis. Os municípios da Região Centro-Sul, que sai do mapa, são incorporados pelas regiões do Médio Paraíba e a Serrana. O Médio Paraíba é subdividido nas zonas Turístico-Cultural e Industrial; e, a Serrana, nas zonas de Economia Agropecuária e Economia Diversificada.

ABC Em negrito, no mapa, as cidades que mudariam de região
 □ Nova divisão



forma mais adequada.

O trabalho da Fundação Cide, no entanto, ainda será aprofundado antes de virar uma proposta final, que será apresentada ao governo do estado. O presidente do órgão, Luiz Rogério Magalhães, explica que o trabalho ganhará um financiamento do governo federal em cerca de 40 dias.

— É um estudo de competência da fundação. E deve ser feito, já que indicadores apontam mudanças nas microrregiões do estado. Mas ainda está numa esfera técnica de estudos e propostas, e sequer tem condição de ser analisado pelo governo. Caso o projeto seja aprovado, deverá ser adotado apenas em 2008 — disse Luiz Rogério.

De acordo com Marcos Antô-

nio, o último mapa de regiões de governo do Rio foi elaborado em 1987, a partir de uma base existente desde 1975.

— Na ocasião, houve uma questão política forte. Itaguaí, por exemplo, foi levada para a Costa Verde mesmo já tendo feito parte da Região Metropolitana anteriormente. No novo mapa proposto, fará parte da Região Urbano Industrial.

Cachoeiras de Macacu pode sair da Região Serrana

Algumas propostas de mudanças de municípios para outras regiões prometem virar polêmica. Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, por exemplo, deixam a antiga Região Serrana para integrarem a nova área Urbano Industrial. Os técnicos da Ci-

de usam como argumento para a mudança o impacto previsto pela construção do Complexo Petroquímico da Petrobras naquela região.

O diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, Wellington Waidspain, teme a mudança de categoria:

— Ser taxado como urbano-industrial pode fazer com que a cidade perca um pouco de sua vocação ecoturística. Afinal, temos mais de 50% da área do município cobertos por Mata Atlântica e 64% protegidos por unidades de conservação. Já foram catalogadas pelo menos 80 cachoeiras nos nossos limites. A imagem que temos atualmente de Região Serrana pode se perder. Já Rio das Ostras pode per-

der o status de cidade da Região das Baixadas Litorâneas — que passaria a ser chamada de Turística dos Lagos — para integrar o Norte Fluminense, que, no novo mapa, ganha o austero nome de Região Produtora de Petróleo e Gás. O prefeito do município, Carlos Augusto Baltazar, vai contrapor ao governo do estado a oficialização da Costa do Sol.

— Nossa indústria é a do turismo. Recebemos os royalties em função dos impactos no município provocados pela presença da indústria do petróleo na região, mas todo o trabalho local é turístico. Queremos fortalecer o projeto de criação da Costa do Sol, com os municípios de Búzios, Cabo

Frio, Arraial do Cabo, entre outros — diz o prefeito.

Como o novo mapa é apenas uma proposta, até os nomes dados às novas regiões podem ser modificados. Os técnicos admitem que nomenclaturas como Agropecuária do Pomba, Muriaé e Itabapoana e Produtora de Petróleo e Gás podem jamais ser utilizadas pela população.

— Os nomes são preliminares. De fato, é uma nomenclatura muito econômica. Podemos encontrar um nome de fantasia mais adequado para as regiões. Mas o mais importante é que a nova divisão regional atende às necessidades do planejamento estratégico do estado — ressalta Marcos Antônio. ■

Figura 22 - Recorte de jornal - Proposta de nova regionalização do Estado do Rio de Janeiro.
 Fonte: BRANDÃO, 2007.

No período de 1997 a 2009, a cidade de Rio das Ostras, que não passou por processo de industrialização, mas apresentou o “induzido” do processo de industrialização⁷², isto é, apresentou crescimento e desenvolvimento da realidade urbana no contexto de uma urbanização turística, passou por novas implosões e explosões de seu espaço urbano. A atração de pessoas e atividades, assim como a produção de novos espaços concretizaram a incorporação de novas áreas à sua teia e na verticalização verificada em outras próximas ao sítio original da cidade.

Nota-se, neste período, uma diversificação das atividades econômicas com a surgimento da ZEN (Zona Especial de Negócios), área voltada para o estabelecimento de empresas diversificadas voltadas para o mercado off-shore, localizada próximo à divisa com Macaé e distante do núcleo urbano principal de Rio das Ostras (Vide Figuras 23 e 24)⁷³.

A Prefeitura de Rio das Ostras tem a honra de convidar para a solenidade de entrega da obra de infra-estrutura da **ZEN - Zona Especial de Negócios**, com a presença especial do Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS), o Sr. Júlio César Carmo Bueno.

Na cerimônia, será apresentado o Plano de Gestão Ambiental da ZEN e serão lançados o Programa Municipal de Qualificação Profissional e o Programa Assistencial Auxílio-Qualificação.

Data: **04 de abril de 2007** Horário: **10 h**

Local: **Rodovia Amaral Peixoto
Km 162 - Mar do Norte - Rio das Ostras - RJ**



ZONA ESPECIAL DE NEGÓCIOS
RIO DAS OSTRAS - RJ - BRASIL

**PREFEITURA
RIO DAS OSTRAS**

Figura 23 – Material publicitário municipal sobre a entrega da obra da ZEN em 2007. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2007b.

⁷² Lefebvre (2001, p. 03) trabalha estas noções a respeito da industrialização e urbanização.

⁷³ Notícias governamentais sobre o assunto no Anexo I.

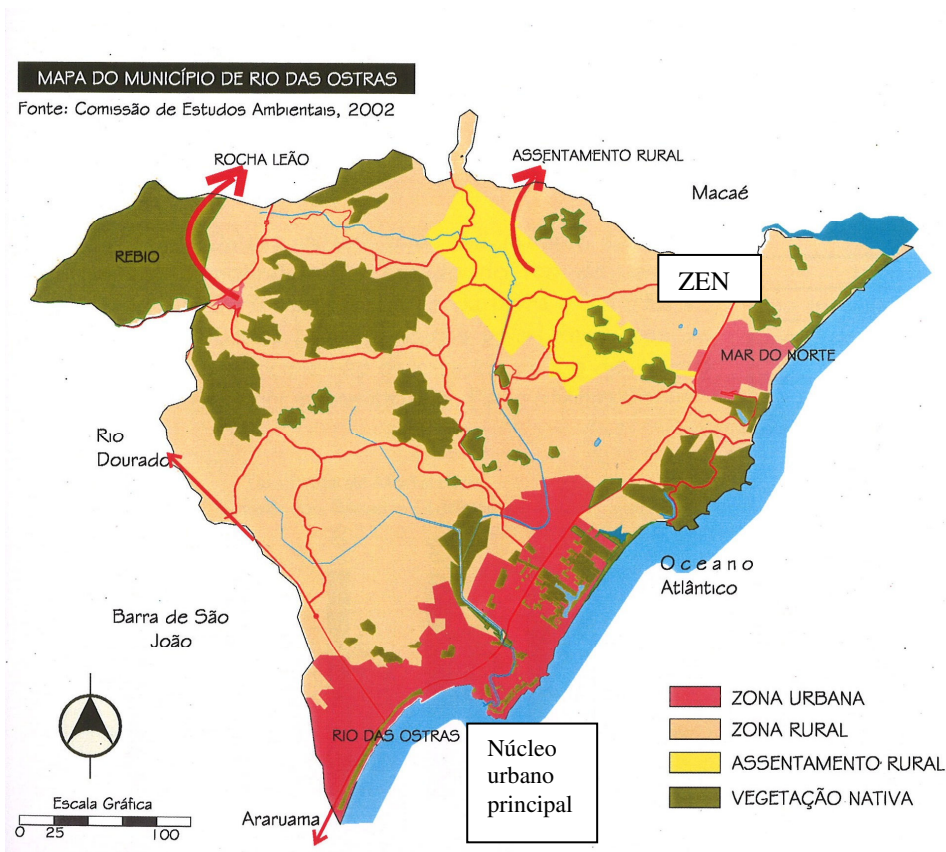


Figura 24 - Mapa 15 - Uso do solo - Rio das Ostras 2002. Fonte: RIO DAS OSTRAS, 2003. Diagramação: GOMES (2003, p. 23).

O material publicitário e o mapa de uso do solo revelam a localização da ZEN e a data de inauguração da infra-estrutura básica do empreendimento. Tal fragmento novo do urbano, que dista cerca de 6 Km do núcleo urbano principal, foi considerado, por nós, um exemplo das “explosões” do espaço urbano estudado.

O núcleo urbano principal, que atualmente conta com cerca de 12 Km de extensão urbana ao longo da rodovia RJ 106, além de apresentar um processo de adensamento populacional, tem passado por um processo de verticalização das formas urbanas. Percebe-se, através da Figura 25, que permite a visualização da RJ 106 em abril de 2009, no centro de Rio das Ostras, processos de verticalização com o aumento do número de prédios.



Figura 25 - Fotografia 3 – Centro de Rio das Ostras em abril de 2009. RJ 106, vista sul, sentido Barra de São João. Autora, 2009.

Para visualizar o adensamento populacional no núcleo urbano principal e o surgimento de novas áreas ocupadas, confrontamos os dados cartográficos dos setores urbanos utilizados pelo IBGE para contagem da população - cada setor corresponde a uma quantidade de residentes - de 2000 e de 2007 e produzimos o mapa que se segue, no qual destacamos somente a área urbana contínua a RJ 106 com uma edição onde as linhas verdes referem-se aos dados de 2000 e as cinzas aos de 2007 (Vide Figura 26).

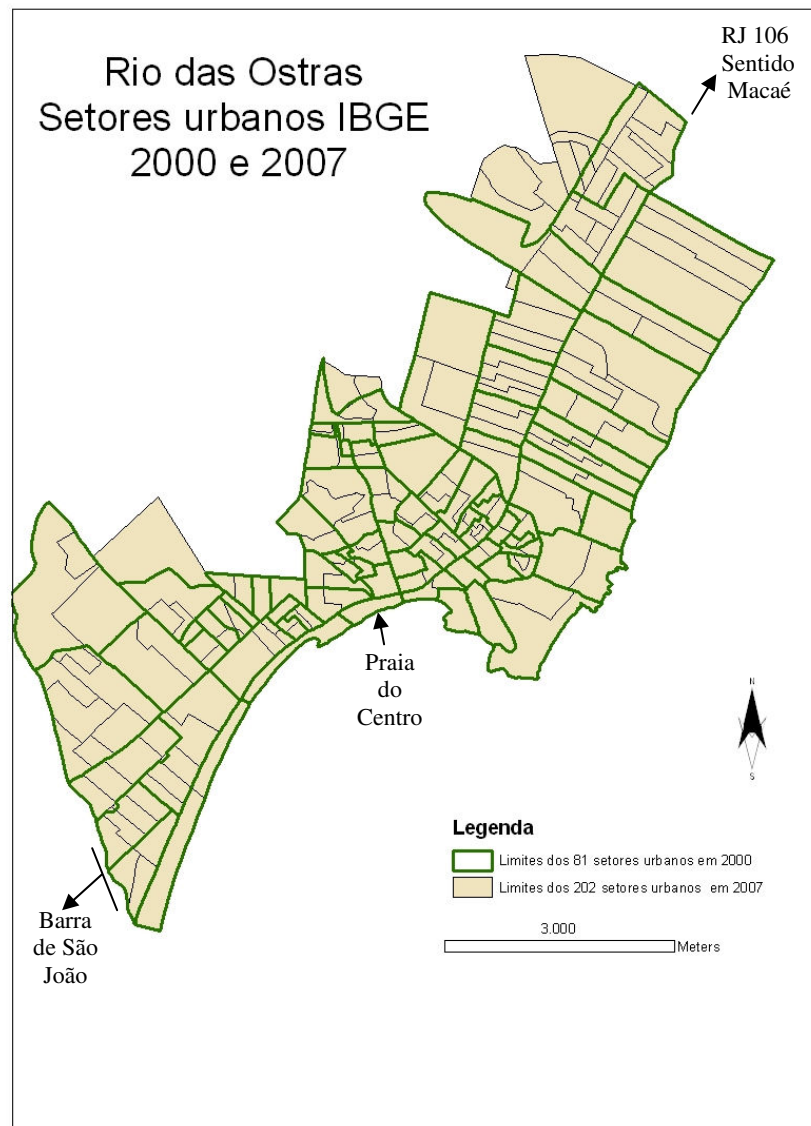


Figura 26 - Mapa 16 - Setores Urbanos do IBGE. 2000/2007. Adaptado de: IBGE, 2009e.

Através deste trabalho cartográfico, verificamos o grande adensamento do núcleo urbano principal do município que passou de 81 setores urbanos em 2000, para 202 em 2007. Entre 2000 e 2007, o sítio original da cidade, localizado na praia do centro, não apresentou forte adensamento, diferentemente da porção sudoeste do município limítrofe a Barra de São João e da porção que acompanha a RJ 106 no sentido norte, sentido Macaé, que apresentou forte adensamento, tanto nos bairros litorâneos quanto nos interioranos. Poderíamos relacionar este adensamento a um processo de implosão do urbano.

A fim de tentar sistematizar as conclusões deste capítulo, traçaremos uma breve análise dos índices populacionais entre 1940 e 2007 do município estudado, comparando-o com o estado, Macaé e a região das Baixadas Litorâneas. E, realizaremos um cruzamento entre tais levantamentos relativos à população e um mapeamento fruto desta dissertação com estimativas da evolução da área urbana de rio das Ostras entre 1985 e 2009.

Inicialmente, as Figuras 27 e 28 e a Tabela 2 permitem a visualização dos dados relativos à evolução da população urbana e rural do município, ratificando algumas reflexões feitas neste capítulo.

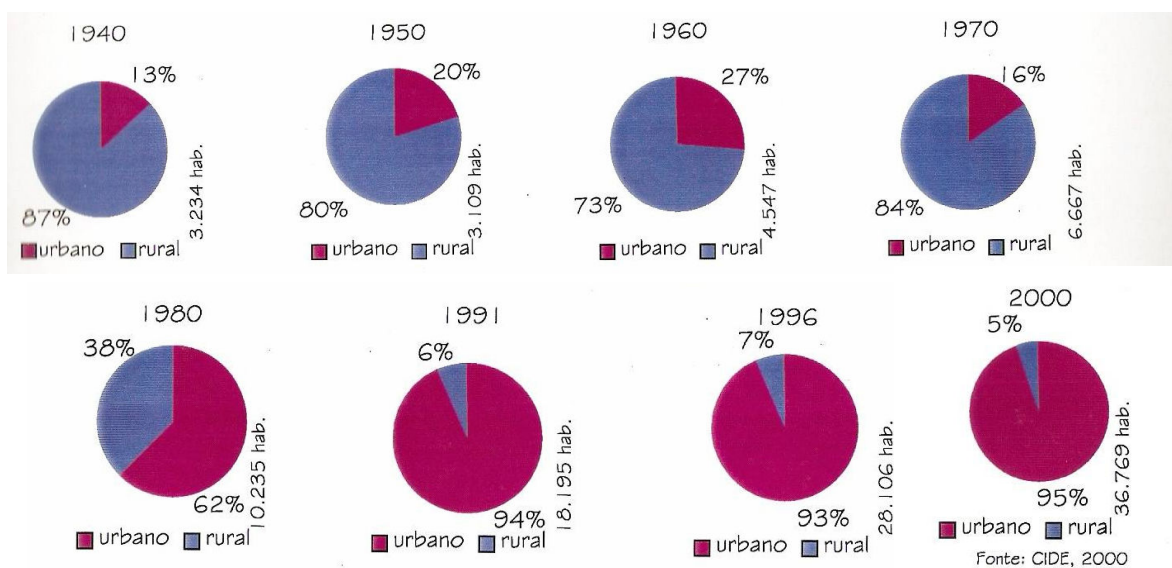


Figura 27 – Gráfico 5 - Evolução populacional de Rio das Ostras Urbana/Rural 1940 a 2000 em percentuais. Fonte: GOMES, 2003.

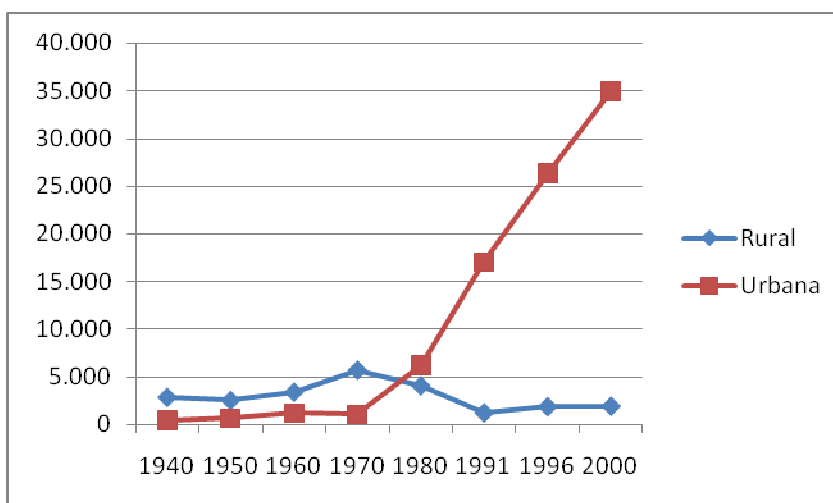


Figura 28 – Gráfico 6 - Evolução populacional de Rio das Ostras Urbana/Rural 1940 a 2000 em números absolutos. Adaptado de: CIDE, 2009.

Tabela 2 - Evolução populacional de Rio das Ostras, Urbana/Rural 1940 a 2000.

Ano	Urbana	Rural	Total
2000	34.893	1.876	36.769
1996	26.278	1.828	28.106
1991	17.014	1.181	18.195
1980	6.234	4.001	10.235
1970	1.047	5.620	6.667
1960	1.207	3.340	4.547
1940	430	2.804	3.234
1950	635	2.474	3.109

Fonte: CIDE, 2009.

Tais dados confirmam nossas reflexões anteriores sobre a virada, na década de 1970, da relação entre população urbana e rural do município, com o aumento expressivo no percentual de população urbana, quando passa de 16%, em 1970 para 62%, na década de 1980, que ocorre de modo paralelo ao período denominado muitas vezes como “explosão urbana” do Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Na década de 1980, visualizamos que a construção da ponte Rio - Niterói e o crescente turismo relativo ao eixo Capital – Região das Baixadas Litorâneas, além da instalação da base de operações da Petrobrás em Macaé forneceram um novo tom à expansão do espaço urbano do município através da urbanização litorânea, iniciada na década de 1950 e aprofundada a partir da década de 1970 com o incremento da segunda residência.

A hipótese trabalhada por nós a respeito do fomento à expansão urbana por parte do poder público de Casimiro de Abreu, quando Rio das Ostras era seu terceiro distrito, também é afirmada a partir destes dados. Verifica-se que, em 1991, antes da emancipação, Rio das Ostras já apresentava uma população urbana de 94%, o que reflete que as iniciativas de Casimiro de Abreu, na promoção de uma urbanização turística, resultaram na configuração de uma população essencialmente urbana, quadro que apresentou continuidade nos anos posteriores, através da manutenção dos percentuais de modo relativamente estável até 2000.

Em números absolutos, entre 1940 e 2007, a população de Rio das Ostras cresceu da seguinte maneira:

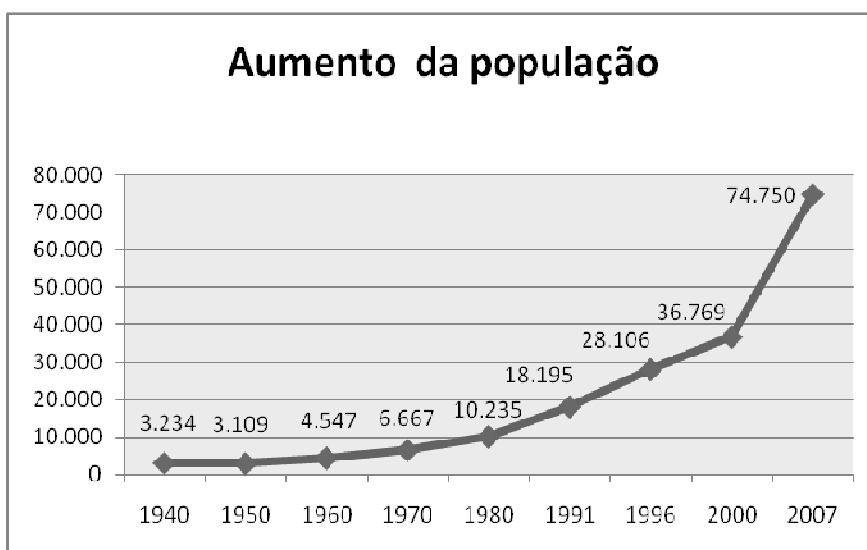


Figura 29 – Gráfico 7 – Crescimento da população residente de Rio das Ostras entre 1940 e 2007. Adaptado de: CIDE, 2009 e IBGE, 2009b.

A população de Rio das Ostras apresentou grande crescimento populacional, principalmente a partir da década de 1990, quando sua taxa de crescimento passou de 5,37, entre 1980 e 1991, para 9,09, entre 1991 e 1996⁷⁴. Tal crescimento acompanhou a retomada de crescimento vivenciada pela Região das Baixadas Litorâneas no mesmo período.

Atualmente, Rio das Ostras, quando comparado a outros municípios do Estado, apresenta-se como o detentor da maior taxa de crescimento populacional (PMRO, 2009). A partir da observação da Figura 30, na próxima página, percebe-se que o período após a emancipação representou um momento de grande aumento da taxa de crescimento e que este crescimento acompanhou, em parte, as dinâmicas da Região das Baixadas Litorâneas.

⁷⁴ Dados presentes na Figura 20, página 63, mas evidenciados através dos números absolutos da Figura 29.

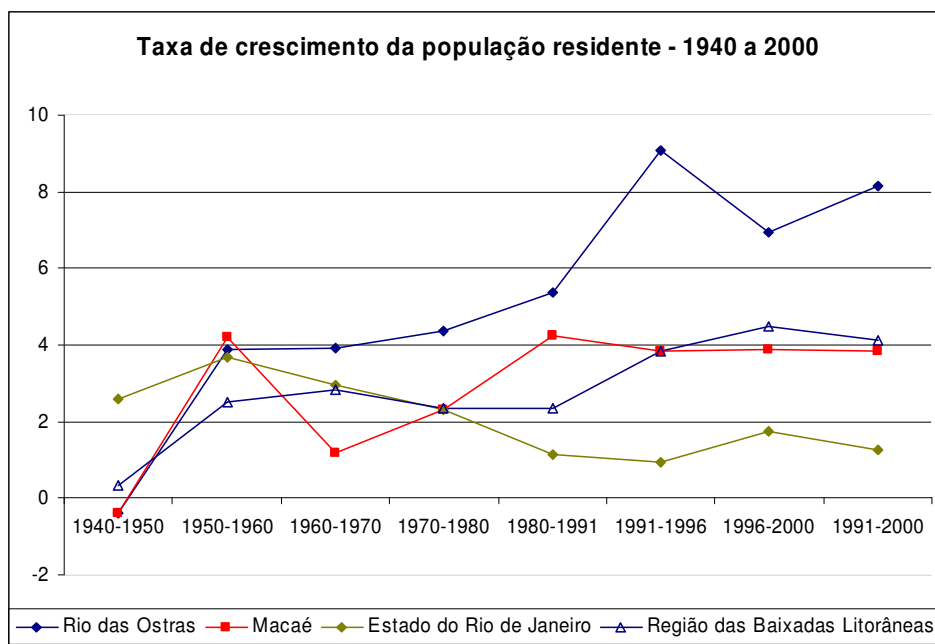


Figura 30 - Gráfico 8 – Comparativo da taxa de crescimento da população residente entre 1940 e 2000 – Rio das Ostras, Macaé, Estado e Região das Baixadas Litorâneas. Adaptado de: CIDE, 2008a.

TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE								
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1940-2000								
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1996-2000	1991-2000
Região Norte Fluminense	0,62	1,66	0,88	0,89	1,58	1,35	1,6	1,46
Campos dos Goytacazes	1,04	2,11	1,46	1,18	1,46	0,69	1,06	0,86
Carapebus	-0,6	-2,04	1,29	-1,76	0,52	2,34	1,58	2,00
Macaé	-0,39	4,19	1,19	2,32	4,23	3,82	3,88	3,85
Quissamã	0,06	0,64	0,29	-0,32	0,77	3,75	2,09	3,01
São João da Barra	1,82	3,55	-1,4	1,72	1,01	6,17	-0,56	3,13
Região das Baixadas Litorâneas	0,33	2,52	2,82	2,36	2,36	3,83	4,49	4,12
Araruama	0,47	1,65	2,62	2,21	1,55	2,31	5,75	3,82
Armação de Búzios	-0,01	0,86	1,56	2,68	4,41	10,78	6,08	8,67
Arraial do Cabo	0,98	8,58	4,2	3,42	2,36	1,64	2,59	2,06
Cabo Frio	1,01	5,49	5,82	5,54	3,87	5,85	5,77	5,81
Casimiro de Abreu	-1,92	5,76	1,68	1,65	2,49	5,25	2,2	3,88
Iguaba Grande	0	2,06	1,64	-0,05	6,28	3,77	11,57	7,17
Rio das Ostras	-0,39	3,87	3,9	4,38	5,37	9,09	6,95	8,13
São Pedro da Aldeia	1,17	-0,15	4,04	3,54	2,2	5,51	3,25	4,5
Saquarema	-0,05	0,51	2,07	1,46	2,72	3,04	4,49	3,68

Tabela 3 - Taxas de crescimento da população residente entre 1940 e 2000. Comparação entre Rio das Ostras, outros municípios, região das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense. Adaptado de: CIDE, 2008a.

Numa escala mais ampla, notamos que o estado do Rio de Janeiro, após vivenciar quedas sucessivas em suas taxas de crescimento populacional partir da década de 1950 até início da década de 1990, relacionadas em boa parte à transferência da capital para Brasília, vem apresentando, a partir de meados de 90, uma relativa retomada. Dentro deste contexto, a Região das Baixadas Litorâneas apresentou crescimento de suas taxas até a década de 1960, quando vivenciou uma relativa queda seguida de uma retoma de crescimento intensa a partir do início da década de 1990, o que pode estar relacionado às emancipações municipais e ao incremento das receitas através dos royalties em vários municípios.

Macaé, cidade que polariza Rio das Ostras, conforme vimos anteriormente, passou, entre os anos 1950 e 1960, por uma estagnação no crescimento populacional, que consideramos relacionada à perda de expressividade da economia canavieira frente ao desenvolvimento da economia canavieira paulista no contexto do aprofundamento da industrialização brasileira⁷⁵. Nas décadas de 1970 e 1980, os dados confirmam o que expusemos anteriormente sobre as transformações de Macaé a partir de Ramires (1991), afirmando a ocorrência de um grande crescimento populacional que acompanhou estas transformações. Após 1991, Macaé apresenta-se estável, em relação ao crescimento das décadas anteriores, o que está vinculado à emancipação de Quissamã e Carapebus, que anteriormente pertenciam à Macaé. O município de Rio das Ostras, quando comparado a todos estes outros índices de crescimento, se destaca, pois, desde os anos 40, as taxas de crescimento da população residente crescem sem quedas e com percentuais de crescimento acima dos demais, o que deixa explícito a força da urbanização que ocorreu no município a partir dos anos 50 e principalmente a partir dos anos 90.

Nas próximas seis páginas, apresentamos o mapeamento com estimativas da evolução da área urbana do município entre 1985 e 2009, que realizamos a partir da utilização de imagens disponibilizadas pelo INPE, do satélite Landsat TM. As Figuras 31, 32, 33, 34, 35 e 36, nas próximas páginas, são resultantes deste mapeamento, base para o aprimoramento das reflexões finais deste capítulo. Há cinco mapeamentos referentes aos anos 1985, 1995, 2000, 2005 e 2009, realizados através da interpretação das imagens e dos conhecimentos adquiridos em campo. Após estes mapas (Figuras 31 a 35), realizamos uma grande síntese que revela o espraiamento da área urbana entre 1985 e 2009 (Figura 36, página 80).

⁷⁵ Vide Barbosa (2003, p. 114).

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS Área Urbana em 1985

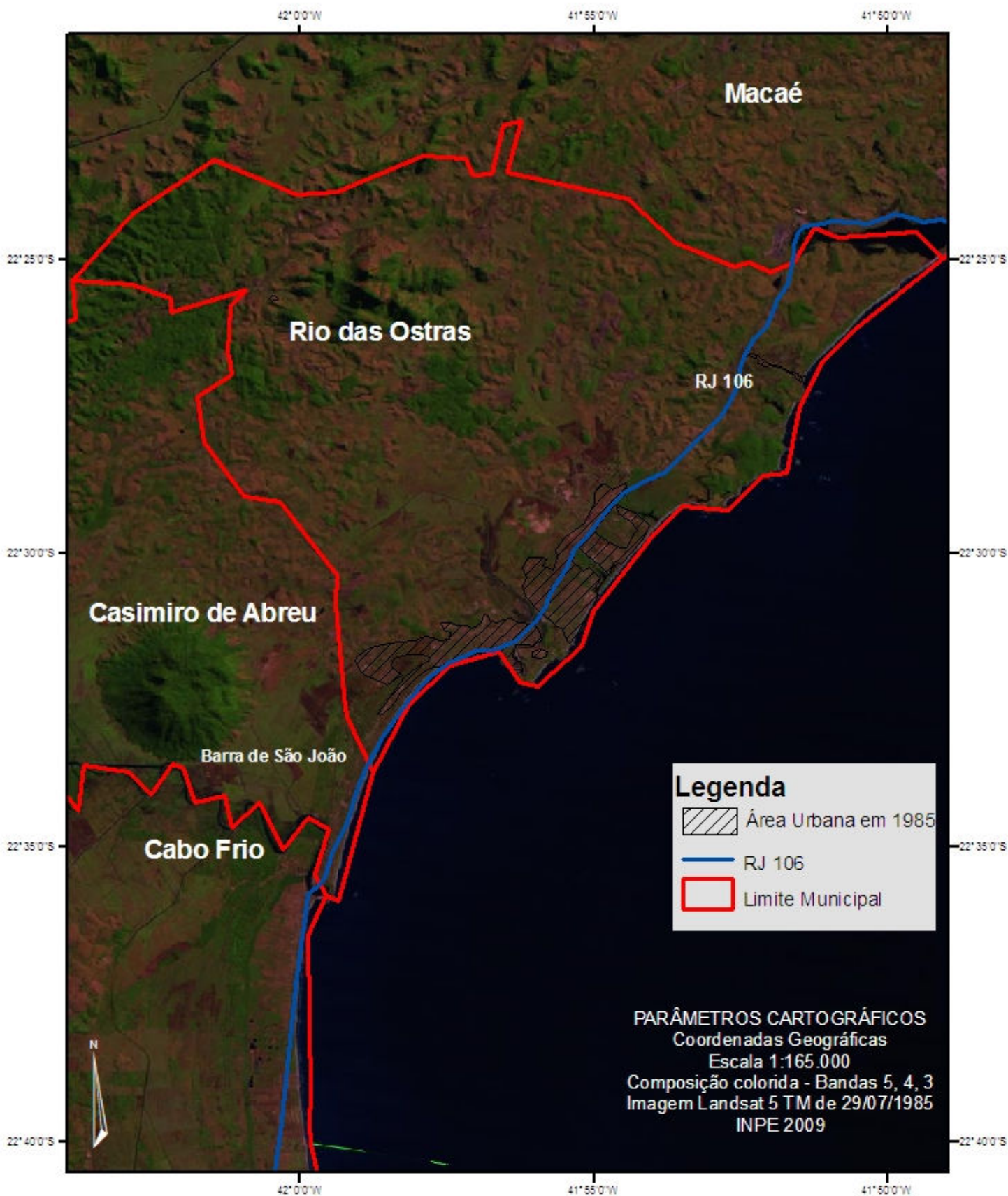


Figura 31 – Mapa 17 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 1985. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS Área Urbana em 1995

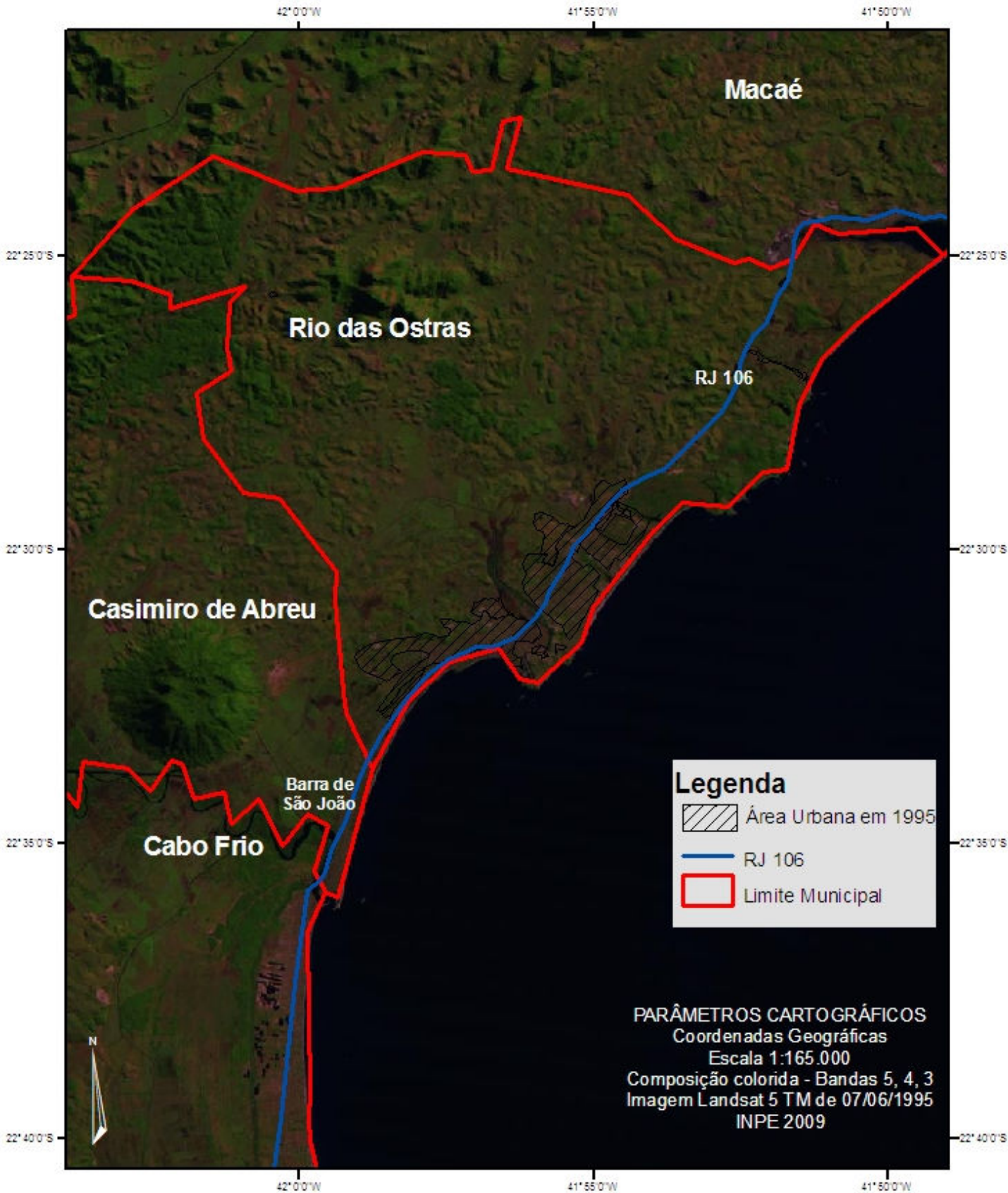


Figura 32 – Mapa 18 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 1995. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS Área Urbana em 2000

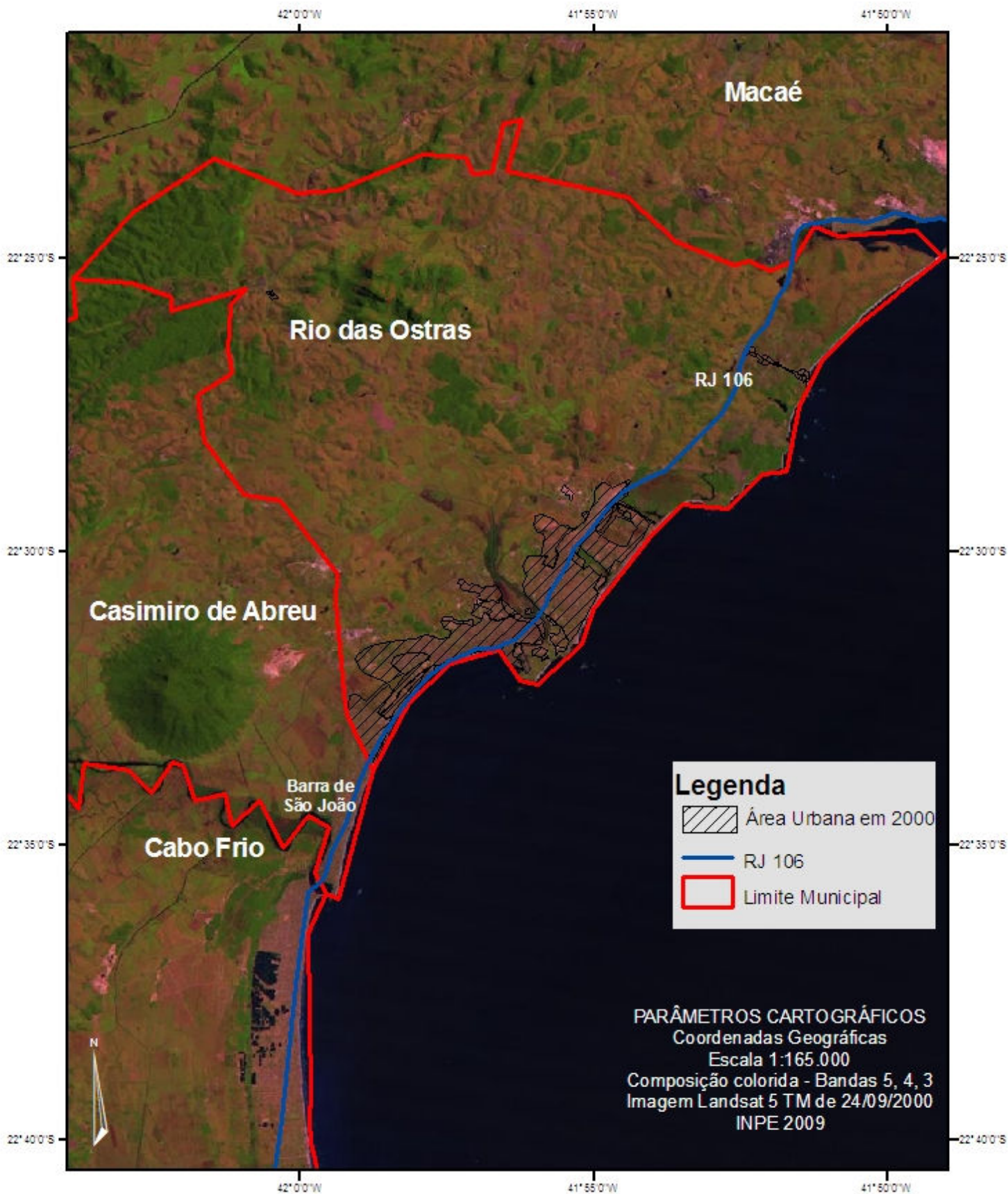


Figura 33 – Mapa 19 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2000. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
Área Urbana em 2005

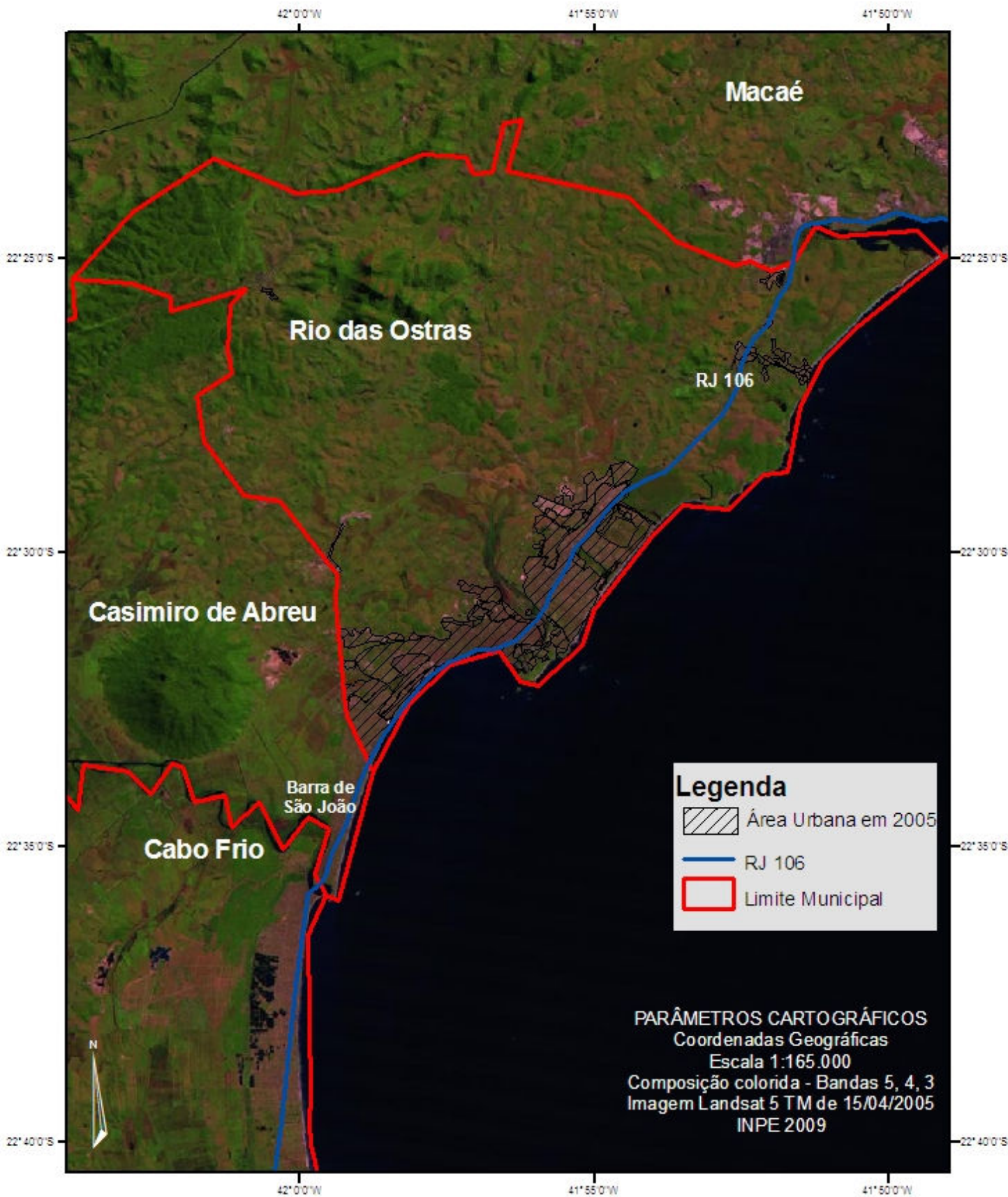


Figura 34 – Mapa 20 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2005. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
Área Urbana em 2009

79

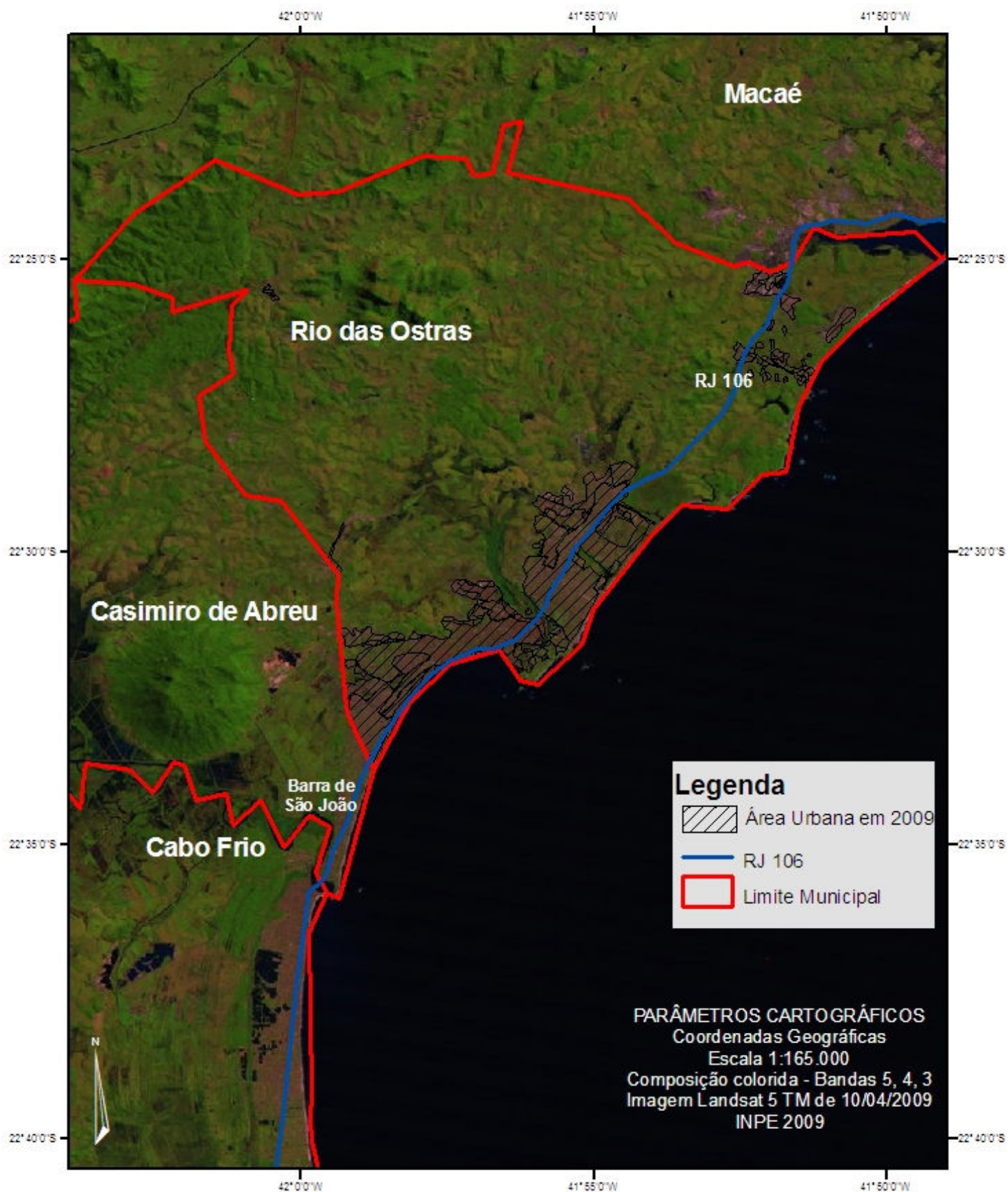


Figura 35 – Mapa 21 – Estimativa da área urbana de Rio das Ostras em 2009. Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
Espraiamento da área urbana
1985-2009

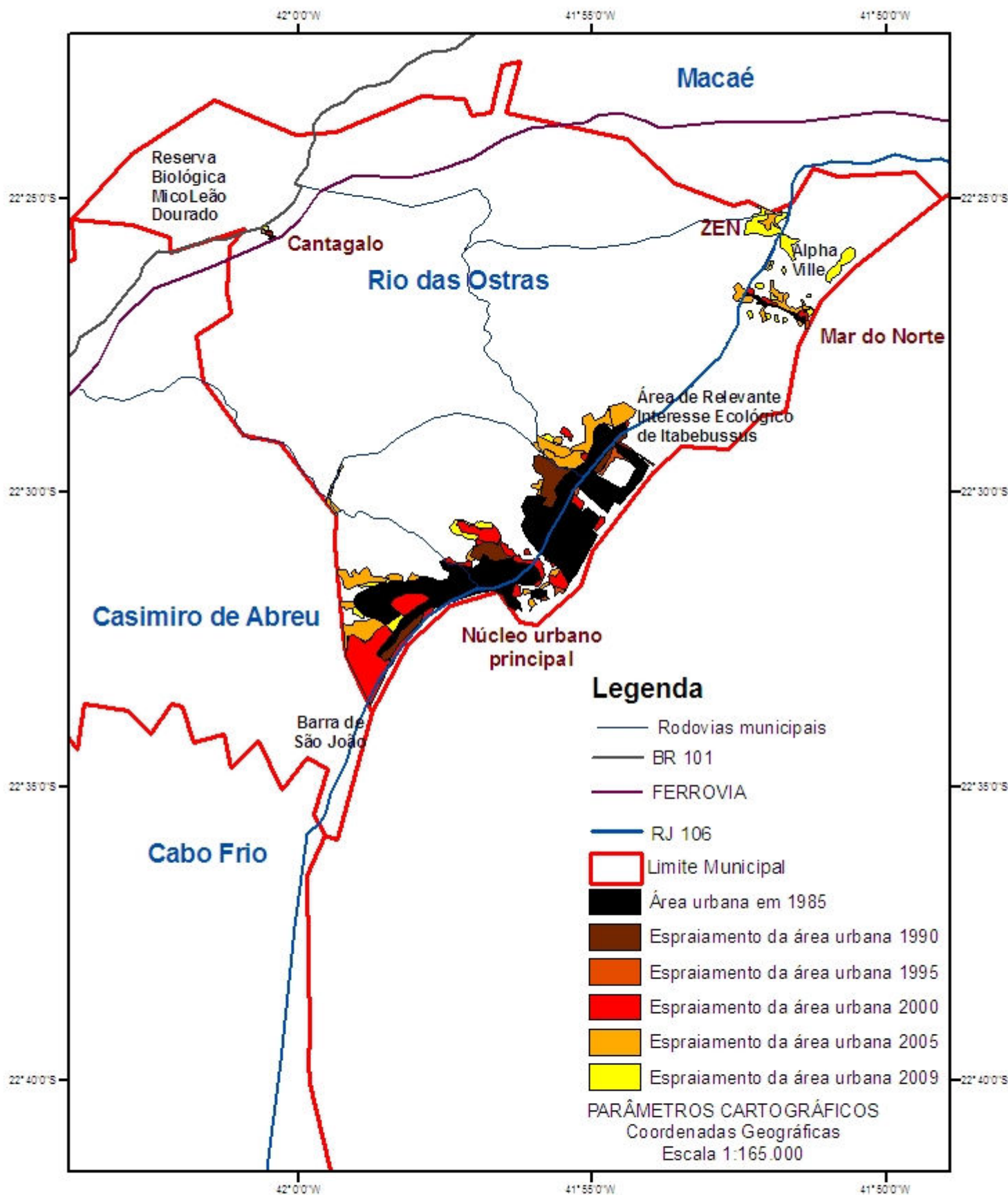


Figura 36 – Mapa 22 – Estimativa da evolução da área urbana de Rio das Ostras 1985 – 2009.
Adaptado de: INPE, 2009. Diagramação e geoprocessamento: Autora, 2009.

Este mapeamento permite observar que Rocha Leão, núcleo urbano surgido no último quarto do século XIX no contexto dos transportes ferroviários nas proximidades da BR 101, apresentou ínfimo espriamento da área urbana, sugerindo um processo de estagnação, frente ao crescimento da área urbana ocupada na faixa litorânea, tema debatido no início deste capítulo.

A partir dos levantamentos e interpretações, percebe-se que o processo de conurbação com Barra de São João ocorreu entre 1995 e 2000. Mesmo com grande parte dos principais loteamentos da cidade ter sido aprovada ainda na década de 1980, foi a partir de 1990 que visualizamos este “tipo especial de aglomeração”. Como abordamos no capítulo teórico, a partir de Beaujeu-Garnier (1997), a conurbação possibilita uma unidade de construções contínuas. No caso desta conurbação, entre Rio das Ostras e Barra de São João, não houve estabelecimento de uma cidade central em contrapartida a uma cidade dormitório e este processo esteve relacionado a uma continuidade de urbanizações e aglomerações análogas no sentido da linha de costa. Tanto Barra de São João, quanto Cabo Frio e Rio das Ostras, conurbaram-se no eixo litorâneo, tendo a urbanização nestas áreas ocorrido com base em estratégias semelhantes: a apropriação dos espaços urbanos litorâneos por parte do mercado imobiliário no contexto do turismo.

Tal constatação corrobora análises como a de Marafon (2005, p. 19) que delimita a existência de padrões de urbanização fluminense. O eixo de urbanização que se dirige a Macaé e possui cerne na Região Metropolitana é essencialmente litorâneo e desenha a linha em que verificamos tal conurbação (Vide Figura 37).

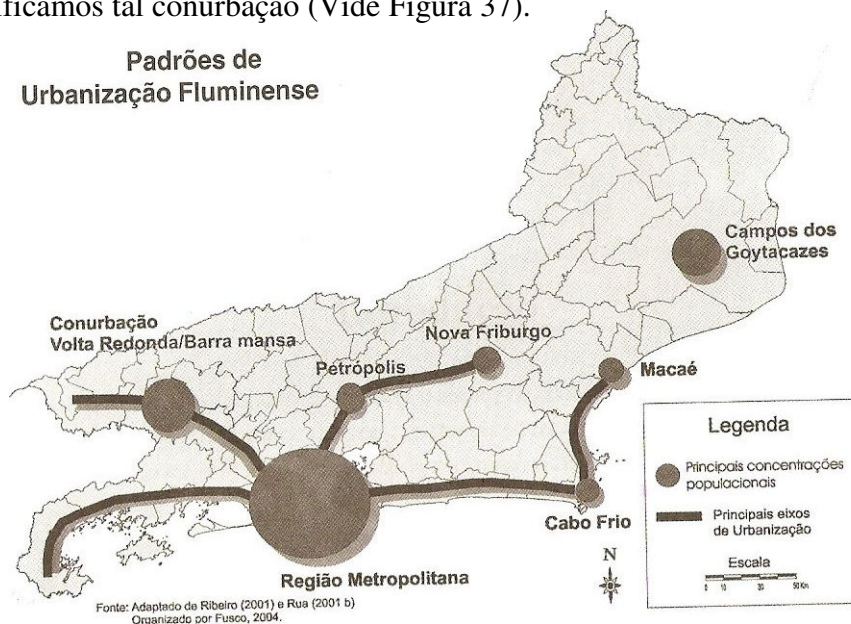


Figura 37 – Mapa 23– Padrões de Urbanização Fluminense. Fonte: MARAFON (2005).

A partir de 2000, infere-se que um novo eixo de expansão urbana se consolida, na direção do município de Macaé, reafirmando nossas reflexões acerca das implosões-explosões do urbano e da polaridade exercida por Macaé em Rio das Ostras. A área relativa à ARIE de Itabebussus revela o local de descontinuidade atual da área urbana, entre a mancha do núcleo urbano principal e a área urbana descontínua na direção norte, sentido Macaé sendo, em nosso ponto de vista, uma reserva espacial de valor, uma vez que empreendimentos como o do Grupo Alpha Ville se projetaram em áreas próximas a esta área de conservação municipal.

Além disto, a rodovia do contorno, iniciativa municipal realizada entre os anos de 2003 e 2004 que liga a RJ 162 à RJ 106, já se configura como eixo de espraiamento da área urbana municipal.

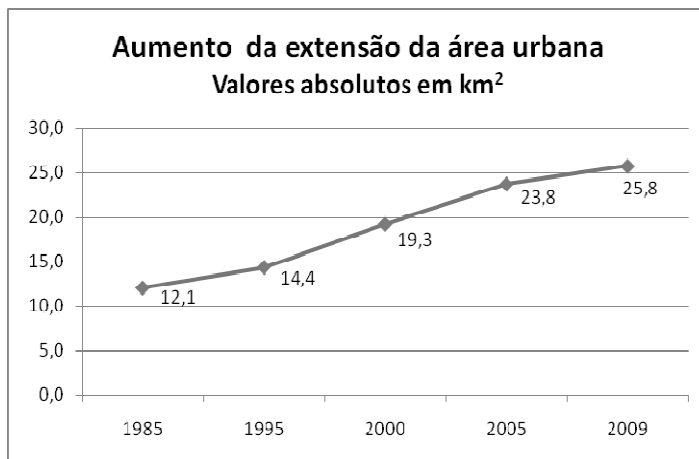


Figura 38 – Gráfico 9 - Aumento da extensão da área urbana em Km². 1985-2009. Fonte: Autora, 2009.

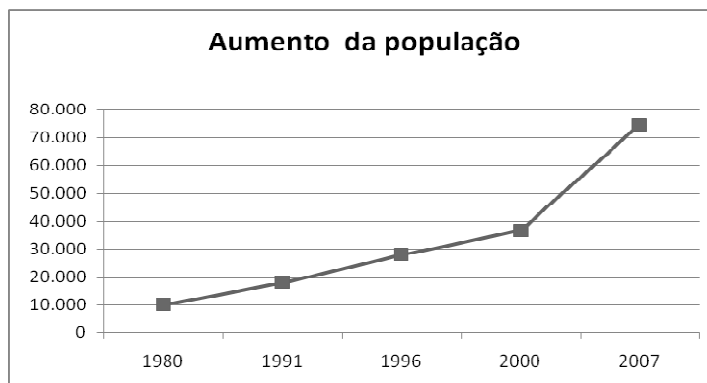


Figura 39 – Gráfico 10 – Aumento da população em números absolutos. 1980-2007. Adaptado de: CIDE, 2009 e IBGE, 2009b.

Os gráficos permitem realizar os cruzamentos entre a expansão da área urbana e o crescimento populacional. Constatamos que Rio das Ostras apresentou um determinado equilíbrio entre 1980 e 2000, quando a população crescia com contínuo aumento da área

ocupada pelo espaço urbano. Pode-se afirmar que é a partir da emancipação que o município vivencia um aumento expressivo no quantitativo de residentes e de novas áreas urbanas.

Entre 2000 e 2007, percebe-se que a população apresenta um significativo aumento, de trinta e oito mil para cerca de setenta e quatro mil habitantes. Todavia, tal incremento populacional não se reflete num crescimento da área urbana de modo relativamente proporcional. Os novos adensamentos na área urbana, as remodelações dos espaços urbanos por parte do poder público municipal e esta análise possibilitam a observação de que a urbanização atual apóia-se, sobretudo, numa demanda de localizações no espaço intra-urbano calcada em diferenciações que qualificam a cidade como mercadoria. Tais remodelações urbanísticas acompanhadas empiricamente ao longo da pesquisa serão melhor compreendidas no próximo capítulo.

Em suma, avaliamos que o município passou por uma urbanização turística e litorânea a partir dos anos 50, que mergulhou a cidade nos dilemas da realidade urbana, com os novos conteúdos e a produção do espaço urbano. Além disto, a década de 1970, sob o nosso ponto de vista, presenciou o início do incremento da segunda residência, dinâmica vivenciada num vetor de urbanização referente à região das Baixadas Litorâneas. A década de 1980 consolida-se como o período no qual Rio das Ostras concretiza-se como um município majoritariamente composto por população urbana e com grandes áreas de loteamentos urbanos, estruturando a base para as políticas que se sustentariam a partir de 1993, com a emancipação. Realizaremos reflexões mais aprofundadas sobre o período após 1993 no capítulo 3.

3. POLÍTICA URBANA E ESTRATÉGIAS DO PODER PÚBLICO EM RIO DAS OSTRAS

Associar o termo *política urbana* ao termo *estratégias* relaciona-se às contribuições de Henri Lefebvre, que possibilitam o encontro do espaço no campo da concepção, das idealizações e do jogo político-ideológico - espaço concebido ou representações do espaço, como expressões da vontade e da ordem - com o espaço no âmbito do vivido - espaço de representações - e das práticas espaciais – percebido, questões discutidas no capítulo 1. A política urbana será enfocada tomando como principal ator o poder público municipal.

Até este ponto do trabalho, exploramos como Rio das Ostras passa por “implosões e explosões” do seu núcleo urbano original. O fenômeno urbano remodela-se com a interação dialética entre sociedade urbana e cidade (LEFEBVRE, 1999), e o urbano adquire novas valorações e materialidades. Desse modo, as formas e estruturas do espaço original da cidade implodem, dado o aumento da concentração de atividades, objetos e pessoas e as refuncionalizações por que passam e explodem dada a projeção de “fragmentos” do seu conteúdo social para outras áreas do município, sob a forma de pólos, como a ZEN – Zona especial de Negócios - e expansão do solo urbano, com novos investimentos em loteamentos urbanos pelo capital imobiliário. Expomos propostas em relação à compreensão dos processos vivenciados por Rio das Ostras no contexto da produção do seu espaço urbano. Desta forma, buscamos sintetizar nossas proposições através de uma periodização (Figura 40), a fim de compreendermos melhor as políticas urbanas implementadas após 1993.

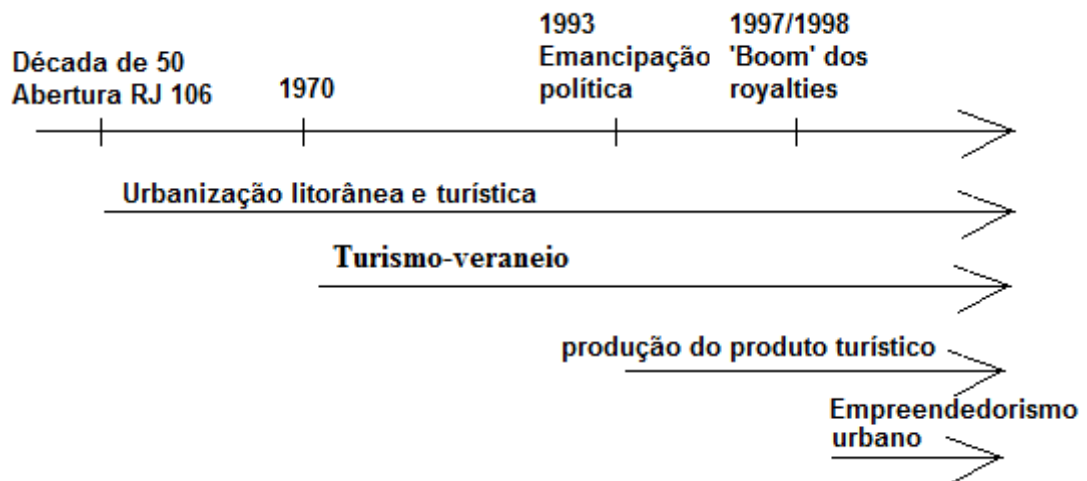


Figura 40 – Periodização proposta para o entendimento da produção do espaço urbano de Rio das Ostras entre 1950 e 2009. Fonte: Autora, 2009.

Buscamos trabalhar a produção do espaço urbano de Rio das Ostras através do estudo do processo de urbanização turística e litorânea, calcada na turistificação dos espaços, envolvidos numa “cambialidade” baseada em valores de troca e de uso que produziram um espaço para o consumo. Delimitamos a década de 1950 como embriã desta urbanização dada a abertura da RJ 106, os índices de crescimento da população residente e o início dos loteamentos urbanos. Identificamos ser a fase entre 1950 e 1970 o momento de emergência do urbano, situando o que definimos no capítulo 2, como “da cidade ao urbano”.

A partir da década de 1970, visualizamos processos que afirmaram um incremento do veraneio e da segunda residência, tais como a inauguração da Ponte Rio - Niterói - construída no bojo do governo militar –, a abertura de organizações e clubes de veranistas na cidade, o aumento de grandes áreas de loteamentos urbanos aprovados e a urbanização (tida como aumento da população urbana) vivenciada por toda a região das Baixadas Litorâneas. Por conta disto, definidos este período como relativo à “segunda residência”, entendida como momento de reafirmação da urbanização turística iniciada anteriormente sob a influência do turismo-veraneio.

A partir de 1993, observamos que as estratégias do poder local apresentam continuidade e sua ótica é transformada no sentido da produção do produto turístico, com grandes investimentos em publicidade governamental e incentivo a diferentes tipos de turismo (rural, de veraneio, de negócios, entre outros). A emancipação política possui uma centralidade ímpar para o entendimento dos processos dela decorrentes, como a organização

administrativa e política municipal que possibilitaria novas orientações estratégicas para a produção do espaço urbano riostrense.

O espaço urbano de Rio das Ostras modifica-se intensamente a partir de 1997/1998, época em que, segundo nossas pesquisas iniciam-se novas estratégias de valorização do espaço e afirma-se uma hegemonia urbana, referente ao processo de autonomia municipal em 1993.

A capacidade de investimento e o direcionamento da verba pública para setores como o urbanismo revelam a modificação da governança, no sentido em que estas novas verbas direcionadas, numa taxa crescente, a esta nova política urbana passam a ser utilizadas e gerenciadas mediante parâmetros de gestão descritos por Harvey (2005) e Lamparelli (1978), que lançam mão do empreendedorismo e do *city marketing* para administrar a cidade.

É inaugurada uma fase diferenciada da política urbana, o que optamos por denominar como empreendedorismo urbano, uma vez que está baseada na afirmação neoliberal do poder local como produtor de características do município voltadas para a criação de uma imagem mercadológica da cidade. Tal política está transformando o espaço urbano num ambiente visual “na ponta do lápis” através de uma construção altamente especulativa voltada para a atração de investimentos. Sua delimitação relaciona-se ao incremento vivenciado pelo poder público municipal em relação aos royalties, a um aumento da receita municipal como um todo, à orientação dos recursos através de estratégias que priorizaram o urbanismo e o setor de industrial e de serviços e a um aumento verificado no número de estabelecimento de comércio e serviços a partir destes anos.

Os royalties exemplificam um fluxo de pagamentos que é receita patrimonial da União advinda da exploração de um recurso finito (LEAL & SERRA, 2003). Os royalties aumentam a capacidade governamental de realização o que resulta em transformações no cenário político e administrativo e na criação de imagens referenciadas na existência de uma eficiente administração municipal, pois o montante da receita passa a apresentar um aumento desconectado com a realidade dos recursos gerados pelos próprios municípios (CORRÊA, 2004, p. 63).

O município apresentou destaque no conjunto do estado do Rio de Janeiro no que diz respeito ao recebimento de royalties e participações especiais (Figura 41) e o aumento de sua receita verificado entre 1997 e 2000 (Figura 42).

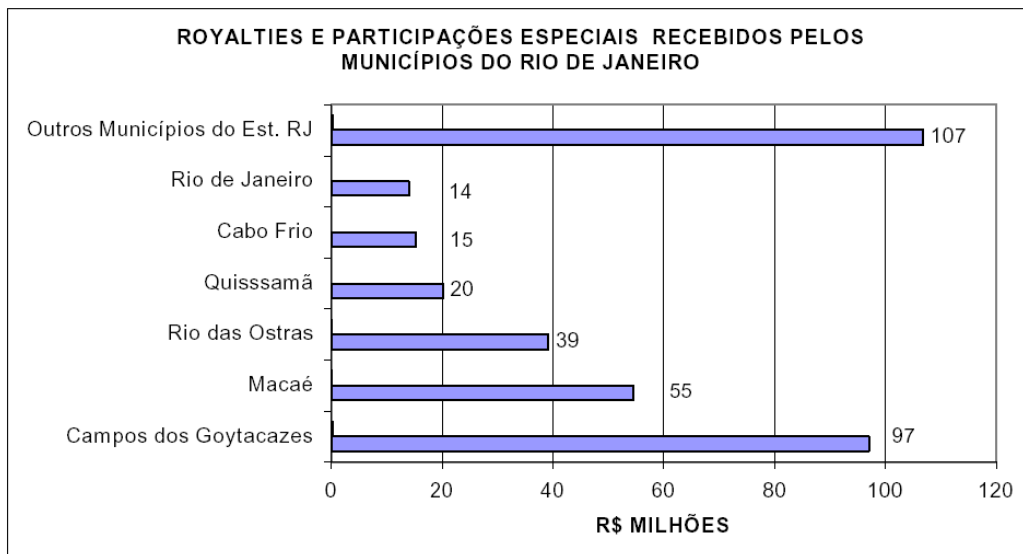


Figura 41 – Gráfico 11 – Royalties e participações especiais recebidos pelos municípios do Rio de Janeiro. Fonte: QUINTELLA, 2000, p. 20.

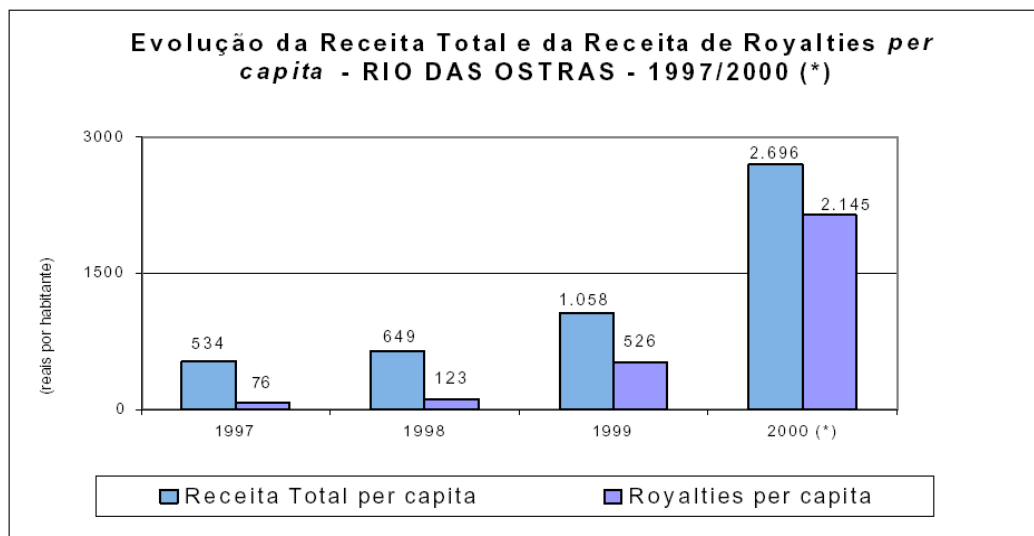


Figura 42 – Gráfico 12 – Evolução da Receita Total de Royalties per capita entre 1997 e 2000 – Rio das Ostras. Fonte: QUINTELLA, 2000, p.14.

Segundo outras tabelas comparativas do TCE RJ, o município foco do trabalho apresentou entre 1999 e 2000 - considerando só o primeiro semestre de 2000 - um aumento de sua receita total na casa de 216, 7 %; os valores recebidos em royalties pelo município na primeira metade de 2000 correspondiam a 186% da receita total do município do ano de 1998; e, em 2000, apresentou seus royalties e participações especiais com valores 457% superiores aos repasses constitucionais estaduais – transferência intergovernamental anteriormente responsável pela maior fatia da receita municipal. Neste sentido, os royalties apresentaram um

grande aumento verificado a partir de fins da década de 1990, referente aos royalties do petróleo extraído na Bacia de Campos, com a qual o município costeiro é limítrofe.

Através da Tabela 4, podemos verificar o alto grau de dependência do poder público municipal riostrense, uma vez que é considerado o quinto município mais dependente na classificação do IQM – SF (Índice de Qualidade do Município – Sustentabilidade Fiscal). Também, em relação aos royalties, nota-se um crescente continuado desde 1993 até 2006, quando apresentou relativa queda (Vide Figura 43).

Tabela 4 – Dependência dos principais municípios na faixa de exploração do petróleo – 1999/2002

Município	1999	2002	Classificação no IQM-SF*
	Dependência dos Royalties (%)	Dependência dos Royalties (%)	
Campos dos Goytacazes	41,8	78,7	12º
Macaé	40,7	72,8	10º
Casemiro de Abreu	26,5	48	11º
Quissamã	52,2	52,6	1º
Rio das Ostras	48,6	75,8	5º
Carapebus	48,6	58,9	9º
Armação dos Búzios	34,1	54	2º
São João da Barra	33,4	18,8	65º
Cabo Frio	21,1	34,9	18º

Fonte: COSENZA & MOURA, 2007, p.11. A partir de dados da revista Boletim Petróleo, Royalties & Região número 4/2004, dados da Agência Nacional de Petróleo, da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro e do IQM- SF.



Figura 43 – Gráfico 13 - Evolução dos Royalties nas receitas municipais riostrenses – 2001 a 2007. Adaptado de: AZEVEDO, 2008, p. 34.

A dependência dos royalties e um incremento enorme nas receitas municipais foram processos que não atingiram somente o município Rio das Ostras, mas também municípios próximos a ele como Quissamã, Búzios e Carapebus. Todavia, estes recursos foram orientados mediante diferentes estratégias pelos municípios.

Em Rio das Ostras, o concebido esteve relacionado aos espaços urbanos caracterizados por “isotopias”⁷⁶. Estes espaços homólogos ora apresentam funções turísticas análogas às presentes em Búzios, ora figuram como espaços complementares à dinâmica socioespacial de Macaé através das funções de hospedagem, comércio, lazer, moradia ou complementaridade industrial. Em relação à Quissamã e Carapebus, notam-se diferenças em relação à dificuldade que estes municípios têm na atração de turistas, diferentemente de Rio das Ostras.

Esta nossa análise nos leva a delimitar 1997/1998 como marco inicial desta nova política urbana a evolução da receita realiza pelo município. Percebe-se que é entre 1997/1998 e 2003 que se delineia a fase em que as receitas municipais apresentam grandes aumentos percentuais. De 1999 a 2003 a receita pulou de cerca de 40 milhões para 330 milhões de reais.

⁷⁶ Vide página 23 do capítulo teórico, LEFEBVRE (2008, p. 87).

Evolução da Receita Realizada

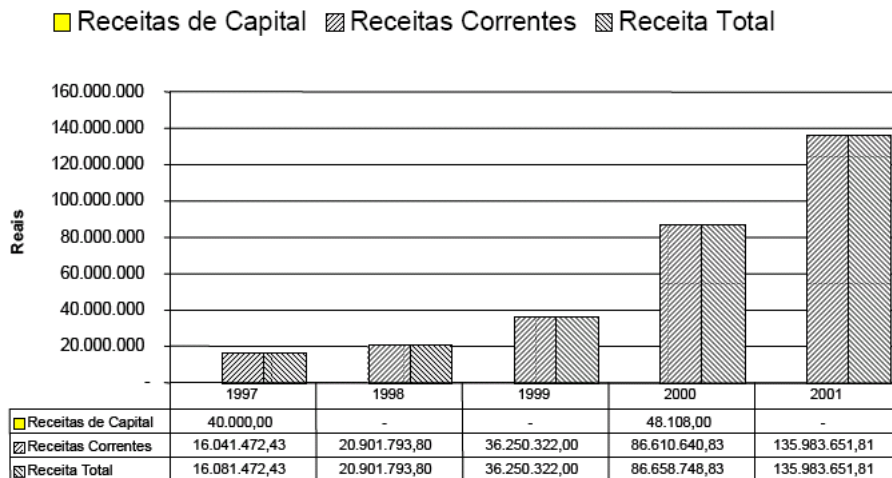


Figura 44 - Gráfico 14 - Evolução da receita realizada município de Rio das Ostras – 1997 a 2001. Fonte: TCE RJ, 2009b.

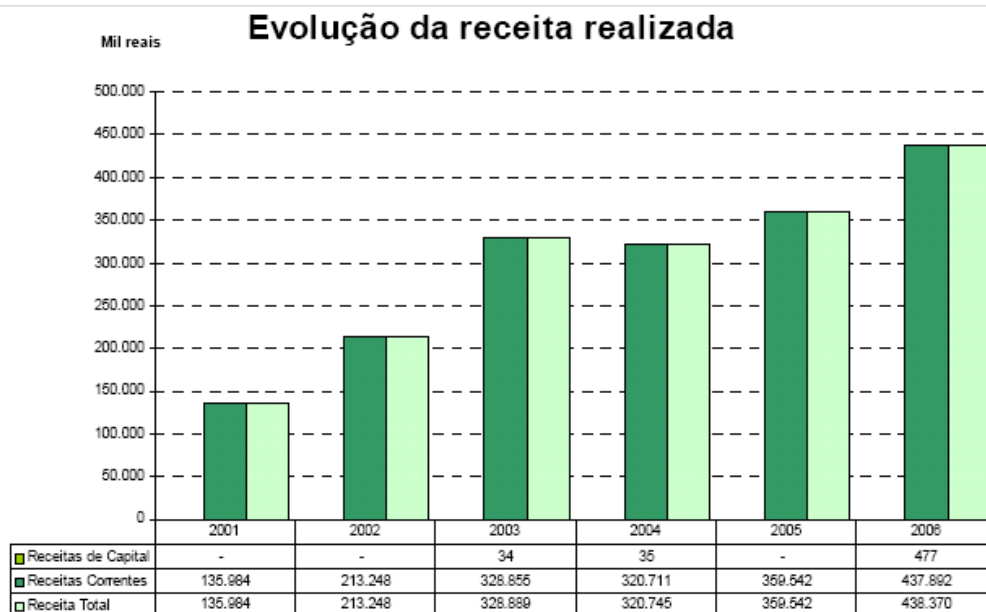


Figura 45 - Gráfico 15 - Evolução da receita realizada município de Rio das Ostras – 2001 a 2006. Fonte: TCE RJ, 2009a.

Paralelamente a isto, os gastos por função no período de 1997 a 2001 apresentaram-se da seguinte maneira:

Função	1997	1998	1999	2000	2001
Legislativa	2.193.747,00	2.545.191,95	2.959.000,00	3.996.734,18	1.564.287,16
Administração e Planejamento	2.908.871,00	2.589.717,24	4.072.000,00	6.933.852,89	10.151.958,15
Agricultura	-	1.440.285,88	-	5.140.819,87	9.117.154,73
Comunicações	-	-	-	-	1.320.433,04
Desenvolvimento Regional	-	424.211,44	-	1.104.739,81	7.800,00
Educação e Cultura	3.822.596,00	5.363.504,71	6.608.000,00	12.051.415,35	18.545.185,00
Habituação e Urbanismo	2.591.427,00	2.206.328,19	5.863.000,00	10.821.052,21	11.834.645,09
Indústria, Comércio e Serviços	-	410.245,48	-	3.415.795,56	3.528.674,41
Saúde e Saneamento	2.516.438,00	3.540.821,76	6.883.000,00	8.164.301,84	12.822.863,71
Trabalho	-	170.459,10	-	10.695,79	-
Assistência e Previdência	667.460,00	914.943,57	1.268.000,00	2.417.904,76	2.239.706,30
Transportes	1.162.999,00	152.166,40	1.154.000,00	10.669.009,87	18.466.015,55
Outras	1.718.226,00	-	4.715.000,00	-	1.858.460,28
Total	17.581.764,00	19.757.875,72	33.522.000,00	64.726.322,13	91.457.183,42

Função	Varição 98/97	Varição 99/98	Varição 99/97	Varição 00/99	Varição 00/98	Varição 00/97	Varição 01/00	Varição 01/99	Varição 01/98	Varição 01/97
Legislativa	16%	16%	35%	35%	57%	82%	-61%	-47%	-39%	-29%
Administração e Planejamento	-11%	57%	40%	70%	168%	138%	46%	149%	292%	249%
Agricultura		-100%			257%		77%		533%	
Comunicações										
Desenvolvimento Regional		-100%			160%		-99%		-98%	
Educação e Cultura	40%	23%	73%	82%	125%	215%	54%	181%	246%	385%
Habituação e Urbanismo	-15%	166%	126%	85%	390%	318%	9%	102%	436%	357%
Indústria, Comércio e Serviços		-100%			733%		3%		760%	
Saúde e Saneamento	41%	94%	174%	19%	131%	224%	57%	86%	262%	410%
Trabalho		-100%			-94%		-100%		-100%	
Assistência e Previdência	37%	39%	90%	91%	164%	262%	-7%	77%	145%	236%
Transportes	-87%	658%	-1%	825%	6911%	817%	73%	1500%	12035%	1488%
Outras	-100%		174%	-100%		-100%		-61%		8%
Total	12%	70%	91%	93%	228%	268%	41%	173%	363%	420%

Tabela 5 – Gastos por função – Município de Rio das Ostras 1997 – 2001.
Fonte: TCE RJ, 2009b.

Estes dados nos permitem afirmar que o período entre 1998 e 2000 assistiu a um incremento singular referente aos investimentos direcionados ao urbanismo e aos setores

diversificados da economia. O aumento das verbas do urbanismo neste período foi de 390% e o referente à indústria, comércio e serviços, 733%. Todavia, nota-se que a política municipal promoveu também setores diferenciados, tais como a agricultura, que no mesmo período teve aumento de 257% em suas verbas públicas.

Evolução do Número de Estabelecimentos

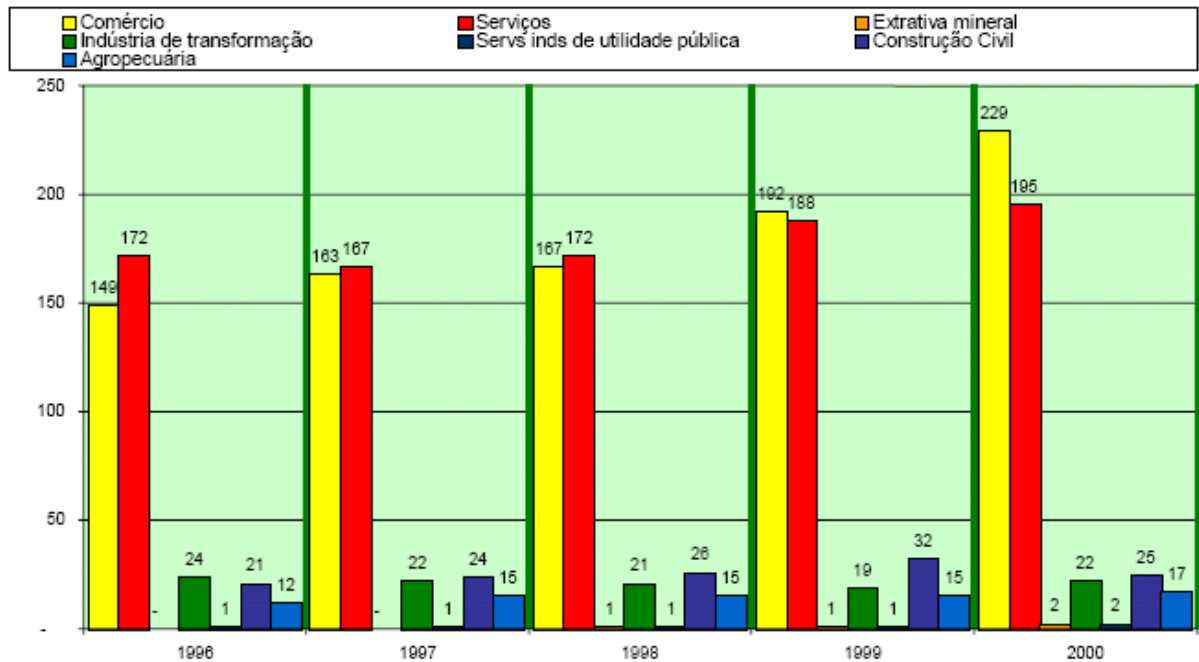


Figura 46 – Gráfico 16 – Evolução do número de estabelecimentos em Rio das Ostras – 1996 – 2000. Fonte: QUINTELLA, 2000.

Este marco de mudança da política urbana que procuramos definir também pode ser ratificado mediante análise da evolução do número de estabelecimentos, onde notamos que a virada de 1998 para 1999 anuncia crescimento expressivo de estabelecimentos de comércio e serviços na cidade.

O planejamento urbano da cidade em questão é permeado de variáveis táticas relacionadas ao ‘desenvolvimento’ da cidade e pavimentação intensa e ruas para a estratégia de crescimento do mercado imobiliário e reconstrução de balneários sob moldes modernos.

Os marcos jurídicos, leis e zoneamentos, modificados substancialmente pelo Plano Diretor elaborado em 2005 e outras iniciativas governamentais foram acompanhadas de participação da sociedade civil, analisada por trabalhos de Miranda (2006) e Araújo (2006)⁷⁷.

Verificamos através de trabalhos de campo e entrevistas, insatisfação dos moradores em relação a variados serviços públicos, com destaque para problemas de drenagem de ruas e enchentes, e a existência de diversas áreas segregadas. Desta maneira, são relevantes as análises de Maricato (2000, p. 148): “A leitura de justificativas de planos ou projetos de leis urbanísticas, no Brasil, mostra o quão pode ser ridículo o rol de boas intenções que as acompanham. Ridículo sim, porém não inocente. Cumprem o papel do plano-discurso”. Podemos considerar estes marcos jurídicos como estratégias de legitimação por parte do poder público municipal, uma vez que corroboraram com as representações do espaço que se queria produzir no município, caracterizado por aspectos de segregação espacial.

Determinadas análises de municípios litorâneos do estado de São Paulo, como o de São Sebastião e de Bertioga⁷⁸, revelam processos de segregação espacial relacionados ao incremento das atividades turísticas aliadas aos interesses de valorização do solo urbano do capital imobiliário. Em São Sebastião, Maricato (2000, p. 156) expõe que a concentração da valorização das terras com vistas ao lazer gerou um percentual de moradores excluídos do mercado legal de imóveis de 85% a 90%. Este município, que também apresenta um crescimento demográfico de aproximadamente 6%, é palco de problemas ambientais e populacionais por conta da única alternativa habitacional a qual esta população crescente tem direitos: a ocupação das encostas da Serra do Mar. Em Bertioga, a ocupação das áreas mais distantes da orla pela população na direção das encostas da Serra do Mar é também um fenômeno observado, dado o incremento da construção civil de condomínios fechados para uso absenteeísta. Neste caso, o Riviera de São Lourenço⁷⁹ é exemplo notório do espaço urbano excludente que se quer produzir no município.

Voltar as obras de infra-estrutura urbana para o capital imobiliário e não para o acesso à moradia pode apresentar um embasamento relacionado à idéia de eficiência econômica, pois

⁷⁷ Miranda (2006) analisa a gestão democrática acompanhando juridicamente o processo de elaboração do Plano Diretor. Araújo (2006) ao analisar as formas do ambiente urbano da Bacia de Campos afirma serem notórios os processos de participação democrática em Rio das Ostras através da implementação do Orçamento Participativo. Vide mais informações no Anexo III.

⁷⁸ São Sebastião é um município brevemente analisado por Ermínia Maricato (2000, p.156). Bertioga, município localizado também na faixa litorânea do estado de São Paulo, foi foco de estudos em trabalho de campo durante o XV Encontro Nacional de Geógrafos, com a orientação da professora doutora Rita Cruz.

⁷⁹ Empreendimento de alto luxo que se estende por 4,5 KM de praia, com controle de acesso e circulação de carros e pessoas. Sob molde de Condomínio fechado, mais parece uma cidade murada, onde os sonhos da classe média paulistana são possíveis: praia sem freqüência de grupos pauperizados, ruas rústicas, imóveis de alto luxo, segurança e bem-estar.

os investimentos voltados para as áreas mais valorizadas seriam justificadas pela “teoria do bolo”, segundo a qual outros investimentos e novos empregos surgem após beneficiamentos em áreas ricas, uma vez que é gerado um efeito reprodutor que não ocorreria se o investimento tivesse sido realizado em áreas de periferia (MARICATO, 2000).

Percebe-se a efervescência do capital imobiliário através do adensamento de propagandas a respeito da venda de terrenos e casas, assim como há intensa valorização imobiliária, conforme verificamos ao longo de entrevistas, trabalhos de campo, informes publicitários e anúncios de jornais.



Figura 47 – Propaganda de venda de casas em condomínio. Fonte: CASA (2007), Encarte publicitário Jun. 2007.



Figura 48 – Mosaico de Fotografias. Outdoors relativos a lançamentos e vendas de imóveis na RJ 106. Fonte: Autora, março de 2008.

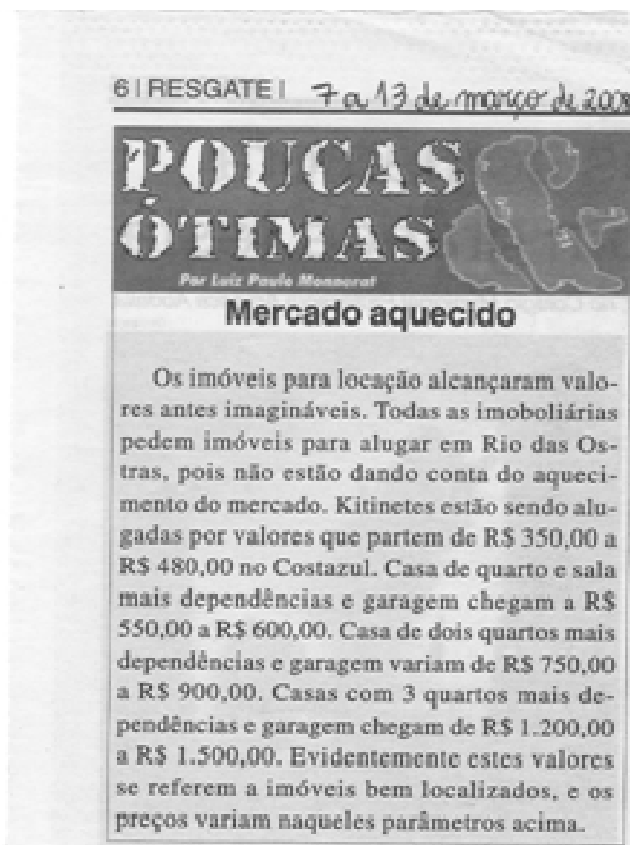


Figura 49 – Recorte do Jornal Resgate de março de 2008. “Poucas e ótimas” Mercado Aquecido. Fonte: MONNERAT, 2008.

Além disto, no momento em que o solo urbano é produzido como mercadoria, vale a pena expor que seu valor se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global produzido (CARLOS, 2005, p.53).

São relevantes os aprofundamentos acerca de quais foram os padrões de configuração desse urbano, de que forma os valores urbanos permeiam a re-significação dos espaços outrora de encontro e hoje atrofiados pela predominância do valor de troca.

No Brasil, os investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário de alto padrão, especialmente para a construção de novas centralidades em áreas pouco ocupadas, enquanto carências básicas de grande parte da população já assentada não merecem atenção (CARLOS, 2005).

Distantes entre si vinte e cinco quilômetros - que se estendem numa planície cortada por uma rodovia asfaltada, a Amaral Peixoto, RJ 106 -, Rio das Ostras e Macaé têm apresentado intensos fluxos socioespaciais, o que é observado através do aumento contínuo do movimento pendular de carros entre as cidades na rodovia, na estadia freqüente de funcionários da Petrobrás em pousadas de Rio das Ostras e na instalação da ZEN – Zona

Especial de Negócios – no limite entre os dois municípios. Pode-se discutir de a instalação da ZEN e do incremento imobiliário do bairro de Mar do Norte relaciona-se à instalação de novas centralidades no espaço urbano de Rio das Ostras, mediante o espraiamento de áreas urbanas. Este processo estaria relacionado à fluidez do automóvel e à complementaridade entre Rio das Ostras e Macaé.

O desenvolvimento das atividades petrolíferas em Macaé influenciou o tipo de produção do espaço em Rio das Ostras. No capítulo anterior, verificamos que tal proposição apóia-se também na análise de Castro (2006), que trabalha as relações espaciais entre Macaé e Rio das Ostras a partir da abordagem estruturalista de François Perroux, entendendo Macaé como uma cidade que se encaixa no conceito de região motriz e Rio das Ostras como região movida relacionada a este pólo de crescimento.

Desta forma, é necessário chamar atenção para esta intensa rede de fluxos que Rio das Ostras mantém com o município de Macaé recentemente, e deste modo, com uma técnica, advinda das atividades petrolíferas, que pode condicionar os “meios instrumentais e sociais” da realização da vida humana e da produção/criação do espaço (SANTOS, 2006, p.38), criando novos objetos técnicos e recriando funções destes objetos, dentro de um sistema.

Todavia, conforme explicitamos anteriormente, acreditamos ser exagerada a denominação de Rio das Ostras como “cidade do petróleo” (ARAÚJO, 2006). Ainda que a influência das atividades petrolíferas seja um aspecto importante, entendemos que as formas urbanas do município em estudo têm explicação nos caminhos da produção do espaço. Tais caminhos foram traçados principalmente através da função como ponto de apoio nos transportes terrestres ao longo da costa entre a região canavieira e a Guanabara que estruturou uma cidade; das estratégias do poder local voltadas para a implementação de uma urbanização turística que fizeram nascer o urbano com seus novos conteúdos; e do incremento das relações com Macaé, que recentemente vêm modificando a produção do espaço urbano riostrense.

Mar do Norte, bairro que dista aproximadamente 3 Km da divisa com Macaé, tem apresentado transformações ilustradas pelas figuras abaixo como o crescimento do interesse imobiliário seguindo padrões relativos a condomínios fechados. Mesmo sabendo que o Condomínio Enseada do Mar do Norte (Figura 51) é anterior à emancipação municipal, verificou-se, em trabalhos de campo, que várias extensões próximas a ele estão sendo preparadas para instalação de Condomínios. Mar do Norte dista cerca de cinco quilômetros e meio da área urbana principal de Rio das Ostras. Nesta faixa, percebe-se que a ARIE Itabebussus também se configura como uma reserva para especulação mobiliária de alto

padrão. Tal febre imobiliária pode ser observada através do mapa de localização publicitária (Figura 52) e do outdoor referentes ao empreendimento AlphaVille Costa do Sol (Figura 50).



Figura 50 – Fotografia 4. Outdoor do empreendimento AlphaVille Costa do Sol. Mar do Norte. Fonte: Autora, abril de 2009.



Figura 51 – Fotografia 5. Entrada do Condomínio Enseada do Mar do Norte. Fonte: Autora, abril de 2009.



Figura 52 – Localização de lançamento imobiliário de alto porte em Rio das Ostras pelo grupo AlphaVille. Fonte: ALPHAVILLE, 2007.

O capital imobiliário mostra-se em plena ação, dada às implosões-explosões da cidade. A recente criação da Associação de Corretores de Imóveis de Rio das Ostras (ACIMRO) – 27/08/2007 – em conjunto com a intensa valorização imobiliária de imóveis revela o desenvolvimento deste processo.

Além destas transformações em relação à especulação imobiliária vinculada à complementaridade que Rio das Ostras vem estabelecendo com a cidade de Macaé, o turismo, atividade importante para a compreensão de toda a urbanização riostrense, tem se diferenciado. A segunda residência, mesmo que ainda presente na dinâmica urbana, mostra sinais de enfraquecimento frente a novos processos, tais como: a residência de universitários do recente pólo da UFF denominado PURO, Pólo Universitário de Rio das Ostras, a moradia de pessoas que trabalham em Macaé e ao decréscimo proporcional da quantidade de domicílios de uso ocasional frente às de residência permanente (Vide Figura 19, página 61).

Rio das Ostras, a partir de sua emancipação e, sobretudo, a partir do final da década de 1990, começou a configurar em seu espaço urbano eixos diferenciados de urbanização que mapeamos a partir de estudos com base nos mapas apresentados no capítulo 2. Tais eixos foram sistematizados na Figura 53.

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS Atuais eixos de urbanização

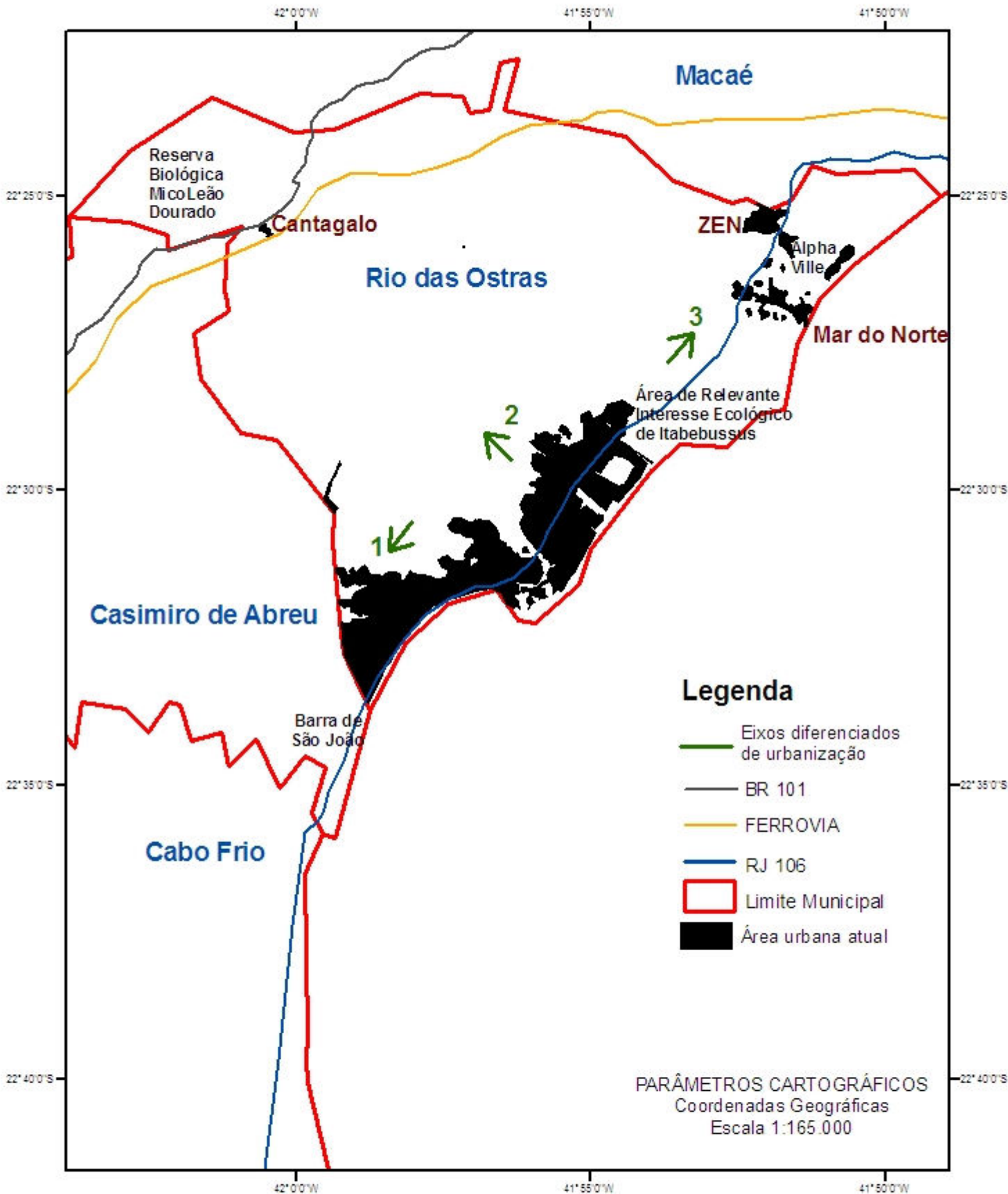


Figura 53 - Mapa 24 - Mapa síntese dos eixos de urbanização atuais. Fonte: Autora, 2009.

A Figura 53 apresenta três eixos de urbanização atuais, entendidos como sentidos de expansão do tecido urbano riostrense. Em relação a Casimiro de Abreu, delimitamos o eixo 1, entendido como adensamento da conurbação entre Rio das Ostras e Barra de São João. Neste eixo, verificamos a produção de condomínios e o asfaltamento de ruas de modo intenso além da projeção do “Reviver região sul” – projeto de saneamento que atende as localidades de Cidade Praiana, Jardim Miramar, Cidade Beira-Mar, Recanto Rio das Ostras, Jardim Campomar, Palmital, Extensão Serramar, Serramar e Condomínio Serramar.

Neste eixo, verificamos também uma projeção de fragmentos do centro, um exemplo é o projeto de mudança da localização da rodoviária municipal para esta área. O eixo 2 configura-se no sentido de interiorização da área urbana. Neste eixo, verifica-se a expansão de áreas residenciais pauperizadas (Vide Figura 54), além de áreas comerciais. A recente transferência da prefeitura, localizada na RJ 106, nesta área de expansão, demonstra interesses municipais de valorizar esta parte do espaço urbano. A Av. do Contorno aparece como um eixo importante de transformação de antigos pastos em espaços urbanos. O eixo 3 caracteriza-se pelas características que vimos anteriormente, relativas às relações entre Rio das Ostras e Macaé, sendo a ARIE de Itabebussus uma reserva espacial de interesse imobiliário.



Figura 54 – Fotografia 6. Loteamento Âncora, 2008, com obras de pavimentação e drenagem.
Fonte: Autora, março de 2008.

A Figura 54, resultante de nossas inquietações em relação às áreas pauperizadas da cidade, mostra o loteamento Âncora sendo transformado por obras de saneamento. Percebemos neste loteamento o limite entre a área urbana e pastagens da área rural do município, além de notarmos alto adensamento e dinâmicas parecidas com as favelas das metrópoles (funk nas ruas, muitas igrejas evangélicas, pequenos comércios acoplados às casas, etc..).

Na Figura 55, assim como no Anexo I, podem-se visualizar características do projeto Reviver Região Sul, baseado na Parceria Público-Privada, PPP. Ela é exemplar da nova política urbana calcada na criação de associações entre iniciativas privadas e poderes governamentais (HARVEY, 2005).



Figura 55 – Fotografia 7. Outdoor do projeto Reviver na RJ 106 em 2008. Fonte: Autora, março 2008.



Figura 56 – Imagem publicitária do projeto Reviver Região Sul. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2007.

Nossa delimitação dos eixos de urbanização corrobora projeções municipais em relação à “área de expansão urbana” segundo o Plano Diretor do município (Vide Figura 57), uma vez que determina uma zona de amortecimento entre a área urbana e a área rural interiorizada e espraiada no sentido litorâneo norte (Macaé) e sul (Barra de São João).

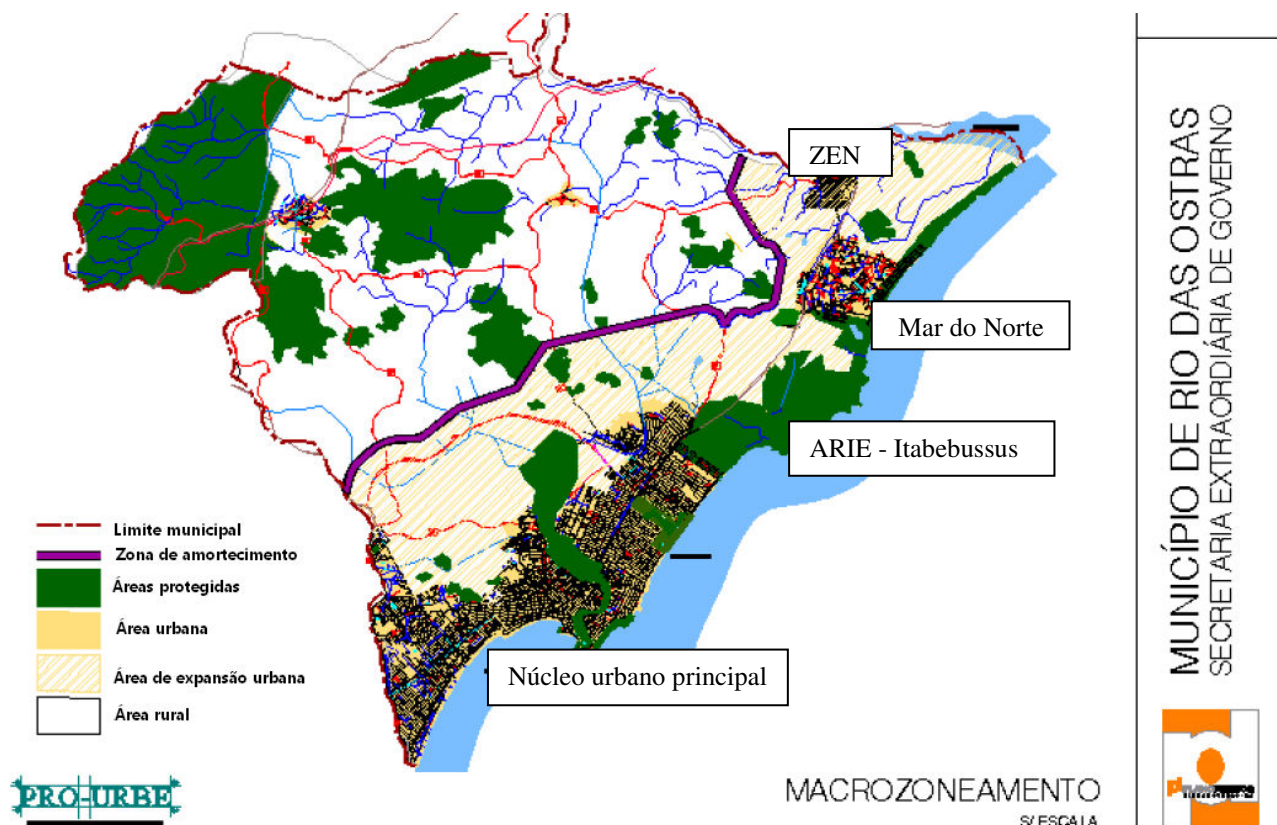


Figura 57 – Mapa 25 - Macrozoneamento do município de Rio das Ostras. Adaptado de: RIO DAS OSTRAS, 2006a.

Ainda no que diz respeito à dinâmica do turismo na produção do espaço urbano, é relevante destacar que a Prefeitura tem interesse em continuar fomentando esta atividade como atividade principal dentro de sua política urbana, o que fica claro no inciso I do artigo 10 de seu plano diretor:

São objetivos gerais da política urbana do Plano Diretor do Município de Rio das Ostras: I – o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas e sociais mediante sua diversificação, priorizando o turismo e outras atividades geradoras de emprego, trabalho e renda. (RIO DAS OSTRAS, 2006a)

A atividade encontra-se num crescente nos últimos anos, o que podemos ver na evolução do número de estabelecimentos hoteleiros (Figura 58).

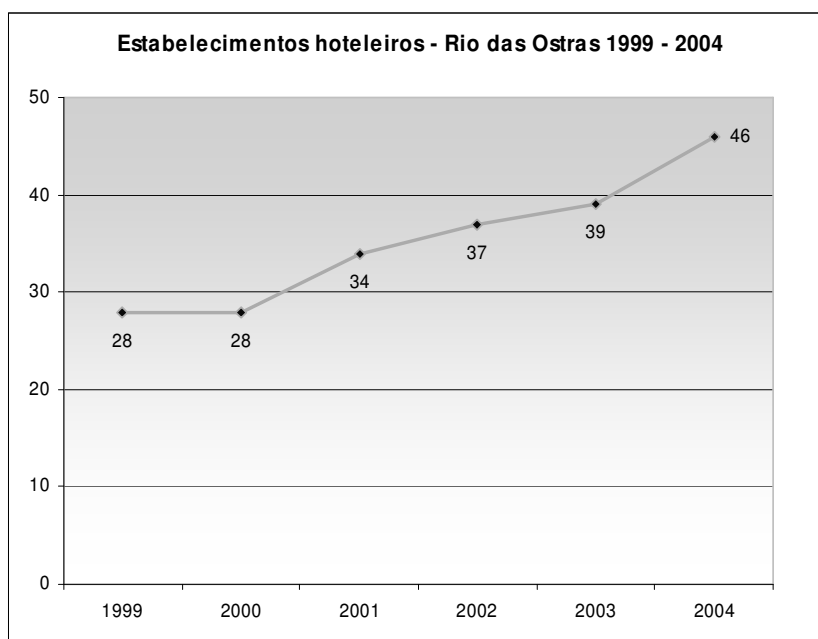


Figura 58 – Gráfico 17. Estabelecimentos hoteleiros em Rio das Ostras entre 1999 e 2004. Adaptado de: CIDE, 2008b.

A atividade do turismo carrega consigo a produção de imagens e logotipos de representação da cidade, num movimento vinculado à promoção do turismo. O material que disponibilizamos a seguir permite observar os aspectos naturais relevantes nesta produção simbólica governamental de construção de um imaginário para a cidade e a valorização de obras de ‘revitalização urbanística’ na publicidade governamental – como a Praça da Baleia, obra inaugurada há poucos anos na orla do Remanso, Costa Azul.

Praça da Baleia - Costazul

Praias

Ligue Tur: (22) 2764-6345 e 2764-6885
www.riodasostras.rj.gov.br
turismo@pmro.rj.gov.br

PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS
 SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REGIÃO DOS LAGOS DO PARANÁ

- Praia do Abricó
- Praia da Tartaruga
- Praia do Bosque
- Praia do Centro
- Praia Boca da Barra
- Praia da Joana

- Praia Virgem
- Praia das Areias Negras
- Praia do Remanso
- Praia de Costazul
- Praia da Enseada das Gaivotas
- Praia do Mar do Norte

- Praia das Pedrinhas
- Ilha do Costa
- Ilha do Coqueiro Só
- Ilha dos Trinta Réis
- Ilha dos Quinze Réis



Restinga na Fazenda de Itapebussus



Foz do Rio das Ostras (Boca da Barra)

Figura 59 - Material Governamental relacionado ao turismo, produzido pela prefeitura de Rio das Ostras. Fonte: RIO DAS OSTRAS, 2003 e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2004.

Neste contexto, verificamos grandes transformações socioespaciais, como remodelações urbanísticas e mudanças na elaboração de discursos e de imagens que ofuscam representações múltiplas do espaço urbano em favor da afirmação de consensos construídos politicamente. Preocupamo-nos em explorar até que ponto a cidade e o mar perdem o sentido de encontro⁸⁰ no contexto desta política urbana e passam a realizar somente a economia, explorando de que maneira a construção de imagens, discursos e representações relaciona-se às transformações socioespaciais observadas. E de que forma a natureza, reinventada e qualificada, instrumentaliza o espaço, tornando-se um recurso político, sendo sua percepção transfigurada para além da sua utilidade (CASTRO, 1997).

Entendemos que as representações podem ser por vezes fixas, relacionadas a mistificações (LEFEBVRE, 2006) e que as representações do espaço se materializam em imagens, logotipos e discursos que permeiam o imaginário geográfico, podendo ser consideradas como representações ideológicas, termo trabalhado por Maricato (2000) no sentido de que elas encobrem a cidade real, tornando “natural” um ponto de vista parcial.

Em relação ao turismo, a gestão municipal utiliza a promoção de eventos como parte de sua publicidade e marketing. Tais eventos dão continuidade à vida de transformações por qual passa a cidade. Na data do último aniversário da cidade, abril de 2008, foram realizados shows, patrocinados somente pela prefeitura, de artistas como Cláudia Leite e Leonardo, de projeção nacional e que oneraram bastante a festa que durou uma semana. Tal lógica revela a promoção do local através destes eventos.

As iniciativas referentes à criação de “climas de otimismo” (HARVEY, 2005) contam com a realização de eventos diferenciados, tais como festivais de jazz, campeonatos de MotoCross, feiras agropecuárias, entre outros (Vide Figura 60).

⁸⁰ Vide reflexões de Mumford (1998).

CHORINHO NA PRAIA

B o c a d a B a r r a

Dia 4/1/04 - 17h
GRUPO PALAFITA
Convidados Especiais:
Henrique Carzes (cavaquinho)
Monarco (cantor)

Dia 11/1/04 - 17h
GRUPO PALAFITA
Convidados Especiais:
Pedro Amorim (bandolim)
Pedro Miranda (cantor)

Dia 1/2/04 - 17h
GRUPO 2 X 4 E
GRUPO DE CHORO
DA ESCOLA DE MÚSICA
GERALDO CARNEIRO
Convidados Especiais:
Celso do Pandeiro e
Ronaldinho do Bandoim

Dia 8/2/04 - 17h
GRUPO DE CHORO
DA ESCOLA DE MÚSICA
GERALDO CARNEIRO
Convidados Especiais:
Abraçando Jacaré,
João Caldas (cavaquinho)
e Inês Viana (cantora)

Dia 18/1/04 - 17h
GRUPO PALAFITA
Convidados Especiais:
Álvaro Carrilho (flauta)
Walter 7 Cordas
(violão sete cordas)

Dia 15/2/04 - 17h
GRUPO PALAFITA
Convidados Especiais:
Grupo do Clube do San
e Diogo Nogueira

Eles já confirmaram presença no maior Festival de Jazz e Blues do Brasil.



**16 a 20
Janeiro . 2004**

Stanley Jordan
Romero Lubambo
Jane Monheit
Naná Vasconcelos
Yamandú Costa
Sérgio Dias
Big Time Sarah
Blue Jeans
Soul Rebell's
Norton Buffalo
Manhattan Quartet
All Stars Jazz
Flavio Guimarães Blues Band
Tito Martino Jazz Band
All Stars Blues
Soulution Orquestra
Márcio Montarroyos
Sun Walk & Dog Brothers
Beale Street
Maurício Sahadi Band
Jefferson Gonçalves Blues Band
Orquestra Kuarup e Nando Cameiro

Shows em três palcos ao ar livre
Shows às 16, 18 e 21h
Jam-Sessions em bares da cidade após os shows
Workshops

Agora só falta você!


PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
www.riodasostrasjazzeb Blues.com
www.riodasostras.rj.gov.br



25 a 28 / março

GLÓBULO dA MORTE

SHOW dE WHEELING

SHOWS dE MÚSICA

FREE-STYLE



IX ENCONTRO NACIONAL DE MOTOCICLISTAS

OSTRAS

2004

RIO DAS OSTRAS - BRASIL



SECRETARIA DE TURISMO,
INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

www.riodasostras.rj.gov.br

Figura 60 – Material publicitário governamental. Realização de distintos eventos em 2004.
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2004.

O denominado *city marketing* mostra-se relevante ao fundar uma nova cidade a partir de uma imagem sintética, que é modificada de acordo com a lógica mercadológica que se quer criar. Em 12/04/2007 foi inaugurada a ponte sobre o rio das ostras, sob moldes modernos, ela foi responsável pela duplicação da pista nos dois sentidos e acabou sendo apropriada como símbolo da cidade, outrora representado por uma casa no rio, com um sol, sugerindo a turismo de praia (Vide Figura 62).



Figura 61 – Fotografia 8 - Ponte sobre o rio das Ostras, na RJ 106. Em 2007. Fonte: Autora, junho de 2007.



Figura 62 – Simbologias utilizadas pela prefeitura em 2005 (esquerda) e em 2007 (direita). Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2005 e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2007a.

As atenções do poder local passaram a ficar cada vez mais calcadas na criação de imagens representativas da cidade. A seguir, mostramos alguns exemplos disto através da visualização das placas de sinalização de ruas com o slogan relativo à nova ponte e a afirmação da idéia de segurança e bem-estar defendidos pelo letreiro municipal (Figuras 63 e 64). A Figura 65 refere-se à publicidade governamental no mês de junho de 2007, que deixa claro o processo de transição que ocorria naquele momento: uma transição em relação ao novo logotipo ligado não mais à casa no rio, ao sol, mas à nova ponte. Além de mostrar a

intensidade de placas informativas quanto a obras públicas de transformação dos espaços urbanos.



Figura 63 – Fotografia 9. Placa de sinalização de rua em abril de 2009. Fonte: Autora, 2009.



Figura 64 – Fotografia 10. Outdoor governamental na RJ 106 em abril de 2009. Fonte: Autora, 2009.



Figura 65 – Mosaico de Fotografias 2 - Placas governamentais informativas de obras em junho de 2007. Fonte: Autora, 2007.

Inferimos que o espaço instrumental e os logotipos governamentais associados a ele reforçam um senso comum que os afirma como símbolos atrelados à visão de mundo que acredita no progresso e no desenvolvimento. A frase “Construindo um futuro melhor” na Figura 65 exemplifica este movimento.

Nesta conjuntura atual, as intervenções urbanísticas parecem construir as “paisagens dominantes” sob o primado de turistificação dos espaços praianos, inserindo-os numa dinâmica mercantil, nas quais os traços geométricos, esteticamente definidos e padronizados, prevalecem sobre as nuances onduladas da paisagem natural (COSGROVE, 2004). Há a

criação, portanto, de paisagens “racionais”, que já começam a ser naturalizadas, pelos moradores da cidade.

Rio das Ostras vive a criação de mosaicos de símbolos visuais que integram a paisagem a um imaginário publicitário, diretamente relacionado com o discurso turístico de “paraíso”, construtor da idéia de “desejabilidade” imprescindível ao motor da especulação imobiliária. O *design clean* (BARBOSA, 2006) projetado para as áreas litorâneas é exemplificado através da Figura 66, que mostra a orla de Costa Azul, em 2007, com parte transformada pela intervenção urbanística denominada “Revitalização urbano ambiental” inaugurada em 2003, e parte caracterizada pela restinga originária na mesma praia. Além disto, podemos visualizar áreas próximas à praia do Remanso, remodeladas entre 2003 e 2005.



Figura 66 – Mosaico de Fotografias 3 – Revitalização Urbano Ambiental da orla de Costa Azul. Fotografias de junho de 2007. Fonte: Autora, 2007.

As novas políticas urbanas observadas estão relacionadas ao padrão atual de ordenamento urbano da cidade em questão e reordenam os valores socialmente constituídos

pelos moradores ao longo da vivência da cidade. Percebe-se a emergência de iniciativas governamentais que prezam pela criação de logans imagéticos ou textuais, que permitem compreender o desenvolvimento de reinvenções da cidade calcadas na venda da cidade e nos valores de troca.

Para criar um valor de troca há de se ter necessariamente um valor de uso para o novo espaço, tomado como mercadoria, e, portanto, novas atribuições para as paisagens da cidade, agora instrumentalizadas pelo *city marketing*. Desse modo, os membros do poder público e das elites locais se utilizam de estratégias no campo das representações, criando representações de mundo através da materialização de símbolos na paisagem e de iniciativas que têm como objetivo orientar um determinado tipo de consumo da paisagem e do espaço como um todo. É importante frisar que a estratégia já é espaço, na sua forma concebida e que estas transformações viabilizadas pelas intervenções urbanísticas são respostas dos urbanistas à sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).

O município sofre intensas remodelações urbanísticas por conta da secretaria de urbanismo, há verdadeiras metamorfoses em movimento na produção do espaço urbano. A recente inauguração, no fim de 2007, da praça José Pereira da Câmara, no centro da cidade de rio das ostras, na Praia do Centro, ilustra este movimento.



Antes da década de 80

Praia do Centro



Junho de 2007



Março de 2008



Abril de 2009

Figura 67 – Mosaico de Fotografias 4 – Transformações na Praça José Pereira Câmara. Fonte da fotografia antes da década de 1980: ROCHA (1997). Fonte das demais fotografias: Autora, 2007-2009.

A praça que representa o sítio inicial da cidade, no qual, as pessoas estabeleceram o foco do abastecimento de água (o poço) e o centro de circulação e encontro, foi inaugurada parcialmente, após uma intervenção urbanística, sem bancos para as pessoas sentarem e sem espaços de convivência, dada a retirada de uma das maiores bancas de jornal que ali existia, além do poço estar envolvido por tapumes. Só havia palmeiras imperiais e porcelanato, como bem informava a placa governamental (em março de 2008). Em abril de 2009, visualizamos o término da obra com a manutenção da retirada da banca de jornal e a fixação de bancos, tudo inserido num *design clean*.

Este modo de representação do espaço é tratado por Lefebvre (2008, p. 26) como uma possibilidade de ocultação das demandas sociais:

E eis como e por que o desenho (e por ele é preciso entender o design) não é somente uma habilidade, uma técnica. É um modo de representação, um *saber-fazer* estipula, codificado. Portanto, um *filtro*, seletivo em relação a conteúdos, eliminando esta ou aquela parte do 'real', preenchendo as lacunas do texto à sua maneira. Circunstância agravante: essa filtragem vai mais longe que uma especialização ideológica ou que a ideologia de uma especialidade. Ela corre o risco de ocultar a demanda social (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

A Figura 68, na próxima página, trata da revitalização em andamento na outra praça central do município, a Praça São Pedro. Tais fotos relevam o padrão proposto para os quiosques e os tapumes presentes na orla, desde junho de 2007, até o resultado final das obras em abril de 2009, além de possibilitar a visualização na apropriação da praça pelos moradores antes da década de 1980.

A nosso ver, a apropriação pelos moradores, exemplificada pelo futebol na praça antes da década de 1980, encara os ditames do capital que a transformou em propriedade negadora dos múltiplos usos, uma vez que passa a realizar tão somente a lógica instrumental e nega o sonho, o imaginário e a cidade como obra.

Este processo está articulado a intervenções urbanísticas criadoras de mosaicos de símbolos visuais que integram a paisagem a um imaginário publicitário, concretizando ideais de eficiência e rentabilidade calcadas numa “performance mimetizada dos lugares” (BARBOSA, 2006).



Antes da década de 80

Antigo Campinho de futebol situado na atual Praça de São Pedro



Junho de 2007



Março de 2008



Abril de 2009

Figura 68 – Mosaico de Fotografias 5 – Revitalização da Praça São Pedro. Fonte da fotografia antes da década de 1980: ROCHA (1997). Fonte das demais fotografias: Autora, 2007-2009.

Neste sentido, é o espaço público na cidade de Rio das Ostras que tem sido transformado e re-significado, criando um novo urbano que preenche as formas e as materialidades concretizadas na cidade. Através de contribuições de Barbosa (1999, p. 64) poderíamos afirmar que está ocorrendo um esvaziamento político do espaço público como resposta ao partilhamento do espaço comum, antes compartilhado pelos atores sociais – ruas, praças, parques.

Através dos campos, evidenciamos estas transformações nos espaços públicos e montamos um mosaico com fotografias de outros eventos acompanhados pela pesquisa.



Figura 69 – Mosaico de Fotografias 6 – Reflexões relevantes dos trabalhos de campo. Fonte: Autora, 2007-2008.

A foto A, de junho de 2007, apresenta a Rodovia RJ 106 urbanizada, entre 2005 e 2007, nas proximidades da praça José Pereira da Câmara Tal eixo rodoviário representa o cerne da expansão da área urbana, sendo suas transformações relacionadas à melhora na fluidez do trânsito, à padronização de pontos de ônibus e da construção de vias paralelas voltadas para o comércio e para o lazer (ciclovias, por exemplo).

As fotos B e C, de junho de 2007, evidenciam o *design clean* do urbanismo implementado pela política urbana, apresentando a sede da prefeitura e a Av. Brasília, respectivamente. O prédio da prefeitura, inaugurado nos últimos anos apresenta o mesmo desenho arquitetônico que outros prédios governamentais, porém ratificou o eixo de

urbanização no sentido de Macaé, pois foi construído após da Av. do Contorno (sentido norte) o que modificou sua localização anterior, que era no centro da cidade. Na Av. Brasília, numa área próxima à Lagoa do Iriry e à praia de Costa Azul, percebe-se que até as lixeiras acompanham o interesse de ratificar imagens de afirmação da eficiência, mediante o logotipo da prefeitura.

As fotos sob a letra D mostram as transformações ocorridas na praia de Costa Azul referentes às obras do emissário de esgoto. Tal obra foi gerenciada pela Odebrecht. No lado direito, podemos visualizar o momento anterior (Junho de 2007) e no lado esquerdo, o momento posterior à realização da obra do emissário (Março de 2008). Ocorreram estratégias associadas à promoção do turismo já que o paisagismo e o emissário se transformaram num belo píer em Costa Azul.

A foto E revela um novo momento: as placas que em junho de 2007 mostravam empresas, orçamentos e objetivos de obras públicas (Figura 65, página 108), foram trocadas por inúmeras outras, com o selo “obra concluída”. Tal evidência presente em muitos espaços nos chamou a atenção, pois o volume de publicidade da prefeitura era imenso.

As placas sob a logo “Obra concluída” sugeriam um ambiente repleto de criação de discursos sobre a cidade que pretendiam ser dominantes, como a idéia de conclusão de obras vinculada ao desenvolvimento e ao bom uso do dinheiro público. Com isto, imperativos de eficiência ratificariam um consenso relacionado ao otimismo e à boa governança do poder local.

Tais constatações empíricas acabaram por ratificar nossas teorizações a respeito do empresariamento inserido numa “moderna administração” pública capaz de trazer empresas e marcas para incrementar o valor de troca dos espaços urbanos produzidos. Um exemplo foi a instalação da filial da Casa & Vídeo, o que revela o crescimento e a diversificação sentida pelo comércio com a chegada de grandes varejistas. A década de 1990 e os anos 2000 presenciaram uma progressiva substituição de estabelecimentos comerciais: saíam de cena mercados tradicionais e restaurantes antigos, voltados principalmente para o ramo de frutos do mar, e apareciam bancos e lojas âncoras como Bob’s, Casas Bahia e Casa & Vídeo.

Rio das Ostras, 14 a 20 de março de 2008

Rio das Ostras terá filial da Casa & Vídeo

Maurício Rocha / Secom



A loja vai se instalar na Rodovia Amaral Peixoto, no Centro, no local onde funcionava o Hortifruti Paranaúna

O prefeito de Rio das Ostras, Carlos Augusto, se reuniu na última sexta-feira, dia 7, com representantes da Casa & Vídeo para conhecer o projeto de instalação da loja no município. A unidade deve entrar em funcionamento até o fim do primeiro semestre deste ano e vai gerar 100 empregos diretos.

“Além de ser mais um serviço para nossos moradores, também vamos atrair mais consumidores de cidades vizinhas para o município, aumentando a circulação de recursos no comércio local”, destacou Carlos Augusto.

A loja será instalada na Rodovia Amaral Peixoto, Paranaúna. Em breve, serão iniciadas as obras de reforma do prédio, que devem ser concluídas em três meses. “Escolhemos Rio das Ostras para instalar uma nova unidade devido ao crescimento do município”, disse o gerente regional da Casa & Vídeo, Jorge Luiz Moraes Souza, acrescentando que esta será a quarta filial da rede na região, que já conta com lojas em Macaé, Araruama e Cabo Frio.

Segundo o gerente, o processo de recrutamento e seleção dos funcionários da nova loja será iniciado junto com as obras para a instalação do empreendimento. “Vamos dar preferência para os

contar com a parceria da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio para o treinamento dos profissionais”, disse Souza.

Além dos representantes da Casa & Vídeo, também participaram da reunião o secretário de Turismo, Indústria e Comércio, Alan Machado; e o subsecretário de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, Paulo César de Souza Medeiros.

Tintas: Imobiliária, automotiva e naval

CASA DO PINTOR II

Dias/Elézio Leandro Benilton Rafael Amauri
Sócios Diretores Gerente Sub-gerente Balconista Motorista
gld@ostras.net

(22) 2764-3314 | (22) 2764-1019



Figura 70 - Fotografia 11 – Casa & Vídeo na Rod. Amaral Peixoto. Abril de 2009. Fonte: Autora, 2009.

Figura 71 - Recorte do jornal O Debate Rio das Ostras sobre instalação da filial da Casa & Vídeo, março de 2008. Fonte: RIO, 2008.

As proposições urbanísticas atuais possuem lógica e, neste delineamento de esvaziamento político dos espaços públicos, Compans (2001) revela que há uma privatização generalizada dos lugares e uma diferenciação maior na apropriação, por conta dos interesses de esteticização da vida e da cidade.

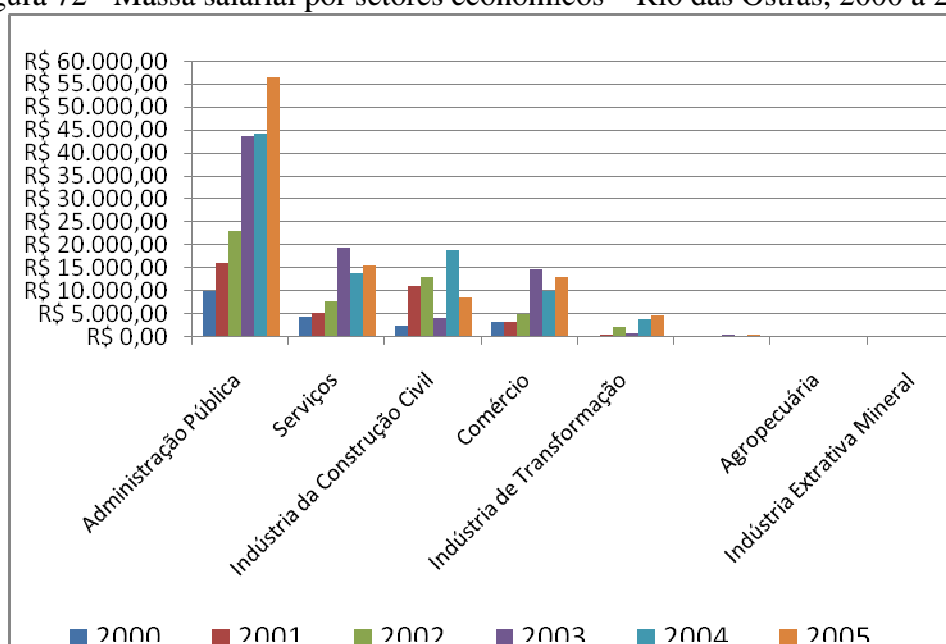
A discussão acerca das transformações da paisagem e os usos turísticos que são projetados para as paisagens recém remodeladas possibilitam um debate sobre quais representações são possibilitadas por estas aparências do design atraentes tanto para os

turistas quanto para os profissionais relacionados à atividade petrolífera do município de Macaé que buscam em Rio das Ostras o lugar calmo e seguro para sua estadia. Tais imagens e representações espaciais oferecem material importante para o manejo mercantil da paisagem por parte dos grupos políticos.

No contexto da adequação de modelos neoliberais coercitivos de agências multilaterais por parte da ação do poder público municipal, Compans (2001, p.126) destaca a necessária “boa governança” que transformaria os governos locais nos maiores responsáveis pelo poder na gestão e legitimação das políticas públicas. Segundo ela, tais transformações também se relacionam à crise do Estado, o que resulta na construção de protagonismos ilusórios que estruturam um marketing urbano que intercala parcerias público privadas, modernização, lógica empresarial e flexibilização nas ações públicas, estabilidade política e subsídios e incentivos fiscais.

Em Rio das Ostras, a “boa governança” possui alicerces numa organização administrativa após a emancipação que se aprofundou com o aumento nas receitas decorrente do ‘boom dos royalties’. Através da comparação entre a massa salarial por setores econômicos de 2000 a 2005, infere-se que o quantitativo de verbas encontra sucessivos incrementos somente na administração pública, o que estaria dando uma base para a implementação mais eficaz deste modelo do empreendedorismo urbano. Além disto, são relevantes os serviços, a indústria da construção civil e o comércio.

Figura 72 - Massa salarial por setores econômicos – Rio das Ostras, 2000 a 2005.



Adaptado de: CIDE, 2008c.

A volatilidade e a instantaneidade, tão desenvolvidas teoricamente pelos estudos que apontam estarmos vivenciando a pós-modernidade, são processos observados com intensidade no espaço urbano de Rio das Ostras, pois a competitividade entre as cidades incorpora uma implosão do espaço urbano na qual as permanências revelam-se acessórias e curtas. Os turistas entrevistados referem-se a Rio das Ostras como uma cidade na qual as transformações são tão rápidas que um curto tempo sem visitá-la significa o descobrimento de uma nova cidade na próxima estada, lembrando uma cidade “canteiro de obras”.

Em suma, todos estes processos, expressos por estratégias diferenciadas da política urbana, articulam-se a reestruturações da cidade e do urbano de Rio das Ostras que reorientam práticas espaciais e espaços de representação de seus cidadãos.

A ação deste governo local, calcada numa gestão urbana remodeladora dos espaços públicos, insere-se numa lógica de consumo da cidade e na criação de consensos, imagens, logotipos e representações que estruturam novos processos econômico-espaciais. A disputa fica engendrada na concepção do espaço, no sentido em que aprofunda a tentativa de construção de uma cidade de pensamento único, dentro de uma pluralidade característica do fenômeno urbano. Isto referenda nossa hipótese relativa ao engajamento da política urbana em produzir um produto turístico, principalmente a partir de 1993, relacionado às representações do espaço, à criação de discursos visuais e à emergência de uma “estratégia político-argumentativa” (COMPANS, 2005) denominada empreendedorismo urbano voltada à “reificação da cidade como empresa e como mercadoria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos caminhos para o entendimento do processo de produção do espaço urbano de Rio das Ostras através do estudo das relações entre cidade e urbano e entre a produção do espaço urbano e as estratégias políticas. Retomaremos aqui, portanto, algumas considerações sobre esse processo de produção do espaço riostrense com base nas nossas hipóteses de pesquisa e em questões levantadas ao longo dos capítulos. Nossas hipóteses iniciais referem-se à centralidade da emancipação do município em 1993, ao aumento das receitas municipais entre 1997/1998 ter influenciado a adoção de uma nova política urbana no município, à expansão do turismo-veraneio vivenciado no contexto do vetor turístico que atingiu os municípios litorâneos das Baixadas Litorâneas e ao papel complementar de Rio das Ostras em relação à Macaé.

Reafirmamos que o processo de autonomia municipal ocorreu de forma a continuar e não romper com um tipo de política urbana em andamento, referente à urbanização e expansão de loteamentos urbanos, realizada pela prefeitura de Casimiro de Abreu nas décadas de 1950 a 1980. A emancipação consolida-se como um momento de continuidade e afirmação de uma hegemonia urbana. Todavia, ressaltamos que esta continuidade deu-se de modo a possibilitar que em Rio das Ostras fosse instaurada, após 1993, uma política urbana cujas estratégias estavam mais focadas na produção de um produto turístico, na construção de imagens, logotipos e discursos que ratificassem a importância da nova organização municipal no sentido de que esta poderia trazer iniciativas mais incisivas na produção do espaço urbano.

Além disto, com a nova organização administrativa, novos marcos jurídicos foram estruturados como o Plano Diretor, resultando numa produção do espaço urbano delimitada em consonância com a política e com os discursos que fazem parte das estratégias dos atores

políticos, que qualificam o espaço de acordo com seus interesses. Nesse contexto, as proposições de orçamento participativo mostram-se, a nosso ver, como estratégias de legitimação da política urbana, a fim de ratificar o *city marketing* no sentido de aprimorar a representação da cidade como espaço de um consenso, já que entrevistas realizadas em campo nos sugeriram uma variada gama de insatisfações em relação às ações da política urbana atual.

Entendemos que a emancipação do município foi crucial para os processos que se desenrolaram na década de 1990, pois mesmo com a continuidade política verificada por nós em 1993, com a permanência do grupo político de Casimiro de Abreu na prefeitura de Rio das Ostras, a produção do espaço que ocorreu em Rio das Ostras diferenciou-se da ocorrida em Barra de São João nos últimos 17 anos. Em Rio das Ostras, visualizamos estratégias diferenciadas relacionadas ao empresariamento e à efetivação do clima de eficiência e otimismo caracterizada pelas paisagens repletas de outdoors de publicidade governamental.

Delimitamos uma nova política urbana a partir de 1997/1998, afirmando sua relação com o empreendedorismo urbano, entendendo que suas estratégias são mais que discursos, sendo características de novas visões de gestão de cidades numa escala para além do local, onde incidem verticalidades entrelaçadas aos imperativos da globalização capitalista. Trabalhamos o incremento dos royalties nas receitas públicas, o direcionamento da verba pública e o aumento geral das receitas municipais para a compreensão desta mudança.

Em relação à expansão do turismo-veraneio, acabamos por analisar o processo de urbanização de Rio das Ostras como um todo, propondo uma periodização na qual verificamos que a expansão deste tipo de turismo no litoral da região das Baixadas Litorâneas influenciou muito a ‘urbanização turística e litorânea’ de Rio das Ostras, sobretudo a partir da década de 1970.

Nesta periodização, proposta por nós, entendemos que a década de 1950 inaugura um processo que denominamos ‘urbanização turística e litorânea’, caracterizada pela transição da cidade ao urbano em Rio das Ostras dadas as implosões de novos conteúdos e à emergência dos dilemas da urbanização. Propomos que, a partir da década de 1970, Rio das Ostras vivencia um amadurecimento desta urbanização com o crescimento da área de loteamentos urbanos, o incremento da população urbana, acompanhando, em parte, a urbanização da região das Baixadas Litorâneas através de uma reafirmação da segunda residência e do turismo-veraneio.

O processo de urbanização foi trabalhado sob o ponto de vista da reprodução da sociedade urbana, no sentido de que o urbano implode ganhando novos conteúdos como o turismo, num contexto de transformação do espaço como mercadoria que acompanha a

espetacularização e o incremento do setor imobiliário. O capitalismo apossa-se do solo urbano, permitindo que a cambialidade e o valor de troca sejam mediados através das características do espaço produzido de acordo com suas estratégias.

Quanto aos fixos que possibilitaram maior circulação com a Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, e com outras regiões do estado, como as rodovias BR 101, RJ 162 e RJ 106 e a ferrovia no ramal Niterói – Campos, demos destaque para a RJ 106 - conhecida como Av. Amaral Peixoto. Inferimos que esta rodovia é de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento da urbanização de Rio das Ostras, uma vez que configura, até os dias de hoje, um dos eixos principais de urbanização e de expansão da área urbana.

Houve uma progressiva estagnação do núcleo urbano interiorano, Rocha Leão, frente ao núcleo litorâneo, centrado na Praia do Centro. O litoral riostrense foi cooptado inicialmente pelos fluxos turísticos apoiados pela política de loteamento urbano e posteriormente, nutrido da proximidade de Macaé através da RJ 106, tem se desenvolvido no sentido de ratificar sua complementaridade em relação à atividade petrolífera, vide a instalação da ZEN, por exemplo.

A formação do espaço citadino de Rio das Ostras é permeada por um interessante devir das polarizações. Ora polarizada pelos fluxos disseminados a partir de Cabo Frio, ora polarizada pelas dinâmicas centradas em Macaé, a cidade riostrense estruturou-se como área de transporte e de reserva de terras imersa em redes de fluxos com distintos cernes. Tal característica apresenta continuidade até os dias atuais, influenciando a produção do espaço urbano, ora cooptado pelas dinâmicas turísticas da região das Baixadas Litorâneas, tendo como um de seus grandes pólos a cidade de Cabo Frio, ora sendo concebida através das funções complementares às dinâmicas petrolíferas com sístole em Macaé.

O papel complementar de Rio das Ostras em relação à Macaé, outra hipótese inicial, foi analisado como um processo relacionado a um devir histórico de polarizações. Antes muito influenciada pela economia canavieira do Norte Fluminense, Rio das Ostras atualmente passa por uma afirmação na rede de cidades diretamente entrelaçada às dinâmicas da atividade petrolífera centrada em Macaé. Seu papel nesta rede seria complementar à atividade de extração do petróleo, no sentido do fomento ao turismo de negócios, à instalação da ZEN, próxima ao Parque de Tubos de Macaé, e ao progressivo aumento pela demanda de moradia em Mar do Norte e na cidade de Rio das Ostras como um todo por parte de quem trabalha em Macaé.

O desvendamento de como uma estratégia resultou na produção de um espaço depende de uma análise crítica (LEFEBVRE, 2008). Neste contexto, buscamos analisar criticamente as

remodelações urbanísticas, acompanhadas pela pesquisa, já que elas impõem um novo ritmo e novas estratégias à produção do espaço urbano riostrense. São exemplos: a revitalização da orla de Costa Azul e das praças José Pereira Câmara e São Pedro, sendo também relevantes aspectos evidenciados por nossa reflexão com base em dados e informações colhidos em campo e discutidos ao longo do capítulo 3. Percebemos a continuidade da importância do turismo para a urbanização atual, porém abordamos suas transformações frente à complementaridade em relação à Macaé e a mudanças no espaço intra-urbano municipal.

Os imperativos de eficiência acompanhados pela moderna administração relacionam-se aos novos rumos vivenciados pela urbanização em Rio das Ostras. Entre 2000 e 2007, verificamos que a população teve um incremento maior do que o verificado na expansão da área urbana, o que ratifica uma nova produção do espaço, caracterizada por novas aglomerações, por processos de verticalização, por adensamentos e transformações abruptas de espaços intra-urbanos.

Em nosso ponto de vista, o *city marketing* se estruturou neste município, para além da continuidade da urbanização turística ou da simples disputa entre cidades no mercado de cidades, mas sobretudo sob a forma de um empresariamento, calcado na política urbana de um grupo político que aproveitou as abundantes verbas oriundas do “boom” dos royalties, da preliminar urbanização litorânea voltada para a segunda residência, de modo a implementar uma produção do espaço diferente dos processos verificados em Barra de São João e Macaé.

A produção do espaço riostrense após 1993 não ocorreu calcada apenas numa competição relativa aos incrementos da urbanização a partir do aprofundamento da atividade turística, nem apenas nas redinamizações dos fluxos com a cidade de Macaé, dado o papel que passou a apresentar na rede urbana. A pluralidade de eventos e iniciativas governamentais voltadas a diferentes setores e classes sociais e o instigante volume publicitário nas ruas produzido pela prefeitura relacionam-se à produção de uma geografia a sua própria imagem, através da recusa de outras imagens da cidade. Esta nova dinâmica das imagens caracterizada pela contínua produção de signos está ligada diretamente à efetivação da cidade como um produto que pode ser vendido - como um produto turístico diferenciado (negócios e veraneio) ou como espaço de moradia ‘calmo’, ‘seguro’ e repleto de paisagens naturalmente belas. É importante notar como a orla é tornada um recurso na constituição de discursos e imagens por parte do poder público municipal.

Em suma, procuramos utilizar os referenciais teóricos para trabalhar este objeto de pesquisa de modo crítico no sentido de abrir possibilidades para novas reflexões sobre Rio das Ostras. No sentido de que o concebido, como as representações do espaço, não são só planos,

sendo também disputas, este trabalho coloca-se na frente destas discussões a fim de desmistificar as representações intrínsecas a estes processos e abrir perspectivas que possibilitem a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHAVILLE, Urbanismo S.A. Grupo empresarial do setor imobiliário. Apresenta publicidade sobre o projeto AlphaVille Costa do Sol em Rio das Ostras. Disponível em: <<http://www.alphaville.com.br/>>. Acesso em: 01 setembro 2007.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro et al. *Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade, um desafio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. Biblioteca Estácio de Sá, 1999.

ANDRADE, Manuel Correa de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

ARAUJO, Eloisa Carvalho de. *Paisagem da Utopia: novas formas espaciais instituintes no ambiente urbano e tecnológico da Bacia de Campos*. Rio de Janeiro, 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AREZZO, Dryden de Castro. Administração Fundiária no Estado do Rio de Janeiro: das sesmarias à colonização e assentamentos. In: CARNEIRO, Maria José et al. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

- AZEVEDO, Alex Sandro Barcelos de. *Influência dos royalties do petróleo no município de Carapebus – RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ecg.tce.rj.gov.br/EstudosPesquisas/TR2Monografia.aspx>>. Acesso em: 04 junho 2009.
- BALTHAZAR, Carlos Augusto Carvalho. Fala prefeito. *Razão*, Rio das Ostras, ano III, N. 60, p.10, quinzena de 31 ago. a 14 set. 2007.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O caos como imago urbis. In: *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Niterói, Ano 1, N.1, p. 59-69, 1999.
- _____. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton et al. *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A Constituição de uma Periferia em face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In: MARAFON, Glaucio José. & RIBEIRO, Miguel Angelo. (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Ed. Nobel, 1986.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia Urbana*. 2 ed. Trad. Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. *Planície litorânea e zona canavieira do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.
- BIDEGAIN, Paulo & VÖLCKER, Claudio Michael. *Bacia Hidrográfica dos rios São João e das Ostras – Águas, Terras e Conservação Ambiental*. Rio de Janeiro: Consórcio

Intermunicipal para a Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira – CILSJ, 2003?.

BINSZTOK, Jacob. Capitalismo autoritário e a questão ambiental no Vale do São João. In: CARNEIRO, Maria José et al. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

BRANDÃO, Tulio. Fundação Cide propõe novo mapa para o Rio: Especialista diz que mudança, que aproxima cidades com o mesmo perfil, pode ajudar no planejamento estratégico. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2007. Rio, p. 26.

CAPEL, Horacio. *Capitalismo y morfologia urbana em Espanha*. Barcelona: Realidad Geografica, Los Libros de La Frontera, 1975.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASA na praia Rio das Ostras. Encarte publicitário do *Village Rio das Ostras*. Rio das Ostras, Jun. 2007.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. & CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, Kleber Pacheco de. *Desenvolvimento econômico do município de Rio das Ostras segundo a abordagem estruturalista de François Perroux*. Niterói, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Mapas do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: 03 março 2007.

_____. Taxas de crescimento da população residente dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br/tabelas/tx_crescimento_populacao.htm>. Acesso em: 10 outubro 2008a.

_____. Referente aos estabelecimentos turísticos por município do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/tabnet/deftohtm.exe?cide/Turismo/TUREST.def>>. Acesso em: 10 outubro 2008b.

_____. Referente à Massa Salarial por setores econômicos. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/tabnet/deftohtm.exe?cide/TrabPrev/Massa.def>>. Acesso em: 10 outubro 2008c.

_____. Série histórica da população por município. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso 02 jun. 2009.

CLAVAL, Paul. Chronique de géographie économique XVIII: Une nouvelle vague de modèles marxistes du monde contemporain. In: *Revue Géographique de l'Est*. Tomo XXV, número 2-3. Université de Nancy 2 e Universités de l'Est de la France. Nancy: Imprensa Universitária de Nancy, 1985.

COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade. In: ACSELRAD, Henri. *A Duração das Cidades. Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. *Trajétórias geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Marcello de Mello. Royalties do setor petrolífero e desigualdades regionais no estado do Rio de Janeiro. In: *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Niterói, Ano VI, N.11, p.63-77, dezembro 2004.

COSENZA, Harvey José Santos Ribeiro. & MOURA, Alice Nascimento Rocha. Os Royalties do Petróleo como Potencializadores de Desenvolvimento Sustentável: o caso do Município de Cabo Frio. *Anais da VI Conferencia Regional de ISTR para America Latina y El Caribe. 8 al 11 de noviembre de 2007*. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/006_copy.pdf>. Acesso: 01 junho 2009.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny. & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Cidades Litorâneas Tropicais: construção da Segunda Metade do Século XX, Fato no Século XXI. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz. & ELIAS, Denise. *Panorama da Geografia Brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. Espaços de convergência e utopia: um diálogo entre as obras de Milton Santos e Henri Lefebvre. In: *Cadernos IPPUR/ UFRJ*. Rio de Janeiro, Volume XV, n. 01. p. 137-146, 2001.

- ESPAÇO & DEBATES. Entrevista com Henri Lefebvre. Rio de Janeiro: Ed. Annablume, Ano 10, n.30, p. 61-69, 1990.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Municípios em destaque*. Curitiba: Ed. SI. SI. 414 p. Mapas, 1978-1979.
- FIGUEIREDO, Geraldo. *A atividade turística e seus impactos na organização espacial do município de Rio das Ostras*. Rio de Janeiro, 2000. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Territoriais do Estado do Rio de Janeiro) - Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. & SILVA, Catia Antonia da. (orgs). *Metrópole, governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ. *Urbanização do interior fluminense: análise de aglomerados de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Faperj, 1983.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Inep, MEC, 1963.
- GEORGE, Pierre. *Geografia do consumo*. 2 ed. Coleção Saber Atual. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GERMANO, Ayrton José. *Turismo e preservação ambiental em Arraial do Cabo (RJ): novos domínios de disputa no espaço político local*. 168f. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- GOMES, Maria Laura Monnerat. *Rio das Ostras – Diretrizes para Zoneamento Ecológico-Econômico*. Niterói, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e

Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Orientador: Werther Holzer. Niterói, 2003.

GOMES, Oriestes. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. Coleção Repensando a geografia. São Paulo: Ed. Contexto, 1990.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Assuntos Fundiários. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zoomgraf-K, 1991.

GUIA DE UTILIDADE PÚBLICA DE RIO DAS OSTRAS. Rio das Ostras: Grupo Renascer da Terceira Idade e Grupo Sociedade Integrada de Mulheres, 2 ed, Janeiro 1998. 116 p.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

_____. *Espaços de Esperança*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Perfil dos Municípios Brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 02 junho 2009a.

_____. Censo de 1991 e Contagem da população em 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 junho 2009b.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. XXII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. Perfil dos Municípios Brasileiros. Sítio na internet Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 02 junho 2009c.

_____. Região de Influência das Cidades - 2007. Arquivo eletrônico disponível no sítio da internet do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 julho 2009d.

_____. Sítio na internet GeoFTP. Mosaicos de Ortofotos, em escala de 1:25 000, de Rio das Ostras, ano 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/geoftp>>. Acesso em: 02 junho 2009e.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Banco de imagens LandSat. Disponível em:<http://www.dgi.inpe.br/pedidos_Landsat/index.html>. Acesso em: 06 junho 2009.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção São Paulo, n. 84, jul 2006.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. Metodologia do planejamento urbano. In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu de. & CAVALCANTI, Marly. (orgs) *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

LEAL, José Agostinho. & SERRA, Rodrigo. Uma investigação sobre os critérios de repartição dos royalties petrolíferos. In: PIQUET, Rosélia. *Petróleo, Royalties e região*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2003, p. 163-184.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Espaço e Política*. Trad. Margarida de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones.* México: Fondo de Cultura Económica, FCE, 2006.

_____. *La production de l'espace.* Paris, Éditions Anthropos, 1981.

_____. *Lógica Formal / Lógica Dialética.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Maria da Gloria. *Pérola entre o rio e o mar: história de Rio das Ostras.* 1 Ed. Rio das Ostras: Poema, 1998.

MARAFON, Glaucio José et al. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica.* Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos. & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. p. 13-23. In: _____. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: *Geographia. GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF.* Niterói, Ano VI, N.12, p. 7-23, dezembro 2004.

MIRANDA, Maria Clara Ferreira de. *Gestão Democrática da Cidade, Poder Local e Plano Diretor: O Caso referência do Município de Rio das Ostras.* 114 f. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

- MONNERAT, Luiz Paulo. Mercado Aquecido. *Jornal Resgate*, Rio das Ostras, semana de 7 a 13 mar. 2008. Poucas & Ótimas, p. 6.
- MORAES, Frederico Eugenio Rosas. *Planejamento e gestão ambiental no município de Rio das Ostras: um estudo de caso*. 195 f. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história – Suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NA ROTA do petróleo. Crescimento da região da Bacia de Campos atrai construtoras e investidores. E melhora o perfil dos imóveis. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 24 Jun. 2007. Caderno Morar Bem.
- PEDROSO, José & PORTO, Adolpho. *Rio de Janeiro – o estado e o município*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950.
- PEIXOTO, Dídima de Castro. *Geografia Fluminense. Subsídios aos Estudos Sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: FLUMITUR, Companhia de Turismo do Estado do Rio S/A, 1973.
- _____. *História fluminense: subsídio a cadeira de Estudos Sociais*. 3 ed. Niterói: Artes Gráf. Newton Matoso, 1969.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. 2 ed. Florianópolis: Editora DAUFSC, 1993.
- PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. In: *RDE Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, Nº09, Salvador, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. Material publicitário voltado para o turismo. Encartes. Rio das Ostras, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. Material publicitário voltado para o turismo. Encartes. Rio das Ostras, 2005.

_____. Sítio oficial da Prefeitura na Internet. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 01 junho 2009.

_____. Sítio oficial da Prefeitura na Internet. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 03 set 2007a.

_____. Sítio oficial da Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 03 abril 2007b.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

QUINTELLA, Sergio F. *Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado, Setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 02 maio 2007.

RAMIRES, J. C. de L. As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 53(4), p. 115-151, Out/ Dez 1991.

RIO das Ostras terá filial da Casa & Vídeo. *O Debate Rio das Ostras*, Rio das Ostras, p. 2, semana de 14 a 20 mar. 2008.

RIO DAS OSTRAS. *Estudos ambientais Rio das Ostras*. Comissão de Estudos Ambientais. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2003.

_____. Lei Complementar nº 004/2006, publicada no Diário Oficial do Município em 10/10/2006. Plano Diretor. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2006a.

_____. Lei Municipal nº 263/1997. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2006b.

ROCHA, Selma. *Terra dos peixes*. Projeto Memórias. Fundação Rio das Ostras de Cultura. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 1997.

RUA, João et al. *Educação ambiental: resgate de valores ético-ambientais do município de Rio das Ostras, RJ*. Rio de Janeiro: Petrobrás, PUC-Rio, 2002.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos. Debates, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Espaço e Método*. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Selene S. Herculano dos. *A cidade sazonal, a urbanização pela função-veraneio: um estudo de caso do município de Saquarema-RJ*. 95 f. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1981.

SEABRA, Odette C. de. A insurreição do uso. p. 71-86 In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção São Paulo, n. 84, jul 2006.

- SILVA, H. R. A história como ‘a representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa. p. 81-99. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & MALERBA, Jurandir. (Orgs). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. (Org.) *A produção da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. Coleção Urbanismo. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SWATOWISKI, Cláudia Wolff. *Igreja Universal na “capital nacional do petróleo”: considerações sobre as dinâmicas da comunicação de massa “a serviço de deus”*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- TCE, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo Socioeconômico 2007 Rio das Ostras*. Arquivo Digital disponível no sítio da internet do TCE RJ. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 05 junho 2007a.
-
- Estudo Socioeconômico 1997-2001 Rio das Ostras*. Arquivo Digital disponível no sítio da internet do TCE RJ. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 05 junho 2007b.
- TROTTA, F. & TROTTA, L. *Os municípios do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 198-?.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. *Caderno de estágio curricular do Departamento de Geografia*. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Maio. Niterói, 2000.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

WUNENBURGER, J. *O imaginário*. Trad. Maria Estela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE - Modelo de entrevista utilizado no trabalho de campo, abril 2009.

ENTREVISTA

1. Sexo M F 2. Morador 3. Bairro _____ 4. Renda familiar

4. Idade ____ 5. Frequenta/Mora há quanto tempo? 1-3 /4-7/ Acima de 8 décadas
 Até 3 anos de 3 a 10 anos mais de 10 anos

6. Vota em Rio das Ostras? S N

7. Trabalha em Macaé? S N 8. Possui automóvel? S N

9. Você acha que a cidade, como um todo, melhorou ou piorou após a emancipação de Casimiro de Abreu, nos últimos 17 anos? Piora Melhora

10. Houve melhora notável em:
 Saúde Infraestrutura urbana Segurança pública
 Educação Turismo Outros _____

Não houve melhora em nada

11. Houve piora notável em:
 Saúde Infraestrutura urbana Segurança pública
 Educação Turismo Outros _____

Não houve piora em nada

No período em que mora ou frequenta a cidade, avalie se houve piora ou melhora:

13. Quanto às atividades e oportunidades para os moradores se empregarem? Piora Melhora

14. Quanto ao turismo? Aumentou o número de pessoas que visitam as praias? Piora Melhora

15. Quanto à aparência/embelezamento das principais ruas? Piora Melhora

16. Quanto ao aparência/embelezamento das orlas? Piora Melhora

17. Quanto ao saneamento? Piora Melhora Todos os bairros receberam investimentos? S N

18. A pavimentação das ruas melhorou? Piora Melhora

19. Após as transformações/obras, as pessoas podem permanecer e conviver de modo mais confortável nas praças e ruas? S N

20. Na sua opinião, as obras/transformações geraram algum problema? Qual (is)? _____

21. Qual dos símbolos abaixo você acha que melhor representa a cidade?
 Praia o rio das ostras A Lagoa do Itaipy
 Boca da barra A rodovia RJ 106 A nova ponte sobre o rio das Ostras
 Outro _____

Justificativa É o que eu gosto mais na cidade
 Tem relação com as características da cidade e de seus habitantes (história)
 Corresponde ao símbolo oficial da prefeitura
 Tem mais relação com o turismo
 Outros _____

22. Como um todo, quais são os principais problemas que você enxerga atualmente na cidade?
 Saúde Infraestrutura urbana Segurança pública
 Educação Turismo Outros _____

ANEXOS

ANEXO I - Material publicitário governamental separado de acordo com as diferentes iniciativas da política urbana municipal.

Implantação da ZEN (Zona Especial de Negócios)

13/09/2007 - Novos empregos em Rio das Ostras

Empresa que vai se instalar na ZEN contratará 200 trabalhadores do município.

Um grupo de 35 trabalhadores de Rio das Ostras ganhou nesta semana empregos com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas. Eles são os novos contratados da New Temper, empresa que produz vidros temperados e que iniciará suas atividades na Zona Especial de Negócios (ZEN) no próximo dia 20 de outubro.[...]

Está é a terceira parceria entre o Banco de Empregos e as empresas que se instalam na ZEN. Em agosto de deste ano, a Vallourec & Mannesmann Tubes (V & M do Brasil) também iniciou a seleção de funcionários para a expansão da empresa na ZEN.[...]

[...] Segundo o secretário de Desenvolvimento, Negócios e Petróleo de Rio das Ostras, Roger Vilela, uma das políticas da atual administração é incentivar a vinda de empresas de segmentos diversificados para o município com o objetivo de aumentar a empregabilidade da mão-de-obra local, hoje em 65%.

- O prefeito Carlos Augusto tem a preocupação de trazer também para a cidade empreendimentos que não necessitem de qualificações especializadas, como a exigida pelo mercado offshore – explicou o secretário.

Para colocar em prática a iniciativa, a Prefeitura investiu nos últimos dois anos mais de R\$ 15 milhões em obras de infra-estrutura, fazendo com que a Zona Especial de Negócios se tornasse realidade no município. Hoje, totalmente estruturada, a área tem seis empresas em operação gerando 300 empregos diretos na cidade e outras trinta em processo de instalação. A previsão é de que até o final de 2008 toda as 80 empresas permissionárias da ZEN já estejam atuando no local, gerando em média 4 mil empregos diretos.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

18/05/2007 - Rio das Ostras é destaque em revista especializada em petróleo

Publicação fala sobre os investimentos de empresas na Zona Especial de Negócios

Rio das Ostras foi citada na última edição da revista Petro & Química, publicação especializada no segmento petrolífero. A matéria destaca a escolha feita pela Aker Kvaerner, que irá instalar a primeira fábrica de risers do país na Zona Especial de Negócios (ZEN), no município.

O texto fala ainda sobre o investimento da empresa na área, que chega a R\$ 10 milhões e destaca o desenvolvimento da ZEN, que hoje conta com seis empresas instaladas e outras 20 em processo de construção.

- Isso demonstra a nossa credibilidade junto ao empresariado, que acredita que hoje a ZEN é uma realidade - comentou o prefeito Carlos Augusto.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

22/06/2007 - Rio das Ostras marca presença na Feira Brasil Offshore

Abertura do evento teve a presença do prefeito Carlos Augusto

O prefeito de Rio das Ostras, Carlos Augusto, o vice-prefeito, Ronaldo Fróes e o presidente da Câmara Municipal, Carlos Afonso, participaram na terça-feira, dia 19, da abertura da 4ª edição da Feira Brasil Offshore, em Macaé, que também contou com a presença do governador Sérgio Cabral. O prefeito destacou a importância do evento para o desenvolvimento econômico de toda a região.

- Essa feira estimula a vinda de mais empresas para nossa região, promovendo o crescimento econômico, com geração de emprego e renda para todos – afirmou Carlos Augusto.

O prefeito, que também visitou os estandes das empresas com base em Rio das Ostras, destacou ainda a sua satisfação pela grande credibilidade que o município vem tendo junto ao empresariado local, em especial da Zona Especial de Negócios (ZEN). Segundo ele, esse reconhecimento é resultado do trabalho sério que o município está realizando para oferecer infra-estrutura de qualidade para que novos empreendimentos se instalem na ZEN, hoje uma proposta já consolidada.

- Já temos seis empresas atuando na ZEN e outras 33 em obras. Até o final do próximo ano teremos esse espaço operando com sua capacidade total, gerando mais de quatro mil empregos em nossa cidade – comemorou Carlos Augusto, reafirmando a proposta de expansão da Zona Especial de Negócios.

DIVULGAÇÃO – Durante os quatro dias do evento, Rio das Ostras contou com um grupo de recepcionistas bilíngües distribuindo material promocional da cidade, falando especialmente da Zona Especial de Negócios. Segundo o subsecretário de Turismo, Indústria e Comércio, Roger Vilela, também presente na feira, a intenção é atrair novos investidores para o município, estimulando o crescimento da economia local.

- Esta é a terceira maior feira do mundo no mercado offshore. Estar presente neste evento representa a possibilidade de mais negócios e desenvolvimento para Rio das Ostras - argumentou o subsecretário.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

Empreendimento Alphaville Costa do Sol

19/07/2007 - Rio das Ostras abrigará o primeiro empreendimento Alphaville no Estado. A previsão é que a obra tenha início em agosto, gerando inicialmente cerca de 300 empregos diretos

Rio das Ostras foi escolhida pela Alphaville Urbanismo para abrigar o primeiro investimento imobiliário do grupo no Estado do Rio de Janeiro. Nesta quinta-feira, dia 18, o prefeito Carlos Augusto se reuniu com representantes da empresa para assinar a aprovação do projeto do empreendimento, que recebeu o nome de Alphaville Rio – Costa do Sol. A previsão é que a obra tenha início em agosto, gerando inicialmente cerca de 300 empregos diretos.

- Quando o condomínio estiver na fase da construção das casas esse número chegará a 2 mil empregos – adiantou o diretor de projetos do grupo, Marcelo Willer.

Para o prefeito Carlos Augusto, a escolha da empresa por Rio das Ostras comprova que o município vem atuando corretamente ao investir em infra-estrutura e qualidade de vida.

- Estamos fazendo um grande trabalho para organizar a nossa cidade e, apenas com bons produtos, conseguiremos promover o desenvolvimento ordenado do município – comentou Carlos Augusto.

CONSTRUÇÃO - O novo empreendimento, situado na ARIE de Itapebussus em uma área de mais de 2 milhões de metros quadrados, será realizado em três fases. A primeira contará com 565 lotes residenciais e 51 comerciais, além de um clube de lazer e uma área de preservação permanente, que será doada ao município para utilização pública. A segunda fase terá 504 lotes residenciais e a terceira 367. A previsão é que toda a infra-estrutura do local será concluída em quatro anos.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

Projeto Reviver, Parcerias Público-Privadas e duplicação da RJ 106

1º semestre/2007

Prefeito lança maior conjunto de obras de infra-estrutura e saneamento do Brasil

Investimento possibilitará que toda a população de Rio das Ostras seja beneficiada com saneamento.

O prefeito de Rio das Ostras Carlos Augusto lançou [...] o Projeto Reviver, o maior conjunto de obras de infra-estrutura e saneamento do Brasil. A obra, feita por meio da primeira Parceria Público-Privada (PPP) do Estado do Rio de Janeiro, será iniciada em setembro deste ano e a previsão é que esteja concluída em 17 meses.

- Rio das Ostras será a capital do saneamento do País. O foco do nosso governo é o investimento em infra-estrutura, buscando o desenvolvimento sustentável do município – afirmou Carlos Augusto.

Durante a solenidade, o prefeito anunciou ainda a duplicação da RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto) no trecho entre Rio das Ostras e Macaé. Carlos Augusto e Sérgio Cabral assinaram um termo de parceria para a realização da obra.

O evento, realizado na Câmara Municipal, contou com grande participação popular. A iniciativa pioneira de Carlos Augusto foi aprovada pelos moradores que, de pé, aplaudiram o prefeito.

- Fui eleito para trabalhar pelo povo e estou cumprindo meu compromisso com a cidade. Uma das maiores deficiências do Brasil é o investimento em saneamento básico.

Os políticos não valorizam as obras debaixo da terra porque não dão visibilidade – afirmou o prefeito Carlos Augusto.

O governador Sérgio Cabral destacou a importância da obra para o bem-estar dos moradores do município e a transparência da PPP.

- O saneamento básico é fundamental para o ser humano. Com a PPP, primeiro a empresa faz a obra e só depois a prefeitura começa a pagar. É uma maneira clara de fazer o investimento. E quem ganha com isso é a população – ressaltou Cabral.

Investimento

O Projeto Reviver inclui a construção da rede tronco de coleta de esgoto do município, garantindo que a cidade tenha sistema de esgotamento para sempre, sem a necessidade de outras grandes intervenções; a construção de rede de esgoto, drenagem e 52 quilômetros de pavimentação nas localidades de Cidade Praiana, Jardim Miramar, Cidade Beira-Mar, Recanto Rio das Ostras, Jardim Campomar, Palmital, Extensão Serramar, Serramar e Condomínio Serramar, beneficiando 12 mil famílias. Também será construído um cinturão ao longo do Canal de Medeiros para captação e drenagem das águas pluviais, que serão encaminhadas a duas bacias de acumulação, evitando os alagamentos e protegendo o canal de dejetos.

O projeto também contempla a construção da segunda fase da Estação de Tratamento de Esgoto, ampliando a capacidade e os recursos hoje existentes da ETE, garantindo 100% de tratamento de esgoto em Rio das Ostras.

- O maior investimento já feito no município de uma só vez acabará com os alagamentos que prejudicam os moradores da região do Canal de Medeiros, trazendo mais qualidade de vida e saúde aos moradores, além de preservar o meio ambiente. A PPP é a maneira mais rápida de fazer essa obra – disse o prefeito Carlos Augusto.

A PPP, no valor de R\$ 316 milhões, será executada pela Odebrecht e terá como gestor do fundo garantidor o Banco do Brasil. O dinheiro começará a ser pago, após a conclusão da obra, em prestações mensais de R\$ 5,4 milhões, pelos próximos 15 anos. A empresa ficará ainda responsável pela operação de todo o sistema de esgotamento nesse período, beneficiando 100% da cidade, sem cobrar nenhuma taxa da população.

Presenças

Também participaram da solenidade, o vice-presidente da Odebrecht, Benedicto Júnior; o diretor de contratos da Odebrecht, Leandro Andrade Azevedo; [...].

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

Apoio aos produtores deve aumentar safra de feijão 2007

31/05/2007 - Apoio aos produtores deve aumentar safra de feijão 2007

O Programa de Incentivo ao Plantio de Feijão da Prefeitura chega ao terceiro ano com novos agricultores inscritos e maior área de plantio

Em Rio das Ostras, a safra de feijão de 2007 promete. A Prefeitura incrementou o Projeto de Incentivo ao Plantio, que oferece assistência técnica, maquinário e insumos aos produtores rurais. Este ano, mais agricultores participam do projeto e houve ainda um aumento do número de sementes plantadas por hectare – o que deve resultar no crescimento da produtividade. O objetivo é dar seqüência ao sucesso do projeto que desde sua criação, há dois anos, vem obtendo safras recordes. Em 2006 foram colhidas 55 toneladas de feijão.

Além disso, está sendo utilizado um tipo de adubo mais concentrado. A colheita deve começar em dois meses.

Segundo o agrônomo Edemir de Oliveira, responsável técnico pelo projeto, o êxito da colheita depende das condições climáticas, mas o planejamento é indispensável. “Estamos fazendo tudo o que nos compete para obter um grande resultado”, explica.

A iniciativa de estimular o plantio de feijão conta com mais 20 produtores em relação ao ano passado. Atualmente são 60 integrantes e alguns deles já iniciaram o plantio há um mês.

Projeto em parceria - O Projeto de Incentivo ao Plantio faz parte do Programa Renda no Campo, da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, e é uma parceria da Prefeitura com os agricultores. A administração municipal oferece todo apoio técnico e insumos e os produtores reverterem 30% do que foi investido em feijão, que será utilizado nas escolas e creches da cidade.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

Fomento à pesca e ao cultivo de feijão, iniciativas em diferentes setores da economia municipal.

24/05/2007 - Prefeito Carlos Augusto anunciou as obras do empreendimento, que realiza um sonho antigo dos pescadores, em reunião com a Colônia Z-22

Uma antiga reivindicação dos pescadores de Rio das Ostras começa a virar realidade. A Prefeitura iniciou dia 23 de maio, as obras do Entreposto de Pesca, ao lado da ponte de madeira, na margem do rio das Ostras. O empreendimento vai melhorar em muito as condições de trabalho dos pescadores artesanais do município, reduzir custos e fomentar a atividade em Rio das Ostras. O complexo compreende um estaleiro artesanal, uma fábrica de gelo e uma central de beneficiamento do pescado. As instalações devem estar prontas em seis meses.

“Honramos nosso compromisso e estamos realizando um grande sonho dos pescadores, que agora terão todo o apoio para trabalhar, com mais economia e qualidade”, destacou o prefeito Carlos Augusto.

Os recursos oferecidos pelo Entreposto vão reduzir custos e agregar valor à produção local, como explica o secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, Max José de Almeida.

“A Prefeitura está proporcionando aos pescadores as condições necessárias para o desenvolvimento do setor. O Entreposto de Pesca estará preparado para o uso auto-sustentável dos recursos oferecidos”, diz o secretário.

O presidente da Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras, Abraão de Souza, afirma que o empreendimento só trará melhorias para os pescadores e para o meio ambiente. “Desconheço que outros municípios tenham feito um investimento como esse”. Segundo o presidente, o Entreposto vai beneficiar os cerca de 200 pescadores locais, com uma produção de quase 15 toneladas por mês.

Menor custo, mais produção - O empreendimento, de 2 mil 711 m², vai ordenar e padronizar os processos de desembarque, armazenamento, tratamento e escoamento do pescado, facilitando o trabalho e gerando economia para os pescadores. O estaleiro funcionará em um galpão, para construção, reparo e manutenção das traineiras de pesca. A central de beneficiamento será um espaço para recepção, congelamento e limpeza dos peixes. O pescado

é embarcado para comercialização no próprio local, que terá dois estacionamentos, para caminhões e carros de passeio. A área receberá ainda urbanização, protegendo as áreas do entorno do rio. A obra atende aos requisitos ambientais, de higiene e segurança do trabalho, não oferecendo risco de poluição.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.riodasostras.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2007.

ANEXO II – Artigo de Jornal “Fala prefeito”. Fonte: BALTHAZAR (2007).

ANO III - NÚMERO 60 - de 31/08 a 14/09/07

RAZAS

Pág 10



FALA PREFEITO

Agradeço ao Instituto Brasileiro de Estudos Especializados (IBRAE) e ao Biosfera pelo reconhecimento do prêmio nacional por desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Foi uma honra receber esta medalha, provando que estamos no caminho certo ao realizar ações que visam à melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento de nosso município.

A nossa preocupação é fazer um governo voltado para o cidadão riostrense. Neste aspecto, destaco no artigo desta semana a Secretaria de Desenvolvimento, Negócios e Petróleo criada para promover o crescimento da economia local, gerando mais emprego e renda em Rio das Ostras. Nossa meta é garantir a instalação de novos empreendimentos na cidade, oferecer um atendimento de excelência às empresas já instaladas e diversificar nossas atividades, assegurando a auto-

fissional na área.

Outra área de atuação que tem o objetivo de garantir nossa autonomia após o fim dos recursos dos royalties do petróleo é o turismo. Depois do sucesso do Festival de Jazz e Blues, realizado em junho, onde mais uma vez o Município foi destaque na mídia nacional e internacional, sendo considerado o melhor evento do gênero na América Latina, estamos realizando uma nova temporada do Rio das Ostras de Todos os Ritmos para divulgar a música instrumental na cidade.

Serão apresentações mensais em vários pontos do município com músicos nacionais e estrangeiros, como o novaioquino Scott Feiner

do Rio de Janeiro, oferecendo ao público a possibilidade de ouvir e conhecer música de alta qualidade.

Outro evento de desta-

queção, estamos trabalhando para que o nosso sistema de ensino continue a ser exemplo para outros municípios. Recentemente inauguramos o

Vamos reunir ainda representantes de escolas e associações de pais e mestres para refletir sobre os avanços e transformações do nosso siste-

mas nossas crianças poderão nos render mais dois prêmios de destaque nacional, que para nós já é uma grande vitória. Trata-se do VII Prêmio Denatran de Educação no Trânsito, promovido pelo Departamento Nacional de Trânsito, onde estamos concorrendo com os projetos Limites para Viver e Ostrinha no Trânsito. Estes projetos - ações educativas voltadas para adultos e crianças - nos enchem de orgulho porque estamos formando cidadãos mais conscientes no trânsito e trabalhando para atender cada vez melhor à população de Rio das Ostras, uma das cidades que mais cresce no Brasil.



Prefeito de Rio das Ostras, Carlos Augusto, ao lado do senador de Goiás, Marconi Perillo durante a entrega da Medalha de Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, realizada sexta-feira, dia 24 de agosto, no Rio de Janeiro.

que é a quinta edição do Festival de Frutos do Mar, que acontece de 1º a 4 de novembro e terá mais uma vez o evento coordenado pelo chef carioca José

Pólo de Informática de Educação Inclusiva de Rio das Ostras, que funciona na Escola Municipal João Bento Duarte Neto.

Esse núcleo é uma


ma de ensino na 6ª Conferência Municipal de Educação. Os debates acontecem na Câmara Municipal, sexta-feira, dia 31 de agosto, às 18h, e sá-

Você pode mandar seus questionamentos e suas dúvidas para: falaprefeito@ostras.net. Se preferir, também pode entregar

ANEXO III - Parte da Enquete eletrônica do Orçamento Participativo de 2009.

Disponível em: <<http://www.riodasostras.rio.rj.gov>>. Acesso: 10 Jun. 2009.

Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
Secretaria Municipal de Planejamento

 Orçamento Participativo 2009

Escolha no máximo 3 (três) prioridades que considere mais importantes, que descrevam melhor as necessidades e carências de sua localidade, conforme os itens abaixo. Na área de comentários de cada item, você poderá utilizar para detalhar a sua escolha.

A sua Localidade faz parte do Setor N
São localidades do seu setor: Recreio, Ouro Verde, Jardim Bela Vista.

SAÚDE

- Ampliação de serviços da rede básica de Saúde
- Equipamentos e material permanente para os Postos de Saúde
- Reforma / Ampliação / Construção de Postos de Saúde
- Estruturar programa que facilite a marcação de consultas e exames

Comentário:

EDUCAÇÃO

- Educação Infantil - Creches
- Educação Especial - Adaptação de espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Ensino Fundamental - Construção, ampliação, reforma ou reconstrução de Escolas de Ensino Fundamental

Comentário:

SANEAMENTO BÁSICO

- Rede de Água
- Rede de Esgoto
- Rede Pluvial
- Programa de Educação Ambiental

Comentário:

HABITAÇÃO

- Regularização Fundiária e Urbanística
- Produção Habitacional

Comentário:

PAVIMENTAÇÃO

- Pavimentação asfáltica ou bloquetes nas ruas e avenidas
- Pavimentação padronizada de calçadas
- Manutenção de vias pavimentadas

Comentário:

ANEXO IV – Tabelas com data dos loteamentos aprovados em Rio das Ostras entre a década de 1950 e a década de 1980. Fonte: Moraes (1996).

TABELA 3

LOTEAMENTOS APROVADOS NA DÉCADA DE 50

NOME DO LOTEAMENTO	NÚMERO DE LOTES	ÁREA TOTAL
CIDADE PRAIANA	3.395	1.818.300
JARDIM CAMPOMAR	537	827.715
SOBRADINHO E CERVEJA	457	254.174
MAR DO NORTE	289	2.976.231
BALNEÁRIO DAS GARÇAS	843	750.000
RELOTEAMENTO DO JARDIM CAMPOMAR	220	166.281
COTE DAZUR PARQUE GUARAPARI	87	54.000
RELOTEAMENTO MAR DO NORTE - BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA	95	14.000
BALNEÁRIO REMANSO	175	406.340
TOTAL	5.298	7.967.041

TABELA 4

LOTEAMENTOS APROVADOS NA DÉCADA DE 60

NOME DO LOTEAMENTO	NÚMERO DE LOTES	ÁREA TOTAL
JARDIM BELA VISTA	1.513	820.000
BOSQUE DA PRAIA	136	112.500
MARILÉA CHÁCARAS	185	1.838.147
NOVO RIO DAS OSTRAS	1.104	503.902
RECANTO RIO DAS OSTRAS - SÍTIOS E CHÁCARAS	118	526.370
RELOTEAMENTO MAR DO NORTE PARQUE SÃO JOÃO	38	52.500
COSTA AZUL	3.321	1.709.274
JOSÉ PEREIRA CÂMARA	53	37.500
REMANSO - MODIFICAÇÃO	588	385.000
TOTAL	7.036	5.985.193

Fonte : Plano Físico Territorial de Casimiro de Abreu
SECPLAN - 1978
Tabulação : Frederico Moraes

TABELA 5

LOTEAMENTOS APROVADOS NA DÉCADA DE 70

NOME DO LOTEAMENTO	NÚMERO DE LOTES	ÁREA TOTAL
RECREIO RIO DAS OSTRAS	1.036	526.471
SERRAMAR	564	257.500
RELOTEAMENTO MAR DO NORTE - BAIRRO VISTA MAR	163	106.300
REDUTO DA PAZ	228	147.500
JARDIM PRIMOR	723	391.070
BOSQUE BEIRA RIO	106	131.976
MEU REFÚGIO	118	77.780
ENSEADA MAR DO NORTE	270	273.267
JARDIM CAMPOMAR - RELOTEAMENTO	4	44.500
LOTEAMENTO RIVIERA	72	41.517
CANTINHO DO MAR	90	46.600
RECANTO RIO DAS OSTRAS	200	139.686
PARQUE JARDIM NOSSO SOSSEGO - RELOTEAMENTO MAR DO NORTE	181	103.396
PARQUE JARDIM NOSSO SOSSEGO - IDEM	42	24.582
RELOTEAMENTO MAR DO NORTE - LOTE 40	22	10.212
LOTEAMENTO REMANSO - CONTINUAÇÃO	67	18.200
LOTEAMENTO REMANSO - IDEM	35	53.060
RESIDENCIAL ÂNCORA	6.269	5.733.400
VILLAGE RIO DAS OSTRAS	735	477.901
FLORESTA DAS GAVOTAS	186	139.500
OURO VERDE	828	361.646
VERDES MARES	384	276.500
TOTAL	12.103	9.484.594

Fonte : Plano Físico Territorial de Casimiro de Abreu
SECPLAN - 1978
Tabulação: Frederico Moraes

LOTEAMENTOS APROVADOS NO FINAL DA DÉCADA DE 70 E INÍCIO DE 80

NOME DO LOTEAMENTO	NÚMERO DE LOTES	ÁREA LOTEADA
ITATIAIA 1	50	20.775
MAR DO NORTE	21	7.916
VILA REAL	73	34.925
ITATIAIA 2	64	25.262
PRAIA MAR DE RIO DAS OSTRAS	242	104.576
VERDES MARES	384	273.500
BOSQUE DA AREIA	220	140.484
EXTENSÃO SERRA MAR	1.386	831.940
JARDIM PATRÍCIA	202	154.262
COLINAS DE RIO DAS OSTRAS	276	155.050
REMANSO - MODIFICAÇÃO	71	27.481
TOTAL	2.989	1.581.081

LOTEAMENTOS SEM DATA DEFINIDA

NOME DO LOTEAMENTO	NÚMERO DE LOTES	ÁREA TOTAL
CIDADE BEIRA MAR	8.940	2.250.000
BOA ESPERANÇA	125	63.000
EXTENSÃO DO BOSQUE DA PRAIA	189	515.000
JARDIM MARILÉA	1.791	1.041.159
ENSEADA DAS GAVOTAS	1.420	1.401.159
BAIRRO GASTÃO HENRIQUE	60	35.224
BRASILÍCIA MARTINS	62	30.000
RELOTEAMENTO COSTA AZUL - MARINA-SOLIS	14	11.500
TOTAL	12.601	5.347.042

Fonte : Plano Físico Territorial de Casimiro de Abreu
SECPLAN -1978

Tabulação : Frederico Moraes

ANEXO V – Resultado do referendo sobre a emancipação de Rio das Ostras em 1991.**Fonte: Moraes (1996)**

<u>NÚMERO DE ELEITORES :</u>	<u>10.115</u>
<u>VOTOS SIM :</u>	<u>6.048</u>
<u>VOTOS NÃO :</u>	<u>167</u>
<u>ABSTENÇÃO :</u>	<u>3734</u>
<u>NULOS :</u>	<u>52</u>
<u>BRANCOS :</u>	<u>114</u>

Resultado do Plebiscito de Emancipação do distrito de Rio das Ostras.
Fonte: TRE, 1991.

ANEXO VI – Artigo de jornal “Na rota do petróleo”. *Jornal O Globo*, 24 Jun. 2007.

Na rota do petróleo

Crescimento da região da Bacia de Campos atrai construtoras e investidores. E melhora o perfil dos imóveis

cidade ainda tem muito potencial, já que vai abrigar a sede da Petrobras. A empresa, que lançou dois condomínios em Macaé e um em Niterói, planeja outros empreendimentos para essas cidades e acaba de fechar negócios em Vitória.

— Por meio de pesquisas, detectamos em Macaé uma carência de unidades residenciais com financiamento da Caixa Econômica na classe média baixa, já que o crescimento econômico deu à população um poder de compra que antes ela não tinha. Assim, fizemos o primeiro lançamento na cidade, com unidades na faixa de R\$ 100 mil. O segundo foi para a classe média e foi totalmente vendido — diz Trindade, que agora planeja lançar produtos para a classe média alta.

Pólos da vez seriam Maricá e Itaboraí

na Enseada do Suá — foram totalmente vendidos antes do lançamento. Dois outros serão oferecidos este ano nos mesmos bairros. Haverá ainda, em 2008, lançamentos em Vila Velha e Serra, no segmento de imóveis econômicos.

— A Grande Vitória tinha uma demanda latente, pois só tinha lançamentos para pagamento a curto prazo. Os altos índices de empregabilidade por causa do petróleo nos deram respaldo para lançar uma política agressiva na região.

Adnet adianta que um dos produtos da Rossi na Enseada do Suá, em Vitória, terá como público-alvo os investidores. Gente que planeja alugar para profissionais que vêm de fora, por tempo determinado, para prestar consultoria:

— São imóveis mais compactos, em prédios com serviços de hotel, facilidade de locação e rentabilidade alta.

A paulista Cyrela também está atenta à rota do petróleo. Ano passado, fez um



Para quem mora na região, isso representa uma maior oferta de imóveis, em prédios mais completos e com preços mais competitivos. E, para quem investe no setor, uma boa oportunidade de renda, com aluguel para profissionais de outros estados e estrangeiros.

Dona de uma economia que já cresceu 600% desde 1997 e um PIB *per capita* de R\$ 11 mil por ano — 30% acima da média nacional — Macaé é o município da região que mais recebe investimentos imobiliários. Embora seu crescimento tenha sido desordenado e sejam grandes seus problemas de infra-estrutura, as iniciativas pública e privada estão atuando em parceria para tentar atender à demanda por moradia.

Para Heitor Trindade, diretor de Incorporações da Delta Construções, a

em fase de aprovação, um deles para a classe A, na valorizada Praia do Canto, com imóveis na faixa de R\$ 600 mil.

Alto índice de emprego garantindo prestações

— Embora Vitória tenha empresas locais atuando no segmento de alto padrão, entendemos que haverá demanda. E vamos investir em empreendimentos com o conceito clube-residência, que não é tão comum por lá — conta Trindade.

Marco Adnet, diretor-regional da Rossi Residencial, confirma a demanda por imóveis no mercado capixaba. Em 2006, dois empreendimentos da empresa em Vitória — um na Praia do Canto e outro



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)